



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EUNICE LÉA DE MORAES

EDUCAÇÃO LIBERTADORA E FEMINISMO NEGRO: uma teia conceitual de
resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe

BELÉM-PA
2020

EUNICE LÉA DE MORAES

EDUCAÇÃO LIBERTADORA E FEMINISMO NEGRO: uma teia conceitual de
resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da
Universidade Federal do Pará, submetida à avaliação,
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Doutora em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a.
Lucia Isabel da Conceição Silva.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade

BELÉM-PA
2020

Dado: Internacional de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D278e de Moraes, Eupice Léa.
EDUCAÇÃO LIBERTADORA E FEMINISMO NEGRO: uma
teia conceitual de resistência à interseccionalidade das opressões de
gênero, de raça e de classe. / Eunice Léa de Moraes. — 2020.
148 f. : il.
- Orientador(a): Prof. Dr. Lucia Isabel Conceição Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Belém, 2020.
1. Educação Libertadora. 2. Feminismo Negro. 3.
Gênero, Raça e Classe. 4. Opressão. Resistência. 5.
Interseccionalidade. I. Título.

CDD 370

EUNICE LÉA DE MORAES

EDUCAÇÃO LIBERTADORA E FEMINISMO NEGRO: uma teia conceitual de
resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe

Trabalho de Defesa de Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Lucia Isabel da Conceição Silva.

Aprovada em:10/12/2020

Prof.^a Dra. Lucia Isabel da Conceição Silva
Universidade Federal do Pará – UFPA
(Orientadora)

Prof.^a. Dr. Salomão Hage
Universidade Federal do Pará – UFPA
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Carlos Paixão
Universidade Federal do Pará – UFPA
(Examinador Interno)

Prof. Dr. João Colares da Mota Neto
Universidade do Estado do Pará – UEPA
(Examinadora Externa)

Prof.^a Dr.^a Regimeire Maciel
Universidade Federal do ABC – UFABC
(Examinadora Externa)

Prof.^a Dr.^a Zélia Amador de Deus
Universidade Federal do Pará – UFPA
(Examinadora Externa)

RESUMO

O presente estudo, mediante um olhar para a produção de Paulo Freire e a de algumas autoras do campo dos feminismos negros (notadamente Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Collins), propõe uma articulação epistemológica entre esses dois campos de saberes, evidenciando a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados e, também, suas tensões e convergências. Com base nessa compreensão, examinaram-se e interpretaram-se pontos centrais de três obras de Freire e sete obras das autoras negras a partir de dois eixos definidos: (i) os principais fundamentos epistemológicos que demarcam as obras investigadas e (ii) os possíveis diálogos entre as abordagens epistemológicas do autor e das autoras. Assim sendo, elaborou-se uma síntese articuladora das ideias analisadas que desvela das afirmações fundamentais expressas nas obras, suas diferenciações e convergências em resposta ao problema formulado na tese: quais são os referenciais epistemológicos da educação libertadora e do feminismo negro e como estes referenciais podem se inter-relacionar na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe? Dessa forma, poderão ser estabelecidas novas percepções orientadoras de uma práxis transformadora que, mesmo partindo de referenciais teóricos distintos, possibilite pontos comuns de análise, transitando pelo reconhecimento da opressão, pela importância do valor da luta social e pela valorização das identidades e da equidade. O estudo se encaixa na acepção de uma tese teórica, numa abordagem histórico-crítico-dialética, com a adoção de um procedimento metodológico de natureza qualitativa como base da pesquisa bibliográfica dos registros das produções intelectuais das obras selecionadas. Com isso, elaborou-se uma Teia de Articulação Epistemológica de Resistência à Interseccionalidade das Opressões de Classe, de Gênero e de Raça, evidenciando subsídios teóricos convergentes entre as epistemologias de Freire, Gonzalez, hooks e Collins. Entre os resultados, apontam-se: o (as) referido (as) teórico (as) compartilham posições epistemológicas convergentes, no que diz respeito à importância da historicidade do processo de luta política e resistência dos oprimidos e oprimidas aos sistemas exploradores e opressores no campo das relações sociais de poder das sociedades hierarquizadas, centrada na prática político-pedagógica de resistência às opressões; os conceitos que demarcam similaridade de forma mais contundente referentes à compreensão do fenômeno da opressão entre as epistemologias são autonomia, conscientização, conhecimentos subjugados, diálogo, identidade cultural, libertação, luta política, opressão de classe, de gênero e de raça, práxis revolucionária e resistência, os quais demandam uma consciência crítica, essencial na luta e resistência às múltiplas opressões e permitem entender a realidade a partir de ponto de vista de diferentes pensamentos, advindos das experiências e sobrevivências das pessoas oprimidas, constituindo-se em elementos fundamentais de ressignificação da condição opressora e de sua superação e potencializando uma práxis educativa libertadora.

Palavras-Chave: Educação Libertadora. Feminismo Negro. Gênero, Raça e Classe. Opressão. Resistência. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This study proposes, through a look at the work of Paulo Freire and some authors in the field of black feminism (notably Lélia Gonzalez, bell hooks and Patrícia Collins), an epistemological articulation between these two fields of knowledge, showing the conceptual relevance of the idea of subjugated knowledge, as well as its tensions and convergences. Based on this understanding, three works by Freire and seven others by black authors had their central points examined and interpreted from two defined axes: (i) the main epistemological foundations that demarcate the evaluated works and (ii) the possible similarities between the epistemological approaches of Freire and the other authors. Therefore, an articulating synthesis was elaborated specifically around the fundamental statements that those works present, but also considering the differences and convergences in response to the problem formulated in the thesis: what are the epistemological references of liberating education and black feminism? how can these references relate to a political-pedagogical practice of resistance to the intersectionality of oppression of gender, race and class? In that sense, the goal is to establish new guiding perceptions of a transformative praxis that, albeit starting from different theoretical references, still allows common points of analysis - moving through the recognition of oppression, the importance of the value of social struggle and the valorization of identities and equity . The study fits the sense of a theoretical thesis in a historical-critical-dialectic approach, adopting a qualitative methodological procedure as the basis of a bibliographic research of records within intellectual production of selected works. With that, a Web of Epistemological Articulation of Resistance to the Intersectionality of Class, Gender and Race Oppositions was elaborated, evidencing theoretical subsidies that converge between the epistemologies of Freire, Gonzales, hooks and Collins. Among the results, it is noted: the aforementioned theorists share converging epistemological positions regarding the historical importance of the process of political struggle and oppressed people resistance to the exploitative and oppressive systems in the field of social power relations of hierarchized societies, centered on the political-pedagogical practice of resistance to oppression; the concepts that show similarity in the most strikingly manner regarding the understanding of the phenomenon of oppression between epistemologies are autonomy, awareness, subjugated knowledge, dialogue, cultural identity, liberation, political struggle, oppression of class, gender and race, revolutionary praxis and resistance. All of those demand critical awareness, essential in the resistance to multiple ways of oppression and allowing us to understand the reality from different points of view (coming from experiences of oppressed people), thus becoming fundamental elements of the oppressive condition resignification and overcoming, ultimately potentiating a liberating educational praxis.

Keywords: Liberating Education. Black Feminism. Gender, Race and Class. Oppression. Resistance. Intersectionality.

RESUMEN

El presente estudio, mediante de una mirada a la producción de Paulo Freire y la de algunas autoras en el campo de los feminismos negros (en particular Lélia González, Bell Hooks y Patrícia Collins), propone una articulación epistemológica entre estos dos campos del conocimiento, mostrando la relevancia conceptual de la idea de conocimiento subyugado y también sus tensiones y convergencias. A partir de ese entendimiento, se examinaron y interpretaron puntos centrales de tres obras de Freire y siete obras de autoras negras desde dos ejes definidos: (i) los principales fundamentos epistemológicos que demarcan las obras investigadas y (ii) los posibles diálogos entre los enfoques epistemológicos del autor y de las autoras. Así, se elaboró una síntesis articulada de las ideas analizadas, que revela los enunciados fundamentales expresados en las obras, sus diferencias y convergencias en respuesta al problema formulado en la tesis: cuáles son las referencias epistemológicas de la educación liberadora y el feminismo negro y cómo estas referencias pueden interrelacionarse en la perspectiva de una práctica político-pedagógica de resistencia a la interseccionalidad de la opresión de género, raza y clase? De esta manera, permitiendo el establecimiento de nuevas percepciones orientadoras de una praxis transformadora que, aun partiendo de diferentes referentes teóricos, permite puntos comunes de análisis, pasando por el reconocimiento de la opresión, la importancia del valor de la lucha social y la valorización de las identidades y la equidad. El estudio se enmarca en el sentido de una tesis teórica, en un enfoque histórico-crítico-dialéctico, con la adopción de un procedimiento metodológico cualitativo como base de la búsqueda bibliográfica de los registros de las producciones intelectuales de las obras seleccionadas. Con ello se elaboró una Red de Articulación Epistemológica de Resistencia a la Interseccionalidad de Oposiciones de Clase, Género y Raza, evidenciando subsidios teóricos convergentes entre las epistemologías de Freire, Gonzales, Hooks y Collins. Entre los resultados, se señalan los siguientes: los teóricos antes mencionados comparten posiciones epistemológicas convergentes, en cuanto a la importancia de la historicidad del proceso de lucha política y resistencia de los oprimidos y oprimidas a los sistemas explotadores y opresores en el país. Campo de las relaciones sociales de poder de las sociedades jerarquizadas, centradas en la práctica político-pedagógica de la resistencia a la opresión; Los conceptos más sorprendentemente similares en cuanto a la comprensión del fenómeno de la opresión entre epistemologías son autonomía, conciencia, conocimiento subyugado, diálogo, identidad cultural, liberación, lucha política, opresión de clase, género y raza, praxis revolucionaria y de resistencia, que demandan una conciencia crítica, imprescindible en la lucha y resistencia a las múltiples opresiones y que permitan comprender la realidad desde el punto de vista de diferentes pensamientos, surgidos de las vivencias y supervivencias del pueblo oprimido, constituyendo elementos fundamentales de resignificación del condición opresiva y su superación y potenciación de una praxis educativa liberadora.

Palabras clave: Educación liberadora; Feminismo negro; Género, raza y clase; Opresión; Resistencia; Interseccionalidad.

Até hoje os brancos falaram por nós. Temos que assumir a nossa própria voz. É aquele velho papo, temos que ser sujeitos do nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas. (Lélia Gonzales, 1986)

Hoje percebo que *Erguer a Voz* articula simultaneamente corpo (a voz), prática (a coragem) e ética (compromisso com a dignidade humana). Três dimensões fundamentais nos projetos políticos feministas. Seguimos por essas trilhas. (bell hooks, 2019)

Hoje percebo que escrever *Pensamento feminista negro* foi uma forma de ativismo intelectual, uma forma de trabalho criterioso, alicerçado em princípios, visando colocar o poder de nossas ideias a serviço da justiça social.

As mulheres negras estão longe de ser as únicas que enfrentam problemas sociais produzidos por raça, gênero, classe, sexualidade, idade, capacidade, nacionalidade e sistemas semelhantes de opressão. Nossas lutas para viver uma vida significativa podem ser organizadas e sentidas de maneira diferente, mas nossas experiências, quando consideradas conjuntamente, revelam por que as ideias continuam sendo fundamentais para as lutas por liberdade, igualdade e justiça social. (Patrícia Collins, 2019)

Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso, democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas.

O que não é possível é simplesmente fazer o discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial.
(Paulo Freire, 1992)

Eterna gratidão (*in memoriam*)

Melquisedeque e Otilia,
Pela vida, pelos ensinamentos de viver, conviver e sobreviver
como negra educadora na Amazônia;

Maria Lucia Barral Secco,
Amiga de todas as horas na Belém do Grão Pará;

Lélia Gonzales,
Pelo legado de luta e resistência as opressões imperialistas,
racistas e sexistas;

Luiza Bairros,
Pela amizade, solidariedade, aprendizagem e
dignidade de ser negra no Brasil.

Paulo Freire,
Pelas belas lições de amor, liberdade e esperança na educação.

AGRADECIMENTOS

As manas e manos Maria Celia, Maria José, Guilherme Augusto, Maria Lucia, Maria Ruth (*in memoriam*), Otoniel Levi, pelo amor fraterno, cuidado e estímulo aos meus sonhos.

Aos amores de minha de vida Alexandre, André, Jorge, Adriana e Ana Leticia, sobrinhos e sobrinhas, filhos e filhas do coração, obrigada pelo carinho incondicional!

Aos sobrinhos netos Lucas, Gabriel, Pedro Henrique, João Henrique e à pequenina Janaina, sobrinha neta, que fazem a minha alegria e felicidade de viver.

Ana Lucia e Wilza, cunhadas queridas, Laura, Adriano, Luciana e compadre Handerson, sobrinhos e sobrinhas por afinidade do coração, obrigada pela afetividade!

A Professora Lucia Isabel da Silva e aos colegas do GEPJUV, agradeço pela orientação, convivência e troca de saberes e sabores, muito obrigada!

Um grande agradecimento as professoras Zélia Amador de Deus, Monica Conrado, Regimeire Maciel e ao professor Salomão Hage, pelas orientações e sugestões de melhoria da tese, por ocasião da qualificação.

Às queridas e aos queridos de muitos lugares encontrados em Brasília, Marcia Mota, Sergio Farias, Liza Uema, Viviane Cesário, Luciano Maduro, Aninha Mesquita, Paulo Sergio Almeida, Tiago Oliveira, Ana Claudia Farranha, Adeilson Teles, Rachel Figueiredo, Haroldo Fernandez, Eduardo Soares, Luiz Barcelos, pela amizade, cervejas, acolhidas, estímulos, carinhos, churrascos, cuidados, afagos e beijos, apesar da distância geográfica.

Às amigas e companheiras das lutas feministas, antissexistas, antirracistas, das resistências e dos tragos de convivência em Brasília, Aparecida Gonçalves, Ane Cruz, Regina Adami, Isabel Clavelin, Ângela Rosa, Conceição Oliveira, Graça Cabral, por

tantas trocas, cachaças, abraços, alegrias, vinhos, caminhadas, choros, chopes, risos, tristezas, superações, solidariedade, respeito e afetividade, um brinde amoroso!

Ao querido companheiro de muitas horas de parceria e militância, meu jovem amigo Felipe Freitas, pela amizade, café, trocas, força, carinho, fraternidade, sabedoria e escuta, principalmente, nesse tempo difícil da vida de uma jovem senhora doutoranda, muito axé!

Às companheiras e aos companheiros da educação, professoras doutoras Georgina Negrão, Eliana Felipe, Selma Pena, Dalva Valente, Celia Virgolino, Celi Baia, professores doutores Carlos Nazareno Borges, Ednalvo Campos e ao mestrando Douglas Oliveira pela disponibilidade para escutar, estimular, trocar experiências e afetividades nas horas difíceis de desânimo e cansaço da caminhada do doutorado, muito obrigada!

Ao corpo docente e discente do curso de doutorado, pela troca de conhecimentos e convivência, obrigada!

Ao Willians da Mota, técnico do PPGED, pelo respeito, fraternidade e disponibilidade para ajudar com as normas e procedimentos administrativos, muito obrigada, Will!

Agradeço a Professora Doutora Ana Maria Saul, Coordenadora da Cátedra Paulo Freire da PUC/SP, pelo acolhimento, ensinamentos e aprendizagens.

Agradeço imensamente às professoras doutoras Regimeire Maciel, Zélia Amador de Deus e aos professores doutores Carlos Paixão, João Colares e Salomão Hage pela atenção e disponibilidade para comporem a Banca Examinadora.

Agradeço a todos e todas que, de alguma maneira, contribuíram com a trajetória deste estudo.

Às deusas, às santas e às orixás pelas bênçãos de luz!

Quero continuar a **“esperançar”** (Freire) como negra, pois **“negro sou, negro ficarei”** (Césaire) na luta política e, **“erguer a voz corajosamente”** (hooks) como sujeita **“do nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas”** (Gonzales) político-pedagógicas, de nossas experiências e de nossos saberes amazônicos, como **“ananse tecendo teias na diáspora”** (Zélia) nas **“lutas por liberdade, igualdade e justiça social”**(Collins) em favor da **“autonomia do ser dos educandos”** (Freire) e educandas, de **“modo que a luz que pretendo lançar sobre o presente possa ao mesmo tempo iluminar o futuro”** (Davis), afinal, **“ não cabemos mais no mesmo lugar, aconteça o que acontecer”** (Bairros), por isso, torna-se **“imperioso que os grupos discriminados permaneçam vigilantes, organizados e em luta”** (Carneiro), construindo novos caminhos e acreditando **“que o amor é possível, por isso tentamos detectar suas imperfeições, suas perversões”** (Fanon), pois a luta continua! Axé!

Meu respeito, minha admiração e meu muito obrigada pelas lições aprendidas à Aimé Césaire, Ângela Davis, bell hooks, Franz Fanon, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Patrícia Collins, Paulo Freire, Sueli Carneiro e Zélia Amador de Deus!

Eunice Léa de Moraes, 2020



Ilustrativa da literatura utilizada

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Registro do Tema Central das Obras de Paulo Freire.....	35
Quadro 2 - Registro do Tema Central das Obras de hooks, Gonzalez e Collins.....	35
Quadro 3 - Registro das Ideias investigadas do autor e das autoras e a relação com as categorias analíticas do estudo.....	36
Quadro 4 - Resumo de algumas ideias Freireanas.....	103
Quadro 5 - Resumo de algumas ideias do Feminismo Negro.....	108
Quadro 6 -Elementos convergentes das epistemologias freireana e do feminismo negro.....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Articulação epistemológica	39
Figura 2 - Teia da Intersecção entre Capitalismo, Racismo e Sexismo	99
Figura 3 - Teia conceitual ilustrando algumas ideias de Paulo Freire.....	103
Erro! Indicador não definido.Figura 4 - Teia conceitual ilustrando algumas ideias do Feminismo Negro.....	107
Erro! Indicador não definido.	
Figura 5 - Teia conceitual ilustrando a opressão em Freire	115
Figura 6 - Teia conceitual ilustrando a opressão no Feminino Negro.....	116
Figura 7 - Teia de Articulação Epistemológica de Resistência à Interseccionalidade das opressões de Classe, de Gênero e de Raça.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
2 METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA	28
2.1 PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO	28
2.2 FONTES DE INVESTIGAÇÃO	30
2.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS DO ESTUDO	32
2.4 SÍNTESE ARTICULADORA DAS IDEIAS ANALISADAS	33
3 PERSPECTIVAS DISTINTAS DE COMPREENDER A OPRESSÃO: o diálogo entre educação libertadora e feminismo negro	40
3.1 OPRESSORES(AS) E OPRIMIDOS(AS): o contraponto crítico de Paulo Freire na Educação	42
3.1.1 Perspectivas educacionais	45
3.1.2 Perspectiva crítica da educação freireana	
3.2 FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE: o desvelamento da teia das opressões sexistas, classistas e racistas	56
3.2.1 Ideias e trajetórias históricas do feminismo	56
3.2.2 Feminismo Negro	67
3.2.2.1 <i>Feminismo afro-americano (bell hooks e Patrícia Collins)</i>	71
3.2.2.2 <i>Feminismo afro-brasileiro (Lélia Gonzalez)</i>	79
3.3 TENSÕES E POSSÍVEIS DIÁLOGOS	93
4 O DIÁLOGO PROPRIAMENTE DITO ENTRE O FEMINISMO NEGRO E A PEDAGOGIA CRÍTICA: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO EPISTEMOLÓGICA	96
4.1 OS PENSAMENTOS INERENTES À PEDAGOGIA CRÍTICA E AO FEMINISMO NEGRO	96

4.2 NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DA INTERSECÇÃO DO CAPITALISMO COM O RACISMO E O SEXISMO	99
4.3 ALGUMAS IDEIAS CONCEITUAIS DA PEDAGOGIA CRÍTICA FREIREANA	101
4.4 ALGUMAS IDEIAS CONCEITUAIS DO FEMINISMO NEGRO	106
4.5 A NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DA OPRESSÃO	112
4.5.1 A natureza da opressão em Freire	113
4.5.2 Opressão no Pensamento Feminista Negro de Gonzalez, hooks e Collins	115
4.6 ARTICULAÇÃO EPISTEMOLÓGICA ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE FREIRE E O FEMINISMO NEGRO DE GONZALEZ, HOOKS E COLLINS EM RELAÇÃO À OPRESSÃO	118
4.6.1 Subsídios teóricos convergentes entre as epistemologias de Freire, Gonzalez, hooks e Collins	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

O tema desta tese, “Educação Libertadora e Feminismo Negro: uma teia conceitual de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe”, está ancorado na minha ancestralidade étnico-racial, na condição de classe e de identidade de gênero, no meu envolvimento com a pedagogia freireana e nas questões de gênero e de raça, em diferentes momentos e contextos – na trajetória acadêmica, na prática político-pedagógica como educadora e como gestora de políticas públicas e na militância política.

Sonhos, utopias, expectativas, transgressões, tensões, contradições, mediações e realizações marcaram um grande percurso, expresso em um currículo de estudos, projetos, pesquisas, publicações, cursos, coordenações, orientações, assessorias e gestão de grande aprendizado, envolvendo a troca de saberes e de afetividades, presentes em um caminho construído nos espaços dos colégios públicos onde estudei, nas escolas públicas municipais (SEMEC) e estaduais de educação básica (SEDUC) onde lecionei e nas universidades públicas federais em que cursei a licenciatura plena em Ciências Sociais (UFPA), as especializações em educação (UFPA, UNB), o mestrado (UFSC) e, atualmente, o doutorado (UFPA). A Universidade Federal do Pará (UFPA) é também o espaço público em que leciono há mais de 20 anos.

Nesse percurso, assumem relevância os saberes e sabores de atuação no movimento sindical e social na Amazônia, em atividades de formação nas Escolas Sindicais Amazônia e Chico Mendes, da Central Única dos Trabalhadores (CUT/NORTE), além da atuação como Técnica em Assuntos Educacionais, na Coordenação do Núcleo de Currículo do Estado do Pará (SEDUC) e como Coordenadora da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Economia de Belém (SECON). Fui, assim, tecendo uma teia de saberes, de tensões, de afetividades e de aprendizagens em uma longa experiência de vida e de trabalho.

Em se ampliando essa teia de relações e de saberes no campo governamental, no âmbito do território¹ nacional, participei do governo democrático e popular do primeiro trabalhador eleito presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula Silva (2003 a 2010), e da primeira mulher eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (2011 a 2016). Nesses períodos, coordenei vários programas nacionais ligados às relações sociais de trabalho e educação (MTE, SPM, SEPPIR)²: Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ); Trabalho Doméstico Cidadão (TDC); Trabalho e Empreendedorismo da Mulher; Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres; Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil; Programa Pró-equidade de Gênero e Raça e Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Com esse percurso e com outros elementos importantes, como os saberes adquiridos nas aulas do doutorado em educação (PPGED/ICED/UFPA, 2017), a tese foi sendo construída. Destaco aqui as disciplinas: Gênero e Raça na Contemporaneidade; Seminários de Pesquisa; Teoria Educacional Crítica e Legado Freireano: contribuições para a transformação da escola e da sociedade; e, ainda, as aulas da Cátedra Paulo Freire, do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo, da PUC/SP, em 2018.

Ao mesmo tempo, com o intuito de maior aprofundamento na teoria freireana, participei da Jornada Paulo Freire e do Curso Paulo Freire em Tempos de Fake News (2019), do Instituto Paulo Freire, em que apresentei, como trabalho de conclusão do curso, o artigo “Paulo Freire: entre o aprender ensinando e o ensinar aprendendo com as mulheres negras”, publicado em outubro/2019, no *e-book* do referido curso do instituto. Além disso, participei do minicurso do grupo “Nós Mulheres” – IFCH/UFPA (2019) – sobre o pensamento de mulheres negras, como Lélia Gonzalez e bell hooks, e de eventos acadêmicos (apresentação de trabalhos e coordenações de mesas nacionais e internacionais).

Nessas discussões acadêmicas, com vistas a compor o corpo epistemológico do estudo, aprofundei as abordagens críticas pós-coloniais e interseccionais que incluíam, simultaneamente, diversas categorias de análise, tais como classe, raça, gênero, sexualidade etc., na perspectiva conceitual analítica de evidenciar a construção histórica

¹ O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 69).

² Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República.

da subalternização e da resistência dos sujeitos sociais oprimidos(as), em especial as mulheres negras, relacionada a determinadas “ditas” supremacias que envolvem relações históricas de poder.

Para evidenciar epistemologias que abrangessem um conhecimento especializado sobre a opressão e considerassem o interesse e a valorização dos saberes, das lutas e da resistência dos grupos sociais oprimidos, optei por agregar ao estudo a análise das ideias inter-relacionais do racismo e do sexismo e, também, da exploração de classes, apontadas por feministas negras, concertando-as com as ideias do educador Paulo Freire sobre a opressão e a libertação de grupos sociais oprimidos.

Destarte, ressalta-se a fundamental importância de Paulo Freire e a vigência da educação libertadora, como ato político do processo de uma prática de conscientização – “Para mim, a utopia não consiste no irrealizável, nem é idealismo, mas, sim, a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, os atos de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (FREIRE, 2016, p. 58) – no desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de apreender os fios que tecem a teia da realidade social em busca da superação da condição opressora.

Desse ponto de vista – do feminismo negro que incorpora a dimensão social de conhecimentos vinculados ao modo de vida das mulheres negras oprimidas – torna-se valiosa a definição de *conhecimentos subjugados*³ (COLLINS, 2019), que se refere ao conjunto de temas/perspectivas que resistem à opressão e que, por isso, estão fora dos critérios de conhecimento estabelecidos por uma elite econômica e social hegemônica, em que o feminismo negro denuncia e anuncia a opressão a ser superada como uma luta ampla de enfrentamento à interseccionalidade da exploração-opressão que afeta todos os grupos sociais oprimidos.

Diante do exposto, e olhando para a produção de Paulo Freire e de algumas autoras do campo dos feminismos negros (notadamente Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Collins), este estudo propõe como objetivo uma articulação epistemológica entre esses dois campos de saberes distintos, evidenciando não só a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados, como também suas tensões e convergências, de forma a permitir que se estabeleçam novas percepções orientadoras de uma práxis

³ Consequentemente, as experiências das mulheres negras estadunidenses, e de todas as mulheres afrodescendentes, foram sistematicamente distorcidas ou excluídas do que conta como conhecimento (COLLINS, 2019, p. 401- 402).

transformadora, passando essas possibilidades pelo reconhecimento da opressão, pela importância do valor da luta social e pela valorização das identidades e da equidade.

Em síntese, o tema desta tese é, ao mesmo tempo, reflexo e resultado do que sou, do lugar onde estive, do lugar em que estou e do lugar das aprendizagens dos saberes e das liberdades infinitas a tecer no universo.

Assim sendo, o percurso de construção do texto inicia-se por esta Introdução, em que se expõe a escolha do tema, identificação, objetivo e, na sequência, as seções componentes do texto.

Na primeira seção, Contextualização do Objeto, contextualiza-se a temática, explicitando a problemática, os objetivos, a justificativa e a relevância do estudo.

Na segunda seção, apresentam-se a Metodologia e os Resultados de pesquisa na perspectiva do método materialista-dialético, utilizando-se as bases da pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico de abordagem qualitativa para a análise das contribuições bibliográficas das obras de Freire, hooks, Gonzalez e Collins, selecionadas para a investigação, a fim de aprofundar a compreensão sobre o fenômeno da opressão.

Na terceira seção, há o debate sobre a opressão em duas perspectivas: a da educação libertadora freireana, inserida no paradigma histórico-crítico-libertador que relaciona teoria e luta de classe, cujos marcadores são a transformação estrutural (social, política, cultural e econômica) e o sujeito social e político, protagonista da transformação social, bem como a perspectiva da centralidade da interseccionalidade – paradigma interpretativo dos marcadores sociais da desigualdade e promotores das opressões de gênero, de raça e de classe, base epistemológica do feminismo negro, que relaciona racismo, sexismo, exploração de classe e outras formas de discriminação advindas das relações sociais de poder.

Apresentam-se, nessa seção: a relação de classes entre opressores(as) e oprimidos(as) como contraponto crítico de Paulo Freire à educação na perspectiva do oprimido(a); a interseccionalidade como paradigma interpretativo das opressões racista, sexista e classista, trazida pelo feminismo negro; e possíveis diálogos entre esses dois pensamentos.

Na quarta seção, evidencia-se o diálogo propriamente dito entre feminismo negro e pedagogia crítica freireana em uma relação historicizante, entrelaçada em uma articulação conceitual, com a intenção de evidenciar os pontos comuns, as tensões e os confrontos entre esses pensamentos, em um diálogo que viabiliza um conhecimento mais

aprofundado da complexidade das opressões e da libertação, com vistas a uma práxis transformadora.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

O contexto deste estudo tem como marco histórico-crítico as lutas e as resistências das mulheres negras contra a opressão de raça, de gênero e de classe que vem sendo denunciada pelas feminista negras, as quais, ao mesmo tempo, propõem outra construção do pensamento feminista e da política feminista contra uma epistemologia que se pautou no eurocentrismo⁴ das ciências sociais.

Desde o nascimento do feminismo no mundo ocidental – como movimento político e intelectual na virada do século XVIII para o século XIX, no contexto da revolução francesa (MIGUEL; BIROLI, 2014), definido pela formulação crítica à vinculação da subalternidade doméstica impingida à mulher e à sua exclusão da vida pública –, as mulheres negras não foram contempladas. A concepção de feminismo criada nesse contexto revolucionário era a de um feminismo hegemônico, branco, europeu, representante de um modelo elitista de mulheres com poder econômico, um modelo que procurava responder à questão da subordinação das mulheres à situação desfavorável do poder masculino dentro de uma estrutura social e econômica de influência mútua. Um feminismo referenciado na luta pela equiparação em relação aos direitos masculinos, sem questionamentos mais profundos quanto às hierarquias raciais ou mesmo à profundidade das desigualdades de classe existentes na sociedade.

As mulheres negras se contrapõem, questionam, não se sentem representadas nesta formulação. Essa contraposição constrói, formula o que passou a se chamar mais tarde de feminismo negro teorizado por diversas autoras, como: Lélia Gonzalez, bell hooks, Patrícia Collins, entre outras.

Lélia Gonzalez (1979) já afirmava que as mulheres negras são vítimas de uma tripla opressão – de raça, de gênero e de classe social: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo

⁴ Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes sejam, sem dúvida, mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica, percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2005, p. 126).

racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 1979, p. 44). Em sua argumentação, a autora também ressalta a exclusão da opressão da mulher negra dos textos e do discurso do movimento feminista no Brasil, afirmando que “a maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres, etc., etc., não atentam para o fato da opressão racial” (GONZALEZ, 1979, p. 47-48). Ela critica a ‘ciência moderna como único padrão para a produção do conhecimento baseado em uma classificação racial da população’. Aponta como pressuposto da opressão a interconexão dos sistemas de dominação e propõe, para a análise da complexa condição opressora da mulher negra, em oposição aos padrões tradicionais das teorias feministas eurocêntricas e etnocêntricas, uma estrutura referencial de base epistemológica que interconecta o racismo e o sexismo ao classismo.

Embasa a presente tese esse pressuposto de relações interconexas entre racismo, sexismo e classismo pautado na concepção desenvolvida pelo Feminismo Negro, a qual se encontra situada em três dimensões articuladas (a econômica, a política e a ideológica) e cuja análise interseccional demanda uma visão transformadora e crítica do pensamento feminista.

Assim, a articulação dialógica proposta entre o feminismo negro e a educação libertadora freireana é mediatizada não apenas pelas referências epistemológicas da afrodescendência das mulheres negras, a partir dos conhecimentos e das experiências da escravidão e pós-abolição que embasam as desigualdades raciais e as inter-relações das múltiplas opressões, mas também pela dimensão ontológica do pensamento freireano acerca da condição existencial do ser humano como sujeito histórico-crítico em busca de sua condição humana, autônoma, emancipada e consciente de sua libertação, na perspectiva do princípio da unidade dialética sujeito-mundo.

Nesse sentido, justifica-se a presente tese, configurada como teórica – “[...] aquela que se propõe atacar um problema abstrato, que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões” (ECO, 2016, p. 14) – na medida em que desenvolve, por meio da narrativa de uma investigação sobre a opressão no campo epistemológico da cultura e da educação, uma compreensão conceitual da intersecção das opressões de classe, de raça e de gênero, com vistas a uma prática político-pedagógica transformadora, na perspectiva da abordagem do método dialético marxista.

Justifica-se, também, com base no atual cenário político, econômico e social, em que casos de racismo e sexismo, apesar de frequentes, recebem, na maioria das vezes,

pouca notificação e aplicação das leis – resquício dos processos coloniais históricos, culturais, econômicos e sociais da condição opressora de homens negros e de mulheres negras, como apontado pelo sociólogo Octavio Ianni (1989, p. 102): “Subsiste na cultura política dominante o espírito da colonização, do conquistador que submete e explora o povo”. No Brasil, esse processo colonial europeu se configura pelas formas análogas à escravidão que permanecem na atualidade pós-abolição, demonstrando o quanto esse regime escravista conseguiu se estabilizar e desenvolver-se por tantos séculos.

Dessa maneira, com os aportes teóricos sobre os processos epistemológicos da opressão e da libertação, esta tese soma-se aos conhecimentos construídos e sinaliza, como hipótese, que *no contexto da opressão e da libertação, o diálogo entre a educação libertadora e o feminismo negro contribui para uma articulação conceitual que visa a uma práxis transformadora de resistência às múltiplas opressões.*

A partir dessa hipótese, problematizou-se a seguinte questão investigativa: *quais são os referenciais epistemológicos da educação libertadora e do feminismo negro e, como esses referenciais podem se inter-relacionar na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe?*

Para um maior aprofundamento do problema, definiram-se as seguintes questões norteadoras da investigação:

- Quais os principais fundamentos epistemológicos que demarcam, na obra de Paulo Freire, o fenômeno social da opressão e as perspectivas político-pedagógicas de superação da situação opressora de oprimidos(as) e opressores(as)?
- Quais os pontos centrais da epistemologia do feminismo negro de bell hooks, Lélia Gonzalez e Patrícia Collins que definem a interseccionalidade da opressão de gênero, de raça e de classe nos sistemas de dominação?
- Que possíveis diálogos, e, também, tensões e conflitos podem ser estabelecidos entre as abordagens epistemológicas freireana e do feminismo negro (em bell hooks, Lélia Gonzalez e Patrícia Collins), na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe?

Nessa perspectiva, ao se reconhecer a amplitude da questão problematizadora do estudo, enfatizaram-se estes objetivos específicos:

- Investigar os principais fundamentos epistemológicos que demarcam, na obra de Paulo Freire, o fenômeno social da opressão, e as perspectivas político pedagógicas de superação da situação opressora de oprimidos(as) e opressores(as);
- Examinar os pontos centrais da epistemologia do feminismo negro, no sentido da interseccionalidade da opressão de gênero, raça e classe dos sistemas de dominação;
- Identificar possíveis diálogos entre as abordagens epistemológicas de Freire e do feminismo negro de hooks, Gonzalez e Collins, na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe.

Entende-se que tanto o racismo quanto o sexismo, assim como outras discriminações e desigualdades nas sociedades atuais, encontram-se assentados no escopo do patriarcado e do modo de produção capitalista, no qual há uma relação de dominação e exploração de quem exerce o controle sobre a produção. Ou seja, o debate e as análises sobre a concepção de classe, de raça e de gênero são importantes para a apreensão de diversas dimensões da sociedade relacionadas à realidade política, ideológica e econômica de fenômenos sociais, como o fenômeno educativo no âmbito das relações sociais de poder.

Portanto, torna-se necessário compreender criticamente os alcances das diversas práticas sociais, uma vez que elas se encontram vinculadas ao poder estabelecido na relação exploradora de classe, na dominação de gênero e raça e na luta de classes, na perspectiva da opressão e da resistência dos grupos sociais oprimidos, em particular das mulheres negras.

Nesse sentido, espera-se como resultado que a articulação conceitual construída expresse os espaços contextualizados dos saberes, os quais dialogam e constituem as conexões das significações dos conceitos dos pensamentos freireano e feminista negro, na composição de uma prática político-pedagógica transformadora que confronta a relação entre a teoria e a prática social de luta e resistência das mulheres negras oprimidas.

Isto posto, defende-se a tese de que, mesmo se partindo de perspectivas teóricas distintas sobre o fenômeno da opressão, há possibilidades comuns de análise e de articulação conceitual, que transitam pelo reconhecimento da opressão como ato de

violência do poder dominador e desumano dos(as) opressores (as), pela importância do valor da luta social e pela valorização das identidades e da equidade.

2 METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA

Nesta seção, apresentam-se o percurso da investigação, as fontes de pesquisa, as categorias de análise e a síntese articuladora das ideias, que possibilitam a compreensão do fenômeno da opressão na perspectiva de uma relação dialógica, aliando-se outras contribuições valiosas e fundamentais para a ampliação da problemática da tese.

2.1 PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

O percurso investigativo da tese sustentou-se em um processo político-pedagógico na interação entre duas abordagens epistemológicas do debate acerca do fenômeno social da opressão de classe, de raça e de gênero, com base na produção de Paulo Freire e nas de algumas autoras do campo dos feminismos negros (notadamente Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Hill Collins). Com isso, propôs-se uma articulação epistemológica entre esses dois campos de saberes, para evidenciar a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados e, também, suas tensões e convergências.

Dessa forma, na abordagem metodológica desta trabalho, adotou-se um procedimento de natureza qualitativa⁵ como base da pesquisa bibliográfica dos registros das produções intelectuais selecionadas de Freire, hooks, Gonzalez e Collins, e assim poder investigar suas contribuições acerca do fenômeno da opressão inseridas no campo da teoria social crítica⁶, bem como estabelecer determinadas categorias (consciência de classe, de gênero e de raça, contradição, totalidade, mediação e práxis) – entendendo-se que, no marxismo, as categorias “se formam no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social” (TRIVIÑOS, 1987, p. 55) –, que possibilitaram a análise e a compreensão do fenômeno da opressão, em uma relação dialógica com outras

⁵ São várias as metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos de que propriamente a especificidades metodológicas (SEVERINO, 2016, p. 125).

⁶ A identidade do pensamento feminista negro como uma teoria social crítica procura juntar teoria e prática, no seu compromisso com a justiça, tanto para as mulheres negras como uma coletividade quanto para outros grupos igualmente oprimidos, com o intuito de libertação. “As teorias sociais que surgem de e/ou em nome das estadunidenses negras e de outros grupos historicamente oprimidos visam encontrar maneiras de escapar, sobreviver na e/ou se opor à injustiça social e econômica prevalecente” (COLLINS, 2019, p. 42-43).

contribuições teóricas valiosas e fundamentais para a compreensão da problemática desta tese.

Dentro desse escopo, avança-se na análise do fenômeno da opressão em suas relações com a educação libertadora e o feminismo negro e, mais amplamente, com a elaboração da articulação epistemológica, configurada como recurso pedagógico, em Teia Conceitual de Resistência (TCR) às opressões de gênero, de raça e de classe, no campo das ideias da pedagogia crítica da educação. Dessa feita, a análise articulou-se entre as concepções teóricas, os métodos e as técnicas com seus pressupostos filosóficos. Segundo Gamboa (1995, p.88),

[..] a escolha de uma técnica de coleta, registro e tratamento de dados ou procedimentos de recuperação de informações sobre um determinado fenômeno implica não somente pressupostos com relação as concepções de método e de ciência, mas também a explicação das concepções de sujeito e de objeto (pressupostos Gnoseológicos relacionados com as teorias do conhecimento que embasam os processos científicos) e as visões de mundo, implícitas em todo processo cognitivo (pressupostos ontológicos que se referem às categorias mais gerais como concepções do real, de mundo, de homem, de sociedade, de história etc.). (GAMBOA, 1995, p.88).

Assim, no itinerário da pesquisa, considerou-se fundamental manter “*a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e a formulação metodológica*” (NETTO, 2011, p. 54, grifo do autor), cruzando-se a trajetória sócio-histórica do autor e das autoras no campo epistemológico para a análise das relações opressoras de classe, de gênero e de raça na perspectiva do materialismo histórico-crítico-dialético. O intuito foi compreender, mediante as totalidades e as contradições de suas narrativas, uma possível articulação teórica. Todavia, ressalta-se a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjogados no contexto crítico-libertador, que reside no compromisso com a justiça social para os grupos oprimidos.

Para Tonet (2013), no que concerne às questões acerca do conhecimento, em uma “perspectiva ontológica, a primeira pergunta a ser respondida [deve ser] ‘o que é o ser, o que é a realidade’? Só em seguida se respondem as questões relativas ao modo como se conhece o ser”⁷. Essas questões trazidas pelo autor são importantes por envolverem duas

⁷ Por isso mesmo, o ponto de partida para a resolução das questões relativas ao conhecimento não é o exame da razão, uma vez que a resposta às questões sobre suas possibilidades e seus limites só pode ser dada após a captura daquelas determinações mais gerais e essenciais de ser. Ou seja, numa perspectiva ontológica, a primeira pergunta a ser respondida não diz respeito ao conhecer, mas ao ser. Em primeiro lugar, responde-se à pergunta “o que é o ser o que é a realidade”? Só em seguida se respondem as questões relativas ao modo como se conhece o ser. Como bem enfatiza Kosik (1976, p. 35): o conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade,

outras questões epistêmicas e fundamentais da pesquisa: o sujeito social oprimida – mulher negra –, com suas ações concretas cotidianas de vida, e a realidade opressora em que vivem as mulheres negras oprimidas, em condições materiais de produção, pela sua própria ação.

Nesse sentido, almejando-se aprofundar a análise do problema da pesquisa, articularam-se os fundamentos epistemológicos do método histórico-dialético com questões teóricas centrais da investigação do estudo entre a dimensão gnosiológica (conhecimento humano) sobre a opressão e a dimensão ontológica (existência do ser) das mulheres negras, a partir de dois eixos previamente definidos: os principais fundamentos epistemológicos que demarcam as obras investigadas e os possíveis diálogos entre as abordagens epistemológicas dos(as) autor(as), além de se proceder com o tratamento dado às categorias de análise.

2.2 FONTES DA INVESTIGAÇÃO

Para realizar o estudo, selecionaram-se como fonte bibliográfica algumas obras do educador Paulo Freire e outras das educadoras Lélia Gonzalez, bell Hooks e Patrícia Collins, que tratam da opressão e da libertação, para serem observados os limites e as potencialidades de suas abordagens teóricas.

De Paulo Freire (1921-1997), foram escolhidas três obras, cujas escolhas se devem à forma como o autor estabelece a relação opressores(as) *versus* oprimidos(as) na sociedade. Identificam-se a seguir as obras escolhidas e suas características.

- (a) *Educação como Prática de Liberdade*: obra de grande importância por ter sido a primeira entre as obras do autor (1967), na qual ele desenvolve as noções de uma pedagogia de liberdade, que estabelece como centralidade a práxis, mediante uma ação que reflete as condições históricas de sua origem, bem como evidencia a reflexão da sua experiência com o movimento popular;
- (b) *Pedagogia do Oprimido*: escolhida por ser obra central do autor (1968/1970) após seu exílio, sendo a mais divulgada, com tradução para 36 idiomas. Nessa obra, Freire propõe uma teoria pedagógica dialógica pelo uso de uma práxis reflexiva que contribua com a libertação e a conscientização para a

explicitada ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: o que é realidade? (TONET, 2013, p. 14).

transformação perante as “situações-limites” da realidade objetiva das opressões e desigualdades sociais na relação de classes;

- (c) *Pedagogia da Autonomia*: obra bem atual, apesar de ter sido escrita no século XX (1996), na qual, o autor parte da desconstrução do conceito de ensinar e do ato de ensinar. Contém uma proposta pedagógica fundamentada na ética, no respeito à dignidade e à autonomia de educandos e educandas por meio de uma relação horizontal crítica, propiciando que estes assumam a si próprios como sujeitos sócio históricos e culturais.

Igualmente, para tratar do fenômeno da opressão no pensamento do feminismo negro, analisaram-se algumas das obras das educadoras feministas negras Lélia Gonzalez (1984,1988), bell hooks (2013, 2019) e Patrícia Collins (2019), a fim de serem identificadas experiências e concepções de resistência das mulheres negras contrárias à exploração e à dominação, historicamente obscurecidas por referências de um conhecimento elitista elaborado e valorizado como padrão de melhor qualidade em prol do favorecimento de uma minoria que detém o poder e em detrimento dos saberes dos demais indivíduos, em um contexto social opressor.

Segue-se a identificação das autoras e das obras selecionadas.

- (1) Lélia Gonzalez (1935-1994), intelectual brasileira, focou sua análise na compreensão das interseções entre capitalismo e racismo, evidenciando o privilégio racial, além da divisão racial e sexual do trabalho nas relações de classe, e criou uma concepção de um feminismo afrolatinoamericano. Africanizou o português, subvertendo a língua de dominação e criticando a linguagem colonial eurocêntrica. Criou expressões e conceitos, como *pretogues*, *panafricanidade*, *amefricanas-afrolatinoamericanidade*, enfatizando a cultura negra.
- Obras escolhidas: *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984); *Por um Feminismo Afrolatinoamericano* (1988a). *A categoria política-cultural de Africanidade* (1988b).
- (2) bell hooks (1952), estadunidense do Sul dos Estados Unidos, fundadora do *bell Institute* (2014). Suas produções intelectuais versam sobre as questões de raça, gênero, classe, educação, mídia e cultura contemporânea.
- Obras selecionadas: *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade* (2013); *O feminismo é para todo mundo: políticas*

arrebadoras (2019a); *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019b).

(3) Patrícia Hill Collins (1948), professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park. Ex-chefe do Departamento de Estudos afro-Americanos na Universidade de Cincinnati, foi a primeira presidenta afro-americana do Conselho da Associação Americana de Sociologia e a 100ª presidenta dessa associação. Seus estudos são principalmente sobre o pensamento do feminismo negro como teoria social crítica, reveladora da produção intelectual das mulheres negras estadunidenses.

- Obra selecionada: *Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento* (2019).

2.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS DO ESTUDO

- (i) Consciência de classe, de gênero e de raça: compreende-se que não é somente a estrutura econômica que determina a consciência, existem outros aspectos sociais. As teóricas do feminismo negro contemporâneo desenvolvem uma relação entre essas categorias na perspectiva da interseccionalidade das opressões.
- (ii) Contradição: categoria essencial do materialismo dialético, concretizada na realidade objetiva. As contradições dialéticas (BOTTOMORE, 1988) são caracterizadas em contraste com as oposições ou com os conflitos, exclusivos ou reais, de modo a constituir uma oposição inclusiva. Os conflitos raciais são materiais, gerados na sociedade capitalista, entre as relações sociais de poder e as forças produtivas da relação capital-trabalho.
- (iii) Totalidade: na concepção marxista dialética, nenhum fenômeno social pode ser compreendido externamente às suas relações com a totalidade. Assim, as relações étnico-raciais e de gênero são concebidas na perspectiva histórico-estrutural, na totalidade do processo social, com suas contradições e mediações.
- (iv) Mediação: na dialética marxista, a teoria e a prática são articuladas pelas múltiplas mediações que estabelecem as conexões entre o real e o pensamento, envolvendo a negação e as relações complexas com a totalidade. Dessa forma, na teorização crítica da pedagogia da educação libertadora e do feminismo negro, não é apenas a estrutura econômica que determina a opressão, existem outros

elementos explicativos que se interpolam entre os aspectos econômicos e a opressão.

- (v) *Práxis*: uma das categorias centrais do marxismo. Consiste num processo histórico e social de toda atividade humana, livre e criativa, que possibilita a apreensão do sujeito social produtivo, tornando-se um ser social crítico consciente. Tanto a pedagogia freireana quanto o pensamento do feminino negro ensejam, em sua teorização, uma práxis transformadora da condição opressora de oprimidos e oprimidas e da realidade.

A finalidade dessa categorização é construir uma compreensão do fenômeno social da opressão a partir do diálogo com as ideias do autor e das autoras supra indicado(as). Cumpre ressaltar que não há uma ordem sequenciada para análise e interpretação dessas categorias por estarem articuladas pelo princípio da indissociabilidade. Entrelaçadas entre si, mostram-se fundamentais para a compreensão da opressão do ser social (mulher negra) na sociedade.

Neste sentido, buscou-se, a partir dessas categorias pré-definidas, tanto na relação da luta de classes de opressores(as) *versus* oprimidos(as) como na relação interseccional do racismo e do sexismo com a exploração de classe, evidenciar, na análise dos pensamentos de Freire e de Gonzalez, hooks e Collins, as ideias centrais com vistas a elaborar uma síntese das concepções levantadas no corpo epistemológico organizativo de suas produções sobre o tema da opressão, para concretizar a possível articulação epistemológica entre esse saberes, em consonância com uma prática político-pedagógica transformadora.

2.4 SÍNTESE ARTICULADORA DAS IDEIAS ANALISADAS

Em se considerando o exposto, elaborou-se uma Síntese Articuladora das Ideias Analisadas, que incide sobre o desvelamento das afirmações fundamentais expressas nas obras escolhidas (anteriormente identificadas), suas diferenciações e convergências em resposta ao problema formulado na tese: *quais são os referenciais epistemológicos da educação libertadora e do feminismo negro e, como estes referenciais podem se inter-relacionar na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe?*

A síntese está representada em 03 quadros, a saber: Registro do Tema Central das Obras de Paulo Freire (Quadro 1); Registro do Tema Central das Obras de hooks,

Gonzalez e Collins (Quadro 2); e Registro das Ideias investigadas do autor e das autoras e a relação com as categorias analíticas do estudo (Quadro 3).

Os registros envolvem um conjunto de conceitos teorizados em diferentes contextos, espaços e tempos por Freire, Gonzalez, hooks e Collins, os quais reconhecem na realidade objetiva dois focos: (i) a opressão e a exploração do capitalismo a partir das relações sociais desiguais de poder; e (ii) a justiça social como processo de libertação de explorados e exploradas como base de sustentação para a produção de uma nova organização social, contrária à organização produzida em uma matriz de dominação das relações hierárquicas de poder opressor.

Isto posto, é importante sinalizar a variedade de ideias, desafios e descobertas para as quais evidencio o processo de conscientização da condição opressora e a necessária articulação entre gênero, raça e classe para uma compreensão mais aprofundada dos processos de exploração e opressão das mulheres negras, possibilidades e limites históricos da luta e resistência a dominação racista, sexista e capitalista.

A plataforma de luta política da população negra organizada, desde a escravidão, esteve impedida de sua efetividade reivindicatória pelas relações opressoras das classes dominantes que moldam os indivíduos para a naturalização, conformismo e consentimento da sujeição e subalternização, de *ser menos*.

A verdadeira politização – alcançando consciência crítica – é um processo difícil, “de tentativa”, que demanda desistir de determinadas maneiras de pensar e ser, mudar nossos paradigmas, nos abirmos para o desconhecido, o não familiar. Ao passar por este processo, aprendemos o que significa lutar e, nesse esforço, experimentarmos a dignidade e a integridade de ser, que vem com a transformação revolucionária. Se não transformamos nossa consciência, não podemos mudar nossas ações ou demandar que os outros mudem. Nosso comprometimento renovado com um processo rigoroso de educação para a consciência crítica irá determinar a forma e a direção do futuro movimento feminista. (HOOKS, 2019, p.p. 67-68).

Dessa forma, entende-se que, tal como na pedagogia freireana, para o feminismo negro, o processo de libertação passa pelo processo de uma educação transformadora, problematizando as estruturas opressoras historicamente vivenciadas por mulheres e homens negros e, da exigência de um processo libertador a partir do diálogo estabelecido com as experiências e a conscientização, em especial das mulheres negras. Outrossim, ressalta-se que as dimensões de sexo e de raça são categorias centrais para o entendimento das relações sociais de classe e do poder hierárquico opressor da classe dominante.

Nas narrativas do autor e das autoras pesquisadas, a análise revela a historicidade dos processos das explorações, das opressões e das resistências extraídas da realidade político-cultural da vida dos oprimidos e oprimidas, em particular das mulheres negras, da singularidade de seus diferentes processos de formação da consciência crítica e das rupturas, necessárias para enfrentar, lutar e resistir a interseccionalidade dos sistemas opressores que estruturam as relações econômicas, ideológicas, políticas e culturais do modo de produção capitalista, da reprodução da divisão social, sexual e racial do trabalho, da gestão hegemônica da educação para o capital e do bem viver em sociedade humana.

Quadro 1 - Registro do Tema Central das Obras de Paulo Freire

OBRA	IDEIAS
Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1967.	A obra traz uma análise da sociedade brasileira na década de 1960, considerada pelo autor como uma Sociedade Brasileira em transição. No capítulo Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática, Freire contextualiza, historicamente, a organização social brasileira em referência ao Golpe de Estado (1964). No terceiro capítulo, Educação <i>versus</i> Massificação, ele expõe sua concepção de educação libertadora, contrária à educação tradicional. No último capítulo, Educação e Conscientização, destaca as experiências pedagógicas de Alfabetização de Adultos desenvolvidas no Brasil no período anterior à ditadura de 1964.
Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.	Nesta obra, Freire esclarece a importância e a necessidade de uma pedagogia que transforme a realidade opressora, que seja dialógica, emancipatória do(a) oprimido(a) mediante a práxis como unificação entre ação e reflexão, em oposição à educação tradicional da classe opressora, em que oprimidos(as) vão desvelando o mundo da opressão e comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação.
Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.	A obra apresenta a formação docente fundamentada numa proposta de prática educativa progressista a favor da autonomia de educandos e educandas, por meio de uma relação dialógica horizontal que promova sua autonomia como sujeitos sócio históricos e culturais.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quadro 2 - Registro do Tema Central das Obras de hooks, Gonzalez e Collins

AUTORA	OBRA	IDEIAS
bell hooks	Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.	A autora analisa as consequências do colonialismo na pedagogia da educação, enfatizando a perspectiva histórico-crítica como possibilidade de uma prática libertadora na educação e na luta feminista, como espaços de resistência.

bell hooks	O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvi Libanio. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.	Esta obra explicita o pensamento feminista e estimula as pessoas a adotarem políticas feministas na perspectiva da construção de um projeto de sociedade com justiça social. Traz uma contextualização histórico-crítica sobre o feminismo, ressaltando a conscientização da opressão, a luta de classes feminista contra o racismo, o sexismo, a violência, com proposta de uma educação feminista para a consciência crítica.
bell hooks	Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringola. São Paulo: Elefante, 2019.	A autora em sua narrativa, ao longo desta obra, faz uma espécie de convocação as mulheres negras para erguerem a voz, romperem o silêncio na perspectiva das liberdades, falar de igual para igual, opinar.
Lélia Gonzalez	Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo: ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, 2. p. 223-244, 1984.	A autora analisa a relação entre o racismo e sexismo no contexto da cultura brasileira, destacando a identificação do dominador com o dominado, a partir das noções de consciência e de memória. Desmistifica o mito da democracia racial brasileira.
Lélia Gonzalez	Por um feminismo afrolatinoamericano. Isis Internacional, Santiago, v. 9, 1988a.	Gonzalez reflete sobre uma das contradições internas do feminismo latino-americano, evidenciando a dimensão racial para o entendimento da situação das mulheres no continente, em especial, as mulheres negras e as indígenas como testemunhas da exclusão.
Lélia Gonzales	A categoria política-cultural de Africanidade. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun.1988b.	Nesta obra, a autora lança um outro olhar sobre a formação histórico-cultural do Brasil. Desmistifica a ideia de a formação brasileira ser exclusiva europeia, evidenciando as similaridades com as manifestações culturais de origem africana, refletindo sobre a categoria de amefricanidade, como um processo histórico de intensa dinâmica cultural afrocentrada, para além do aspecto geográfico do continente.
Patrícia Collins	Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Trad. Jamile Pinheiro dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.	A obra relata o projeto de conhecimento que examina a produção intelectual das mulheres negras, em resposta aos desafios específicos que enfrentam sobre principais temas e ideias, tratados na construção de um feminismo negro da diferença.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quadro 3 - Registro das Ideias investigadas do autor e das autoras e a relação com as categorias analíticas do estudo

IDEIAS CENTRAIS INVESTIGADAS	RELAÇÃO COM AS CATEGORIAS DO ESTUDO
------------------------------	-------------------------------------

Intersecção entre capitalismo, racismo e sexismo	A interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe sobre como a condição opressora se estabelece na realidade objetiva, intervindo no conjunto das relações sociais de poder, exige uma consciência crítica, essencial na luta contra as múltiplas opressões, e na resistência a elas, produzidas na intersecção do capitalismo com o racismo e com o sexismo.
Conscientização da condição opressora	A consciência de classe, de gênero e de raça é uma questão teórica importante na compreensão das relações sociais de poder, em que a exploração de classe e o conflito racial e sexista são gerados e mediados pelas contradições de opressores(as) <i>versus</i> oprimidos(as) na realidade objetiva das relações de classes.
Conhecimentos subjugados de resistência	A luta reivindicatória de igualdade de gênero e de raça implica conceber a realidade social como espaço de luta de classes em razão da divisão em classes das sociedades hierarquizadas do modo de produção capitalista. Portanto não é homogênea, apesar do esforço da classe dominante. A contradição se faz presente porque as relações de classes acontecem num processo dialético de subordinação e oposição, na totalidade histórica e social da estruturação capitalista, em que conhecimentos de resistência são construídos pelos grupos oprimidos.
Prática Pedagógica transformadora	A práxis revolucionária, como uma atividade humana intencional de produção da realidade social em oposição à opressão, é criativa, reflexiva e racional. Os grupos oprimidos ao se conscientizarem de sua condição opressora, constroem uma prática pedagógica transformadora visando a um projeto de justiça social.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A despeito de as ideias do autor e das autoras terem sido produzidas em espaços temporais, físicos e epistemológicos distintos, o pensamento político-pedagógico do educador Paulo Freire, baseado na conscientização e na dimensão do conhecimento que emana do sujeito social, enquanto dimensão coletiva da consciência de classe, pode articular-se com os pressupostos epistemológicos do pensamento social do feminismo negro como forma especializada de um conjunto de ideias de temas distintos das experiências e dos saberes das mulheres negras, que refletem a interseccionalidade das opressões dos sistemas dominadores: “Os alicerces das opressões interseccionais se apoiam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social” (COLLINS, 2019, p.138-139) da matriz de dominação.

Nesse contexto, é possível uma articulação epistemológica fundamentada na teoria social crítica, que reflita os interesses e as condições dos grupos sociais oprimidos,

na compreensão e no combate ao fenômeno da opressão em suas múltiplas dimensões, em prol de um projeto de justiça social na perspectiva da equidade, que permita a mudança das relações sociais desiguais e que enfatize os fundamentos de conscientização, de autonomia, de empoderamento, de luta e de resistência às opressões interseccionais de classe, de raça e de gênero, entre outras.

Nesse sentido, a educação como um espaço propício de socialização de conhecimentos, experiências e vivências torna-se um campo favorável para a humanização de estudantes e docentes na perspectiva da formação de novos sujeitos e novas identidades político-culturais.

Destarte, num processo educativo cultural, as diversidades e as diferenças culturais dos vários grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira são básicas para a construção de relações sociais equitativas de gênero e étnico-raciais, fundamentais para uma organização social democrática com justiça social de um país.

Deste modo, valida-se nesta tese, com a Educação Libertadora e com o Feminismo Negro, atentando-se às produções de Paulo Freire e de Lélia González, bell hooks e Patrícia Hill Collins, a busca por uma articulação epistemológica entre esses dois campos de saberes, evidenciando a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados, assim como suas tensões e convergências, com vistas a uma prática político-pedagógica transformadora.

Ressalta-se que alguns questionamentos iniciais surgiram no processo dessa construção teórica, como: quais os principais fundamentos epistemológicos que demarcam, na obra de Paulo Freire, o fenômeno social da opressão e as perspectivas político-pedagógicas de superação da situação opressora de oprimidos(as) e opressores(as)? Quais os pontos centrais da epistemologia do feminismo negro de bell hooks, Lélia Gonzalez e Patrícia Collins que definem a interseccionalidade da opressão de gênero, de raça e de classe nos sistemas de dominação? Que possíveis diálogos, e, também, tensões e conflitos podem ser estabelecidos entre as abordagens epistemológicas freireana e do feminismo negro (em bell hooks, Lélia Gonzalez e Patrícia Collins), na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe?

Dessa forma, iniciou-se essa investigação realizando um aprofundamento teórico acerca das especificidades de cada epistemologia com o objetivo de compreender as ideias centrais estruturantes de cada visão epistemológica, na perspectiva do entendimento dialético entre a educação libertadora freireana e o feminismo negro, bem

como demarcar as possíveis ideias convergentes entre as duas epistemologias em relação à historicidade científica do fenômeno da opressão.

Em concomitância, deu-se prosseguimento à construção da articulação epistemológica, com o propósito de se intercalar as leituras sobre as referidas epistemologias com referenciais teóricos da educação. Assim, cabe destacar que o diálogo epistemológico entre a pedagogia freireana e o feminismo negro, explicitada neste estudo, apresenta natureza descritiva e reflexiva, de cunho teórico, e envolve a análise bibliográfica das obras pesquisadas.

Figura 1 - Articulação epistemológica



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Na configuração metodológica da possível articulação epistemológica, optou-se por utilizar o recurso pedagógico de teia conceitual, que caracteriza a representação de um conjunto de ideias e conceitos dispostos em uma espécie de rede de proposições, de maneira a apresentar mais objetivamente a complexidade dos conhecimentos acerca das opressões nas narrativas de Freire, hooks, Gonzalez e Collins, denominada de “Teia de Articulação Conceitual de Resistência à Interseccionalidade das Opressões de Gênero, de Raça e de Classe”.

Essa constituição de teia de saberes das representações de significados, de palavras ou de conceitos é essencial porque suscita interações entre diversos contextos de transformações, uma vez que, no espaço e no tempo, a significação das palavras e dos conceitos desloca as relações de um lugar conhecido para outro em processo de formação e de luta política.

Dessa forma, entre os resultados, apontam-se: o (as) referido (as) teórico (as) compartilham posições epistemológicas convergentes, no que diz respeito à importância da historicidade do processo de luta política e resistência dos oprimidos e oprimidas aos sistemas exploradores e opressores no campo das relações sociais de poder das sociedades hierarquizadas, centrada na prática político-pedagógica de resistência às opressões; os conceitos que demarcam similaridade de forma mais contundente referentes à compreensão do fenômeno da opressão entre as epistemologias são autonomia, conscientização, conhecimentos subjugados, diálogo, identidade cultural, libertação, luta política, opressão de classe, de gênero e de raça, práxis revolucionária e resistência, os quais demandam uma consciência crítica, essencial na luta e resistência às múltiplas opressões e permitem entender a realidade a partir de ponto de vista de diferentes pensamentos, advindos das experiências e sobrevivências das pessoas oprimidas, constituindo-se em elementos fundamentais de ressignificação da condição opressora e de sua superação e potencializando uma práxis educativa libertadora.

Assim, a proposta de articulação epistemológica entre a educação libertadora freireana e o feminismo negro, está desenvolvida no quarto capítulo desta tese.

3 PERSPECTIVAS DISTINTAS DE COMPREENDER A OPRESSÃO: o diálogo entre educação libertadora e feminismo negro

A fim de examinar como as ideias da educação libertadora freireana e do feminismo negro contribuem com a luta das mulheres negras no enfrentamento do contexto histórico (desigual e discriminador) que as atinge enquanto luta de classes, busca-se, no materialismo histórico-dialético, como método de conhecimento da realidade concreta, sistematizado por Marx e Engels (1963), os aportes epistemológicos necessários à compreensão e à elucidação do fenômeno da opressão, na relação das ideias com a prática social, na materialidade de sua apresentação no contexto social do sujeito oprimido – no caso, mulheres negras.

Marx, segundo Löwy (1998, p. 22), apresentou no texto das *Teses de Feuerbach* de 1845, “uma maneira nova de entender ou tentar enfrentar esse tipo de questão: a relação entre as ideias e a ação ou prática social [...] o que seria uma nova concepção de mundo: *o materialismo histórico, dialético, filosofia da práxis dialética, revolucionária, etc*”. (Grifo nosso). O autor considera que não há uma única maneira de definição do

método inaugurado por Marx, seria muito empobrecedor e limitador, por isso utilizou todos esses.

Löwy (1998, p. 23) explica que a questão do dilema entre o materialismo mecânico e o idealismo neo-hegeliano está na tese de número 3 sobre Feuerbach, que diz o seguinte:

A teoria materialista segundo a qual os homens são produto de circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias se transformam precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Esta concepção, esta teoria materialista conduz, pois, necessariamente, a divisão da sociedade em duas partes, uma das quais está por cima da outra. (LÖWY, 1998, p. 23).

Com essa explicação crítica ao materialismo burguês, Löwy (1998, p.23) explicita que a “coincidência entre a modificação das circunstâncias e a automodificação só pode ser entendida racionalmente como práxis revolucionária”. Dessa maneira, a revolução é um fator essencial, na teoria marxista, para a transformação social.

É nesse sentido que se pode dizer que a filosofia da práxis de Marx é uma superação dialética ou, para utilizar o termo de Hegel, é uma *Aufhebung* do idealismo e do materialismo anteriores, uma vez que essa superação dialética é, ao mesmo tempo, a destruição dos termos da contradição, a conservação dos elementos racionais contidos em cada um desses termos e, ainda, a elevação do problema a um nível superior, a uma solução superior (LÖWY, 1998, p.p. 24-25).

O conceito de práxis, embora tenha sua origem no pensamento aristotélico, este que se tornou conhecido no Ocidente no século XIII, portanto anterior ao marxismo, aprofunda-se no pensamento da filosofia marxista e torna-se o elemento central do materialismo histórico. Uma das importantes características do materialismo histórico-dialético é justamente destacar, na teoria do conhecimento, a prática social como critério de verdade.

Assim sendo, a junção do materialismo com a dialética sustenta que o material e o ideal são opostos, porém estão dentro de uma unidade em que o material – a base – procura as explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos naturais da sociedade e do pensamento social, que permite a esta sistematizar um acervo demandado sobre as possibilidades de conhecer a realidade natural e social.

A dialética marxista, por ser essencialmente crítica, possibilita a percepção da unidade na diversidade, ou seja, concebe a totalidade como expressão do particular e do

geral, com suas contradições e interações que, simultaneamente, revelam e escondem a essência do fenômeno.

Seguindo essa linha argumentativa, esta seção contemplará o debate acerca do fenômeno da opressão: (i) na perspectiva da educação libertadora, pilar da teoria freireana, construída no paradigma histórico-crítico-libertador que relaciona teoria e luta de classe, tendo como marcadores a transformação estrutural (social, política, cultural e econômica) e o sujeito social e político como protagonista da transformação social; e (ii) na perspectiva da interseccionalidade – paradigma interpretativo dos marcadores sociais de desigualdade e promotores das opressões de gênero, de raça e de classe, base da epistemologia do feminismo negro, que relaciona racismo, sexismo, exploração de classe e outras formas de discriminação oriundas das relações sociais de poder.

O objetivo é aprofundar a reflexão sobre as seguintes questões: quais os principais fundamentos epistemológicos demarcadores, na obra de Paulo Freire, do fenômeno social da opressão e as perspectivas político-pedagógicas de superação da situação opressora de oprimidos(as) e opressores(as)? Quais os pontos centrais da epistemologia do feminismo negro de bell hooks, Lélia Gonzalez e Patrícia Collins, definidores da interseccionalidade da opressão de gênero, de raça e de classe nos sistemas de dominação? E que possíveis diálogos, tensões e conflitos podem ser estabelecidos entre as abordagens epistemológicas de Freire e do feminismo negro na perspectiva de uma teia conceitual de resistência à interseccionalidade da opressão de gênero, de raça e de classe?

Mediante essas epistemologias, buscou-se um caminho para pensar a composição de alternativa político-pedagógica de resistência à opressão de gênero, de raça e de classe nas relações sociais de poder, focando-se a questão no âmbito da educação. Nesse sentido, apresenta-se a relação de classes entre opressores(as) e oprimidos(as) como o contraponto crítico de Paulo Freire da educação, o feminismo negro e a interseccionalidade para o desvelamento da teia das opressões racistas, sexistas e classistas, e possíveis diálogos entre a educação libertadora e o feminismo negro.

3.1 OPRESSORES(AS) E OPRIMIDOS(AS): o contraponto crítico de Paulo Freire na Educação

A disputa sobre a hegemonia do pensamento educacional na sociedade contemporânea tem se ampliado em vários campos – no acadêmico, no governamental, no empresarial e nos movimentos sociais –, com perspectivas diferenciadas de

abordagens teóricas. Na maioria das vezes é sem uma análise crítica do papel da educação na sociedade dividida em classes sociais, que tradicionalmente utiliza, desde o século XIX, um modelo pedagógico hegemônico amplamente disseminado por sistemas educacionais. Tal modelo oculta a reflexão das inúmeras contradições econômicas, políticas e culturais inerentes a uma sociedade hierarquizada.

Nessa conjuntura, torna-se imperioso e urgente mais uma vez analisar as limitações desse modelo educacional, as possibilidades e os desafios de refletir sobre outras perspectivas educacionais, ratificando-se o pressuposto de que a educação continua sendo um dos elementos básicos da geração e representação da cidadania, da igualdade de direitos e da justiça social de uma sociedade democrática.

3.1.1 Perspectivas educacionais

Na perspectiva da educação historicamente hegemônica pelas classes dominantes, tem-se imputado aos diferentes grupos sociais da classe trabalhadora uma formação que habilite para a servidão do trabalho no âmbito social, técnico e ideológico. A crítica a essa educação subordinada ao capital evidenciou os mecanismos de dominação da classe opressora que controla os meios de produção e fez emergir categorias analíticas que apontam as contradições do fenômeno educativo na relação indivíduo-sociedade numa visão dialética marxista, que concebe a educação como prática social histórica, inerente à atividade humana, definida nas relações sociais de poder.

Assim sendo, torna-se importante delinear, embora sucintamente, os principais aspectos (o crítico e o dialético) da teoria crítica desenvolvida pelos estudiosos da Escola de Frankfurt, na metade do século XX, na Alemanha, a qual influenciou o pensamento ocidental e tem sido muito utilizada para demarcar estudos de natureza teórica. Essa teoria parte do pressuposto de uma crítica ao caráter cientificista das ciências humanas, mediante a utilização: (i) dos princípios marxistas para explicar como a sociedade de classe funciona; e (ii) da psicanálise para elucidar a formação do indivíduo como parte do corpo social. É compreendida na perspectiva de uma autoconsciência social crítica porque busca a mudança e a emancipação do ser humano por meio do esclarecimento.

Para Giroux (1986, p. 22), a teoria crítica “refere-se à natureza de crítica autoconsciente e à necessidade de desenvolver um discurso de transformação social e de emancipação”, uma vez que o compromisso dos teóricos críticos da escola frankfurtiana era adentrar em um mundo de aparência e, por meio de uma análise crítica da realidade

concreta, mostrar as relações sociais objetivadas em sua essência. O autor afirma, ainda, que a teoria crítica “refere-se tanto a uma ‘escola de pensamento’ quanto a um processo de crítica [...] ao fornecer uma série de valiosos ‘insights’ para o estudo da relação entre teoria e sociedade” (GIROUX, 1986, p. 22-23).

Assim, o que caracteriza esses processos críticos do pensamento frankfurtiano são a capacidade intelectual crítica e a competência dialógica dos teóricos. Essa teoria possui, como linha de pensamento, a crítica ao iluminismo, à razão instrumental da racionalidade iluminista, que fora concebida como processo emancipatório e que, na verdade, acaba no decorrer de sua prática, transformando-se em processo instrumental para dominação e opressão.

Dessa maneira, a teoria crítica descarta a visão dogmática, positivista e cientificista da teoria tradicional, cuja principal característica é a razão instrumental, porque há um contexto maior no campo científico e social. Segundo Giroux (1986, p. 28), a crise da razão instrumental “está relacionada com as crises mais gerais nas ciências e na sociedade como um todo. Horkheimer argumentou em 1972 que o ponto de partida para entender ‘a crise da ciência depende de uma teoria correta da situação social presente’ [...]”, em que a racionalidade iluminista está inserida. Assim sendo, a teoria tradicional tem uma lógica de desenvolvimento oposta ao pensamento da teoria crítica, que vê a sociedade na sua totalidade, buscando aliar teoria e prática, em consonância com o pensamento dialético que se refere tanto à crítica quanto à reconstrução crítica.

De acordo com a análise de Giroux (1986, p. 47), os teóricos da Escola de Frankfurt acreditavam que seria “com uma compreensão da dialética entre indivíduo e a sociedade que a profundidade e a extensão da dominação, como existia tanto dentro como fora do indivíduo, poderia ser modificada e transformada”. Eles almejavam, assim, uma forma de interpretar as relações sociais a fim de contextualizar os fenômenos que acontecem na sociedade, propondo a dialética marxista como método de investigação analítica dos fenômenos sociais, relacionando esses fenômenos com as forças sociais por meio das quais foram gerados.

Sob esse viés, a realidade é concebida como espaço conflitante de luta de classes, em que a educação é parte inerente das relações sociais de poder, atuando como processo histórico-social objetivo em unidade dialética com a totalidade, no contexto contraditório da sociedade capitalista. “Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana” (FRIGOTTO, 1996, p. 32). Nessa luta de classes entre opressores(as) e

oprimidos(as), o embate do processo educativo é não permitir que a formação humana seja atrelada a uma visão mercadológica das leis que regem o mercado, como a educação na perspectiva economicista.

A educação como subordinação do capital está presente ao longo de toda a história do capitalismo, desde seu surgimento, passando pelo capital monopolista até o capitalismo globalizado, “como uma fábrica de perversidades. [...] A educação de qualidade é cada vez mais inacessível na atualidade” (SANTOS, 2000, p.10), estabelecendo uma visão unitária dominante da realidade subjetivada, que aprofunda a desigualdade e a destruição do planeta. Esse processo de globalização denominado de perverso por Milton Santos expressa uma configuração globalizada de mundo e de sociedade hegemônica, que se internacionaliza perversamente, ampliando o fosso social e econômico entre as classes sociais e entre Estados/Nação na relação norte e sul, ultrapassando as fronteiras, produzindo e reproduzindo a dominação e a exploração geradoras das desigualdades e discriminações sociais de gênero e étnico-raciais, nos variados espaços, inclusive na educação.

Dessa forma, a dominação capitalista, com sua racionalidade coercitiva, está presente na educação, encontrando legitimidade em mecanismos, procedimentos e instrumentos didáticos, pedagógicos e de gestão utilizados na escola conservadora, tornando a dominação capitalista mais complexa, uma vez que atravessa, de forma autoritária, hegemônica e desigual, as relações político-pedagógicas de produção do conhecimento e do poder gerencial da escola.

Ao se conceber a educação como atividade política, entende-se que essas relações acontecem e são determinadas no espaço do poder ideológico e político da hierarquização das estruturas das classes que compõem esses lugares. Portanto, o compromisso de educadoras e educadores seria desnudar a realidade que, muitas vezes, encontra-se obscurizada ou invisibilizada no cotidiano escolar.

Nesse sentido, e sob uma perspectiva crítica, contrapondo-se à visão de educação conservadora, discriminatória e opressora, é que Paulo Freire formula a Educação Libertadora, ou seja, uma educação como prática de liberdade. Ao teorizar sobre a educação como um ato político, explicita a relação da educação com a política, o seu papel político-libertador e enfatiza o compromisso da educação com os processos de mudança para a libertação das massas oprimidas contra a dominação das classes opressoras. Esta concepção evidencia uma prática pedagógica gestada dentro da luta de

classes, pela libertação da opressão de educandos e educandas pela conquista de uma consciência crítica para a transformação social com justiça social.

3.1.2 Perspectiva crítica da educação freireana

Paulo Freire (1921-1997) – conhecido mundialmente como filósofo e teórico da educação, principalmente por seus pensamentos críticos sobre a educação bancária, antidialógica, dominadora, desenvolvida pelas elites que, na ânsia de conquistar, oprimem. Sua inspiração como educador crítico emerge da situação concreta de opressão, na convivência com grupos oprimidos observados em suas formas de ser, de comportar-se e de refletir-se, para a compreensão da estrutura da dominação do sistema capitalista.

A concepção da educação freireana, parte fundamentalmente de um contexto concreto para responder a esse contexto que representa o processo de desenvolvimento. Nele também está contido o movimento de superação dos aspectos culturais coloniais opressores. Dessa forma, procura demonstrar, do ponto de vista dos grupos oprimidos, qual o papel da educação na construção de uma sociedade democrática, resultante da luta política popular.

Nesse sentido, desenvolveu uma teoria do conhecimento a partir dos interesses dos oprimidos e das oprimidas, valorizando seus saberes e considerando a conscientização sobre suas situações opressoras, como necessárias para suas libertações. Considera fundamentalmente a unidade entre teoria e prática para a condução do ato educativo, que é também um ato político na direção libertadora.

Essa teoria tem uma perspectiva crítico-dialógica baseada em quatro dimensões: a lógica relacionada aos métodos do conhecimento; a histórica referenciada na relação entre conhecimento e contexto; a gnosiológica alusiva às finalidades do conhecimento; e a dialógica referente à comunicação do conhecimento construído. Nessa perspectiva dialógica da educação, os sujeitos em colaboração se encontram para a transformação do mundo e de si mesmos na práxis revolucionária.

Paulo Freire (1987, p. 30) defendeu e priorizou a humanização por considerar que a “desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é a distorção da vocação de ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica”. Para o autor, essa distorção conduziria oprimidos e oprimidas a lutarem contra opressões que os(as) colocam em uma condição de inferioridade – a de *ser menos*. Convicto com essa

perspectiva, elaborou um conjunto de conceitos importantes (oprimido, práxis, conscientização, sujeito-objeto, libertação) inspirados em pensadores humanistas, existencialistas, fenomenológicos e marxistas, reelaborando elementos fundamentais desses pensamentos filosóficos, sem maniqueísmo ou sectarismo, acreditando que a educação melhoraria a condição humana de oprimidos e oprimidas.

Assim, partindo de “uma psicologia da opressão influenciada pelos trabalhos de psicoterapeutas, tais como Freud, Jung, Adler, Fanon e Fromm”⁸, Paulo Freire desenvolveu uma pedagogia contrária a uma percepção psicológica da opressão, por acreditar que a educação contribuía com a melhoria da condição humana. Com essa perspectiva ontológica, formulou a pedagogia do oprimido.

Por conseguinte, o referencial teórico da obra *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987) é predominantemente de origem humanística, fundamentado em um paradigma dialético, hegeliano, da subjetividade e da objetividade na sua estrutura epistemológica⁹. Entretanto, “[...], tanto os críticos como os defensores de Freire reconhecem que tal assimilação nunca ocorreu de forma exclusiva ou dogmática, o que acabou por desenvolver caminhos próprios de interpretação do legado de Hegel”. (CARON, 2010, p.338). Sua obra é influenciada também pelas obras de Franz Fanon – *Os Condenados da Terra* (1961), de quem Freire toma emprestado a expressão “condenados da terra”, para referir-se aos oprimidos ou aos “esfarrapados do mundo”, reafirmando a importância da luta dos oprimidos e oprimidas pela restauração de sua humanidade e, de Albert Memmi – *Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador* (1967) –, autor que retrata a violência do colonialismo europeu como fenômeno histórico que comandou o estabelecimento do mundo colonial, provocando a destruição das formas sociais autóctones e de seus sistemas de referência econômica e cultural.

Para Freire,

[...] a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. (FREIRE, 1987, p. 30-31).

⁸ Carlos Alberto Torres. A pedagogia política de Paulo Freire. In: Paulo Freire: política e pedagogia. Porto Editora, LDA, Portugal, 1998, p. 50.

⁹ Definimos como epistemologia a concepção de conhecimento que Paulo Freire deixa transparecer em seus textos, sem explicitação sistemática e sem a preocupação de fazer uma ciência do conhecimento. Trata-se de uma epistemologia crítica, de base interacionista ou construtivista, segundo a qual o conhecimento resulta de construções do sujeito em interação com o mundo, a sociedade ou a cultura. (Dicionário Paulo Freire, 2010, p.256)

Ele imprime, em sua teoria, uma marca inovadora, inscrita em um pensamento histórico-crítico-libertador e emancipador no enfrentamento à opressão e à dominação a favor da resistência e da luta de oprimidas e oprimidos pela libertação.

Destarte, a luta por uma práxis libertadora contra a opressão significa que “a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos¹⁰”. Compete a oprimidos e oprimidas lutarem pela libertação, que significa lutar pela humanização dos seres humanos oprimidos. Ou seja, oprimidas e oprimidos só encontrarão a liberdade, se houver consciência da opressão e engajamento efetivo na práxis libertadora para a superação da situação concreta geradora da opressão. Entretanto, essa vocação humana é negada pela situação de injustiça, de exploração e de violência resultante de uma “ordem”, ou “desordem”, produzida por opressores(as) que geram o *ser menos*, aquela/aquele que tem seus direitos negados como sujeito-histórico, que é dominada(o) e subalternizada(o) como ser inferior pelo processo de colonização.

Essa inovação é pautada em um processo de superação da contradição opressor(a)-oprimido(a): “[...] somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam” (FREIRE, 1987, p. 43). Segundo o autor, a situação concreta da opressão e dos(as) oprimidos(as), assim como suas formas de ser, de comportar-se e de refletir-se na estrutura da dominação, será compreendida na convivência com os grupos sociais oprimidos

Situa-se, portanto, a opressão no contexto objetivo da realidade histórico-social como produto da ação humana, assim como sua transformação em uma relação dialética da objetividade com a subjetividade, cujo conhecimento da realidade opressora em suas bases material e concreta, na sua totalidade – que vai além de sua aparência, uma vez que está assentada na análise dialética das relações sociais e econômicas, que é a sua *essência* – *coisa em si*, manifestada no fenômeno em que o sujeito está inserido –, contribui para a transformação.

Contudo, a dinamicidade da sociedade proporciona o contraditório entre as relações de classes em que oprimidas e oprimidos – caracterizadas(os) como consciência “servil” em relação à consciência do(a) senhor(a) –, a partir da consciência crítica

¹⁰ Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca. [...]. Este fazer “a opressão real ainda mais opressora, acrescentando-lhe a consciência da opressão”, a que Marx se refere, corresponde à relação dialética subjetividade-objetividade. [...] A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido (FREIRE, 1987, p. 37-38).

adquirida com a práxis, constrói um processo de resistência que faz emergir os conflitos entre dominadas(os) e dominantes pela libertação da opressão e da exploração.

Nesse sentido, o pensamento político-pedagógico de Paulo Freire está direcionado ao combate à educação pronta, feita pela elite e para ela, denominada pelo educador de educação bancária por estar centralizada na figura de “professores e professoras que sabem e de alunos e alunas que não sabem”, em uma relação de sujeito e objeto – professores e professoras como sujeitos do processo pedagógico e alunos e alunas como objetos desse processo.

Essa educação bancária, de acordo com Freire (1987), tem a finalidade de perpetuar a divisão social do saber e do poder: opressores e opressoras, os (as) que sabem tudo; e oprimidos e oprimidas, os (as) que nada sabem e são apenas expectadores (as) da ação educativa. “A opressão, que é um controle esmagador, é necrófila¹¹ para manter o controle” (FREIRE, 1987, p. 65) sobre as consciências de excluídos e excluídas no contexto funcionalista do conservadorismo social. A cultura opressora produz e reproduz a lógica desumanizadora da vida em sociedade, em busca pelo domínio da estabilidade e da coesão institucional interna, tal qual acontece na sociedade pela força da classe dominante para manutenção do poder ao longo do tempo.

A educação como prática da dominação, “mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos que a realizam), é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão.” (FREIRE, 1987, p. 66). De tal modo, a opressão – como relação de poder para manutenção do *status quo*, existente em diversas formas de sociedade e organização política de subjugação da grande maioria da população – provoca na escola uma dicotomia entre professores e professoras, como depositantes dos conteúdos e transmissores(as) de valores, comportamentos e conhecimentos; e alunos e alunas, como depositórios que recebem passivamente esses ensinamentos.

Essa atitude torna o ensino dominador, mecanicista, controlador do pensar e do fazer, com uso de uma prática pedagógica que reproduz a opressão da sociedade, causando não só efeitos negativos na vida de educandos (as) e educadores (as) como

¹¹ É na reflexão sobre a cultura da opressão e sobre o desvelamento de suas práticas efetivas no conjunto da sociedade e a necessária superação desta por um novo ethos cultural (humanista/libertador), que Freire trabalha a tensão entre biofilia-necrofilia. Igualmente, é na Pedagogia do oprimido que desponta, de forma mais explícita, o binômio biofilia-necrofilia. Esse binômio está diretamente relacionado com o desafio de construirmos uma educação libertadora como caminho para uma práxis social transformadora. (ZITKOSKI, 2010, p.102).

também a alienação¹² do trabalho educativo em razão da desumanidade com que o poder é exercido pela escola.

Essa prática, como forma de poder, implica a negação do sujeito social que busca emancipação e relaciona-se diretamente com a estrutura de exploração e de opressão do sistema econômico capitalista, cuja base é a propriedade privada dos meios de produção, a acumulação de capital, a exploração e a alienação do trabalho assalariado e a competitividade do mercado, que garantem o funcionamento desse sistema de modo de produção.

Na contraposição dessa concepção de educação bancária, Freire (1987) desenvolve, a partir da relação com grupos oprimidos, uma teoria do conhecimento que prioriza a conscientização na relação entre pensar e atuar – um pensar crítico que percebe a realidade como processo em diálogo com o(a) outro(a), ou seja, uma educação dialógica como prática da liberdade, em que a “dialogicidade começa não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com este” (FREIRE, 1987, p. 83). Sendo assim, o saber é construído coletivamente para a tomada de consciência de oprimidos e oprimidas sobre os processos de exploração econômica e de dominação política, em vista de sua libertação.

Na pedagogia freireana, a liberdade é caracterizada como um princípio ético que indivíduos assumem com os direitos e os deveres por meio do conhecimento que possibilita uma relação dialética com o mundo, adquirindo um significado de estar no mundo. É uma liberdade relacionada à descolonização das mentes: “Paulo Freire e Amílcar Cabral tiveram a lucidez, cada um a seu modo, de insistir na importância da libertação das mentes como integralização do processo de emancipação” (ROMÃO, 2012, p. 41). Uma liberdade como ausência e esperança, como rumo e conflito, da realidade objetiva.

Por essa razão, a conscientização não consiste em “estar diante da realidade”, em uma posição falsamente intelectual, uma vez que ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato “ação-reflexão”. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo, que é próprio do ser humano.

Freire (2016), ao incorporar o termo *conscientização* à sua *práxis revolucionária*, visa inserir oprimidas e oprimidos tanto na produção (práxis produtiva) quanto na

¹² Aqui entendida no âmbito do trabalho alienado e das relações de produção, em Marx.

transformação da sociedade (práxis revolucionária), aprofundando o seu significado numa perspectiva político-pedagógica do desenvolvimento crítico da tomada de consciência, “[..] em que a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade” (FREIRE, 2016, p. 55), mostrando, com essa compreensão, a relação entre o *pensar e o atuar* para poder transformar a realidade.

Assim, a conscientização é o teste da realidade. Quanto mais nos conscientizamos, mais “desvelamos” a realidade, e mais aprofundamos a essência fenomênica do objeto diante do qual nos encontramos, com o intuito de analisá-lo. Por essa razão, a conscientização não consiste num “estar diante da realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. Ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato “ação-reflexão”. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo, e que é próprio dos homens. Por essa razão mesma, a conscientização é engajamento histórico. Ela é igualmente consciência histórica: por ser inserção crítica na história, ela implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. A “conscientização” não tem como base uma consciência, de um lado, e um mundo, de outro; aliás, ela não busca tal separação. Pelo contrário, está baseada na relação consciência-mundo. (FREIRE, 2016, p.p.56-57).

Nessa perspectiva conscientizadora, o ato de ler e de escrever torna-se um ato político-pedagógico de conscientização da realidade, um instrumento de luta contra a opressão compreendida como um ato de violência dos detentores do poder, conduzida de maneira geracional, formando a consciência dominadora dos opressores e determinando indivíduos oprimidos, perante uma realidade opressora naturalizada.

Assim, a educação libertadora freireana tem uma relação com a construção de um projeto de sociedade inclusivo e solidário, com justiça social, relacionada com a igualdade humanizadora dos seres humanos como sujeitos-históricos e culturais, inserido em uma estratégia mais geral de ação política que consolida um conhecimento que extrapola a escola. Consequentemente, demanda uma inserção nas lutas permanentes dos movimentos sociais, pois visa a valorização e humanização da educação como práxis revolucionárias.

Em contrapartida, demarca grandes desafios enfrentados pelos educadores(as) e educandos(as) na sociedade contemporânea, a partir das demandas expressas pelas diferenças dos sujeitos sociais historicamente oprimidos, que permanecem pulsantes no centro da luta de classes, pela transformação das estruturas opressoras de poder.

Na América Latina, o golpe de Estado se tornou a resposta das elites econômicas e militares no poder às crises provocadas pela emergência popular. Essa resposta varia de acordo com a influência relativa dos militares. No Brasil, a transição que marca o golpe de Estado representa um retorno a uma ideologia de desenvolvimento baseada num abandono da economia nacional a interesses estrangeiros, ideologia na qual “a ideia de grande empresa internacional substitui a ideia de monopólio do Estado como base do desenvolvimento”. [...]. Porquanto a revolução ainda é possível nessa fase, a análise deve se concentrar no confronto dialético entre o projeto revolucionário (ou, infelizmente, os projetos) e o novo regime. (FREIRE, 2016, p.121-122).

Esta citação de Paulo Freire, escrita na década de 1970 do século XX¹³, ao retratar a situação do continente latinoamericano, em especial a do Brasil, pós golpe militar de 1964, simboliza também, resguardado o processo histórico, o cenário internacional e nacional pouco promissor, do século XXI. Nesse sentido, na concepção pedagógica freireana, a educação é também dialógico-dialética, porque suscita uma relação entre educando(a), educador(a) e o mundo, de um sujeito consciente e crítico que, pela reflexão, atua na realidade e a transforma pela ação.

Deste modo, a educação se concretiza em duas dimensões: política, na perspectiva da leitura de mundo; e gnosiológica, com a leitura da palavra, que serve para demarcar as elaborações humanas. Com essas dimensões, a educação freireana enquanto práxis enseja uma profunda interação entre prática e teoria, como resultado da relação entre a dimensão política e a dimensão gnosiológica da relação pedagógica, dialética e especialmente crítica da leitura consciente do mundo, mediada pelas suas contradições.

Por esse prisma, esses pressupostos da concepção pedagógica freireana emergem com extrema relevância no atual cenário internacional e nacional, em que democracias, como a do Brasil, sofrem ataques cotidianos com o avanço do fascismo da extrema direita estabelecido nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), via forças autoritárias na política, conservadoras na economia, com retrocesso dos direitos civis conquistados pelos movimentos sociais populares.

Destaca-se, no âmbito da economia do Brasil, a questão do orçamento público da união, tratado similarmente, como dimensão doméstica, provocando desequilíbrio nas atividades econômicas e sociais. De acordo com o IBGE, no segundo trimestre de 2020,

¹³ O contexto inicial da produção de Freire foi marcado, a nível macroestrutural, pelo nacionalismo-desenvolvimentista e pelo populismo. Entremeados pelo governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1955-60) e pela posterior ascensão ao poder do “nacional-populismo” de João Goulart (1961-64) e suas “reformas de base”, culminando com o golpe civil-militar de abril de 1964. (SCOCUGLIA, 2019, p. 31).

o Produto Interno Bruto (PIB), que representa o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos no país, teve uma queda de quase 10%:

O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 9,7% no segundo trimestre de 2020 (comparado ao primeiro trimestre de 2020), na série com ajuste sazonal. Em relação à igual período de 2019, o PIB caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. (IBGE, 2020).

Estruturalmente, o Brasil vivencia o barbarismo de um neoconservadorismo legitimado no governo, apoiado em dois pilares principais, o político reacionário e o religioso fundamentalista, com a validação de um código que autoriza o racismo, o sexismo, a homofobia, a violência contra as mulheres, o genocídio da juventude negra, o estupro e o avanço do empobrecimento da classe trabalhadora na exploração e opressão de sua força de trabalho, retratada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020.

A taxa de desocupação (13,3%), no trimestre móvel referente aos meses de abril a junho de 2020, cresceu 1,1 ponto percentual em relação ao trimestre de janeiro a março de 2020 (12,2%) e 1,3 ponto percentual frente ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (12,0%). (IBGE, 2020).

A política desenvolvida pelo governo atual está centrada no poder dominador da desqualificação das diferenças dos sujeitos sociais e a perseguição a elas, com ataques às liberdades individuais e coletivas. Descaso e diminuição de orçamento para as políticas públicas de educação, de saúde, de previdência, de emprego e de ciência e tecnologia, via Emenda Constitucional 95/2016, promulgada em 15 de dezembro de 2016 no governo Temer, conhecida como a Emenda Constitucional dos Teto dos Gastos Públicos. Esta alterou a Constituição Brasileira de 1988, para instituir um Novo Regime Fiscal, que limita por 20 anos os gastos públicos nos Orçamentos Fiscal e na Seguridade Social, além de incidir sobre todos os Órgãos.

De acordo com o Ministério da Educação, o corte de R\$ 4,2 bilhões do orçamento para 2021 será repassado a todas as áreas do ministério. Nas universidades e institutos federais de ensino, a previsão de corte é de R\$ 1 bilhão. A contenção no orçamento não inclui as despesas obrigatórias, como pagamento de pessoal. Os valores estão no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2021, feito pelo Ministério da Economia e confirmado pelo Ministério da Educação. (AGÊNCIA SENADO).

Isto posto, reafirma-se a relação da educação libertadora com a construção de um projeto de sociedade inclusivo e solidário. “O projeto revolucionário conduz a uma luta contra as estruturas opressoras e desumanizadoras”. (FREIRE, 2016, p.145). E, devido às demandas expressas pelas diferenças dos sujeitos sociais historicamente oprimidos, aqueles que foram impedidos de *ser*, de assumir sua própria historicidade, devem contribuir com a libertação e transformação da consciência individual e coletiva que reflita nas estruturas sociais, para transformá-las.

Portanto, o processo de conscientização, como ação político-pedagógica, consiste em sair de uma percepção espontânea da realidade e chegar a uma etapa crítica, em que a realidade se torna um objeto cognoscível, posto que a conscientização enseja uma ação associada à *liberdade* e à *libertação*, categorias sociais que compõem a concepção antropológica freireana. Concepção fundamental para compreender a educação atual do Brasil e a formatação da luta política libertadora.

Emana dessa concepção libertadora a centralidade da teoria freireana – a *conscientização* da luta pela liberdade como práxis transformadora da condição opressora dos sujeitos políticos –, a qual deve se concretizar em uma perspectiva pedagógica que forneça ao sujeito oprimido e oprimida condições de desvendar-se e apoderar-se de sua própria história.

Portanto, a teoria do conhecimento freireano, assenta-se sobre uma asseveração ontológica da existência do ser social, que parte de uma abordagem ontológica do conhecimento da realidade. Fundamenta-se na afirmativa ontológica de que o aspecto definidor da existência humana é o fato de homens e mulheres produzirem história e cultura, e história e cultura produzirem o ser humano.

Tal compreensão, em sua dimensão ampla e fundamental de produção histórica e cultural – portanto da realidade do conhecimento empírico e da sua experiência –, é entendida como uma construção dialética ancorada na humanização do ser humano, na sua essência, oposta à desumanização como realidade histórica e como condição para a liberdade do ser humano.

Por conseguinte, assim como ninguém pode se libertar apenas pelos próprios esforços, ninguém pode ser libertado pelos outros. Enquanto fenômeno humano, a libertação não pode ser obtida por semi-humanos. Sempre que tratados como semi-humanos, os homens se desumanizam. Quando os homens já estão desumanizados, por conta da opressão de que padecem, não carece lançar mão de métodos de desumanização para que alcancem a libertação. [...] A convicção que os oprimidos têm de que devem lutar pela libertação não é

um dom dos líderes revolucionários, mas o resultado da própria conscientização. (FREIRE, 2016, p.139).

Nesta perspectiva, a educação libertadora freireana contrapõe-se a uma consciência mecanicista, fragmentada dos seres humanos, comprometendo-se com “corpos conscientes”¹⁴, como consciência intencionada ao mundo, ou seja, responde à essência do ser da consciência de mundo e de si mesmo. Paulo Freire defende uma educação para a liberdade, via a conscientização dos seres humanos para a humanização, mostrando dialeticamente a relação entre *pensar e atuar*.

A esse respeito, Chabalgoity (2017, p. 23-24) acentua:

Em sua tradução decolonial, humanística e marxista, na luta pela coerência dialética entre a reflexão crítica sobre a realidade concreta e a ação crítica sobre essa mesma realidade, Freire pondera a importância da consciência e da subjetividade na imperativa transformação. A consciência de classe passará pela consciência de oprimido. Na vigilante reflexão ontológica que lhe guia, Paulo freire demonstra de forma concreta a importância da tradutibilidade ensinada por Gramsci. Não há dicotomia alguma em seu pensamento dialético. Essas só existem como recurso de nossas explicações didáticas. [...] A ontologia do oprimido só se constrói na práxis: a busca por sua prática é a busca por sua teoria; sua busca pela transformação das estruturas de dominação é a sua busca pela transformação das superestruturas; a pedagogia do oprimido é, da mesma, uma busca pelo saber de si do oprimido. (CHABALGOITY, 2017, p. 23-24).

A obra e a prática político-pedagógica de Paulo Freire são motivadas por uma filosofia de valores, materializada na forma de conduzir a produção dos saberes e da prática social sempre com uma reflexão ética de valores da singularidade do outro, como pessoa, como ser humano.

É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas. É na minha *disponibilidade* à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade. É impossível viver a disponibilidade à realidade sem segurança mas é impossível também criar a segurança fora do *risco* da *disponibilidade*. (FREIRE, 1998, p.152).

¹⁴ Freire (1978) registrou o seu primeiro encontro com a África, em Cartas a Guiné-Bissau, em que as “mínimas coisas” “começaram a falar a mim, de mim”. Ele escreve que foi vendo o gingar do corpo das pessoas andando nas ruas, o seu sorriso disponível à vida, os tambores soando no fundo da noite, os corpos bailando e, ao fazê-lo, desenhando o mundo, a presença entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar...”. Podemos ver a compreensão do corpo como cultura grafada na *Pedagogia da esperança* (1987), quando de sua chegada ao exílio: “Corpo molhado de história de marcas culturais, de lembranças, sentimentos, de dúvidas, de sonhos rasgados, mas não desfeitos”. (FIGUEIREDO, 2010, p.158).

Esta citação retirada da última obra escrita por Paulo Freire – *Pedagogia da Autonomia* -, na qual ele apresenta um conjunto de saberes fundamentais à prática docente de uma educadora ou de um educador crítico, expressa a importância da disponibilidade do diálogo, conceito fundamental da Pedagogia do Oprimido, que implica o pensamento crítico e a comunicação, estabelecidos numa relação horizontal que corresponde a um jeito de ‘reconhecimento do outro e de reconhecimento de si no outro’ e o respeito as diferenças, “[...] como tantos outros marcadores do pensamento freiriano, tem como base a dialogicidade, o saber falar e saber ouvir que sustenta suas propostas de educação e de transformação social”. (GUSTSACK, 2008, p.200). Apesar de se ter na obra de Freire uma inspiração à liberdade das opressões, não tem sido uma tarefa fácil desvelar a teia dominadora do patriarcado e do racismo que produz e reproduz a cultura opressora na sociedade, para chegar-se à libertação de oprimidos e oprimidas.

Inicialmente, podemos afirmar que Paulo Freire pouco dialogou com o movimento feminista. Embora possa se afirmar que o feminismo adquiriu mais visibilidade a partir das correntes teóricas contemporâneas, advindas da pós modernidade, é também sabido que o feminismo tem produzido academicamente há bastante tempo. [...]. Talvez a grande contribuição de Freire para o movimento feminista (e não somente para esse movimento) seja – o que Ira Shor já apontou no livro-diálogo que a educação dialógica pode criar as condições para a emancipação das mulheres, na superação das relações sociais sexistas. Sendo assim, podemos concluir que o diálogo, inspirado num processo de conscientização das pessoas, pode ser uma importante ferramenta para o processo de libertação das mulheres, num movimento que incluía as escolas, e não apenas elas, mas toda a sociedade. Afirmamos que a obra de Freire ainda é inspiradora de uma nova sociedade que suplante as classes sociais e, também, as desigualdades entre homens e mulheres. (SILVA, 2010, p.p.306-309)

Na perspectiva de uma práxis revolucionária do *ser mais* do oprimido e da oprimida, a pedagogia freireana corrobora com a luta das mulheres que se estabelece em grande medida na razão dialética entre a transformação das estruturas de sistemas interseccionais opressores e na assunção de suas próprias identidades, de suas próprias culturas e histórias.

3.2 FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE: o desvelamento da teia das opressões sexistas, classistas e racistas

As diferentes compreensões em torno da opressão e da subordinação da mulher, fenômeno histórico milenar da humanidade, têm suscitado diversas concepções teóricas

sobre a complexidade desse fenômeno no interior das lutas feministas. Assim, ao longo da história da humanidade, a luta feminista vem atravessando diversas fases, surgindo, conseqüentemente, conceituações acerca da opressão da mulher e do próprio feminismo, pautadas em determinados paradigmas epistemológicos de cada época.

Nesse sentido, o feminismo como pensamento crítico organizado em diversos movimentos de lutas e resistência, têm uma longa história de denúncias e formulações sobre a situação da opressão das mulheres. Esses movimentos feministas vêm suscitando muitos questionamentos e abrindo a discussão política na sociedade sobre uma série de temas de interesse das mulheres. Paralelamente, também confronta o projeto político patriarcal de sociedade, identificando os avanços, os recuos e os desafios da resistência à opressão das mulheres.

3.2.1 Ideias e trajetórias históricas do feminismo

O pensamento político feminista em sua trajetória no mundo ocidental compreende diversas vertentes, entrelaçando a luta pela igualdade de gênero com a pesquisa sobre as causas e os mecanismos de reprodução da dominação masculina. Portanto, de forma dialética, segue analisando e interpretando as desigualdades de gênero na perspectiva da transformação do mundo.

Na perspectiva de libertação da opressão, historiadores e historiadoras apontam que a demarcação “oficial” das reivindicações das mulheres por direitos iguais acontece a partir da declaração dos princípios da revolução francesa (1789), impulsionada pela burguesia, com a participação de camponesas e camponeses e de massas urbanas, pelo fim do absolutismo e dos privilégios da nobreza, no final do século XVIII e começo do século XIX.

O lema revolucionário era – "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" – para todos e todas, entretanto, apenas os homens brancos e europeus eram os beneficiados, provocando questionamentos e revoltas de outros segmentos sociais, como o feminino, que exigiam a extensão dos direitos para toda a humanidade. Assim, a primeira fase do feminismo é marcada pela reivindicação de direitos às mulheres, no âmbito da Revolução Francesa. *A Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, de Olympe de Gouges de 1791, é considerado o documento mais importante da época por fazer uma analogia da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, para versão do feminino.

Apesar de tratar acerca da liberdade de opinião e da exigência dos direitos da mulher, não abordava as causas da opressão feminina. Esse tema vai aparecer nos escritos da inglesa Mary Wollstonecraft¹⁵ que publica, em 1792, a obra *Reivindicação dos direitos das mulheres*, considerada um marco da primeira fase do feminismo por suas reflexões acerca da opressão das mulheres. A obra da referida autora marca o início do feminismo, ao problematizar a temática da questão da dominação das mulheres no âmbito dos direitos, inspirando a formulação da teoria política feminista e também inspirando a brasileira Nísia Floresta Augusta, escritora e professora, a redigir várias publicações sobre a questão feminina, o abolicionismo e o republicanismo, como *Conselhos a minha filha* (1842) e *Opúsculo humanitário* (1853), primeiras obras sobre feminismo no Brasil, razão pela qual Nísia é considerada a precursora do feminismo brasileiro.

Dentro desse escopo de conscientização do papel da mulher no mundo, antes do século XX, as reivindicações feministas são seguidas, setorialmente, por diversas teorizações na esfera dos direitos.

Destaca-se, nesse período o “feminismo liberal” que se inicia no século XVIII e ganha maior projeção durante o século XIX. Mary Wollstonecraft e John Stuart Mill despontam como grandes expoentes dessa concepção teórica do feminismo na Europa, pela defesa da igualdade de direitos das mulheres. Ressalta-se que a luta contra a opressão e exploração das mulheres negras escravizadas não aparecia nesse feminismo.

O próprio paralelo entre a situação das mulheres e dos escravos revela que as escravas não participavam do coletivo em nome do qual as sufragistas falavam. Mas uma feminista de trajetória invulgar como Sojourner Truth (c.1797-1883), que foi escrava e empregada doméstica antes de se tornar oradora política, mostra que, se não era produzida uma reflexão aprofundada, ao menos havia, em parte do movimento de mulheres da época, uma sensibilidade para entender a condição feminina de forma bem mais complexa. (MIGUEL, 2014, p.p. 22-23).

Outrossim, nessa primeira fase do feminismo, há ausência do debate sobre a inter-relação das desigualdades de gênero, de raça e de classe.

¹⁵ A autora foi uma das primeiras escritoras reconhecidas em vida e possui um pensamento transgressor e libertário tanto em relação a sua época quanto a feministas posteriores. Seus principais pleitos eram corolários da razão iluminista: demandava autonomia e educação às mulheres, igualdade no casamento e enfatizava a importância do trabalho reprodutivo. Um ano antes, de Gouges publicara a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, indicando, com os argumentos levantados pela Revolução Francesa, que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em verdade, não concedia direitos às mulheres e que o “homem” sozinho não representaria a humanidade (KORUS, 2017, p. 112-113).

No século XIX, o “feminismo socialista”, fundamentado nos pressupostos marxistas, demonstra que, no mundo produtivo e no mundo reprodutivo, há uma construção social sexuada nas relações sociais de trabalho entre homens e mulheres. “Flora Tristan (1803-1844), figura pública e escritora influente em sua época, fez da situação da mulher trabalhadora um dos eixos centrais de seu tratado socialista utópico sobre a união operária, vinculando opressão de classe e de gênero”. (MIGUEL, 2014, p.23). Importante inflexão sobre as relações sociais de dominação, alienação e desigualdade do processo de trabalho de homens e mulheres.

Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias. (BIROLI, 2014, p.31)

Dessa forma, o feminismo se definiu fundamentalmente por dois aspectos: a crítica sobre o lugar da mulher na esfera doméstica e a sua exclusão da vida pública. Essa divisão nas relações sociais do trabalho situada numa base material do trabalho, tem dois grandes princípios que organizam essas relações: (i) a separação entre os trabalhos executados por homens e trabalhos realizados por mulheres; e (ii) a hierarquização do valor social do trabalho de homens em relação ao trabalho de mulheres.

Essa divisão caracteriza a priorização dos homens na esfera do trabalho produtivo, alocados nas ocupações de forte valor social como no campo da política, da economia, etc. e das mulheres na esfera reprodutiva, agregada às ocupações dos cuidados, como da enfermagem, do magistério, da assistência social etc., adaptada a cada sociedade.

Em face disso, as relações entre homens e mulheres são construídas no âmbito das relações sociais de poder de dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, fato bem elucidado na obra de Engels, escrita em 1884 – *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* –, em que apresenta uma análise crítica sobre a organização da vida social daquela época, considerando a relação entre o sexo masculino e o sexo feminino, para além do biológico.

Trata da opressão sexual, na perspectiva da posição tutelar do homem, como um encargo ou autoridade de proteção exercida em relação a mulher – “sexo mais frágil”, como “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira

opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (ENGELS, 1979, p.22), ao tratar da origem da família, da propriedade privada e do estado, buscando desmistificar a naturalização da monogamia e da dominação masculina.

A esse respeito, Apfelbaum (2009), acentua:

As relações de dominação foram identificadas e denunciadas inicialmente pelos movimentos de emancipação, nos anos 60. Além da diversidade de formas assumidas pela implementação de cada opressão em particular, observamos uma analogia estrutural comum: as relações de dominação e as desiguais de estatuto estão no coração de toda relação social. Historicamente, a análise da opressão colonial inaugura essa reflexão (cf., por exemplo, Aimé Césaire, Franz Fanon ou ainda Albert Memmi). Este último (1968-1973) descreve seus mecanismos por meio de diversas figuras de dominados: o judeu, o negro, a mulher, o colonizado, o proletário, o doméstico. [...]. Em meados dos anos 70, a problemática da dominação explode literalmente com o desenvolvimento das interrogações feministas que denunciam a dominação de gênero, a materialidade da apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens. (APFELBAUM, 2009, p.p.76-77).

No Brasil, nessa perspectiva teórica, destaca-se a obra “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, de Heleieth Saffioti, de 1969, problematizando a homogeneidade da classe, articulando essa categoria à luta feminista, contra a dominação e a exploração da mulher trabalhadora. Nessa concepção, o feminismo vai demonstrando a indissociabilidade entre a esfera pública e a esfera privada, num projeto de sociedade democrática, buscando a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Do final do século XIX ao início do século XX, o feminismo é dominado por esta concepção socialista, na qual se destaca o papel importante de Clara Zetkin (1869-1940).

Zetkin, destacada líder da social-democracia e, depois do comunismo alemão, foi uma das responsáveis pela inclusão dos direitos políticos das mulheres como item relevante na pauta do movimento operário. No entanto, ela julgava que a barreira de classe não podia ser transportada, opondo-se a qualquer colaboração com as sufragistas burguesas. (MIGUEL, 2014, p.24).

Contudo, é preciso perceber a mulher trabalhadora em sua totalidade, analisando suas potencialidades e singularidades, sem priorizar um elemento em detrimento dos demais elementos estruturadores dessa mulher enquanto sujeito social, compreendendo-se, assim, a unidade dialética que compõe a totalidade do sujeito mulher da classe trabalhadora.

Apesar do avanço das conquistas no âmbito dos direitos, a luta feminista para superar a opressão e a dominação patriarcal, que se configuram em bases materiais com

grande simbolismo de sistemas de conquista sobre as mulheres, assim como os mecanismos produtores das desigualdades continuam presentes no século XX. O que não significa conceber uma estagnação dessas relações sociais entre sexo masculino e sexo feminino, pelo contrário, a resistência das mulheres tem constituído o processo de transformação das relações homem-mulher, explicitando o adutor da exploração e dominação do homem sobre a mulher.

No referido século, as denúncias e as conquistas são aprofundadas, surgindo outras questões relacionadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos na plataforma feminista e, intensificam-se a vigilância ao respeito a legislação e a denúncia da subalternização da mulher tanto na família, quanto na política, na escola e no trabalho.

Nesse período do feminismo do século XX, emerge a figura de Simone de Beauvoir (1908-1986), como uma simbologia da mulher liberada que fez a ruptura da subordinação afetiva, representando um feminismo contemporâneo, expressado no seu livro *O segundo sexo*, em 1949. Esta obra é considerada básica para a compreensão do feminismo, por analisar diversos conceitos (vagina, menstruação, prazer, etc.) e argumentações importantes para a luta feminista, em linguagem direta, e, por isso, provocou um choque cultural na sociedade da época.

Destaca-se também “A mística feminina” (1963) de Betty Friedman, ativista feminista estado-unidense, lançado no Brasil em 1971, com a presença da autora. Apresenta os resultados da investigação acerca da constituição e manutenção da norma social que definia a mulher a partir de uma vida voltada ao lar, ao marido e aos filhos, como determinante de sua existência, e identificou um sintoma social que denominou “problema sem nome”. Com esta obra, denunciou o modelo tradicional patriarcal da sociedade norte-americana que mantinha a mulher na área limitada do lar.

É, portanto, nesse contexto complexo de transformações epistemológicas, sociais, políticas, econômicas e culturais que a teoria feminista vem buscando ao longo do tempo compreender a natureza e as atividades das mulheres, a partir das relações sociais com os homens. “Se a natureza e as atividades das mulheres são tão sociais quanto as dos homens, nossos discursos teóricos deveriam ser capazes de revelar nossas vidas com tanta clareza e detalhe quanto supomos que as abordagens tradicionais revelem as vidas dos homens” (HARDING, 1993, p.7). Entretanto, essas abordagens teóricas não conseguiam esclarecer todas as temáticas que incidem sobre a vida das mulheres e a percepção das relações de gênero, havia limitações.

Deste modo, as feministas puderam entender os limites que as teorias não feministas propunham em relação ao conceito universal do ser homem, conforme postulado por Harding (1993, p.7):

Uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do "homem" universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmáticos das teorias não-feministas, começamos a duvidar da utilidade de uma análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal - como agente ou como matéria do pensamento. (HARDING, 1993, p.7).

Contudo, nem sempre o feminismo tem conseguido expressar as diferenças e as desigualdades existentes na realidade cotidiana e diversa das mulheres, na dinâmica da organização econômica e social das sociedades, na relação teoria e prática dos feminismos.

Diversas questões se transformaram em denúncia e resistência a uma ideia universal da dominação em bases ideológicas coloniais das noções de classe inferior (subalterna) e superior (dirigente), base da organização social que demarca as dimensões do sexismo, do racismo, da heteronormatividade, que permite as discriminações e opressões no âmbito das relações sociais, excluindo e incluindo, pelas “identidades”, de valorização de privilégios de classe, de raça e de gênero, como classificador da diferença entre classe superior e classe inferior.

A esse respeito, Rago (1993, p. 3) postula:

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. (RAGO, 1993, p. 3).

O conceito de gênero, como um instrumento político de análise das relações sociais passa a ser utilizado, no século XX, para a compreensão das características sexuais e, como são representadas na prática social, procurando afastar posições existencialistas do feminino e do masculino, direcionando para uma construção social, histórica pensada

de modo plural, e acentuando o caráter diverso do ser homem e do ser mulher, como constituinte da identidade dos sujeitos sociais.

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. [...] O termo "gênero" faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. [...] No espaço aberto por este debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica. (SCOTT, 1995, p.15)¹⁶.

Com essa concepção de gênero, a autora desconstrói a perspectiva epistemológica de caráter universal entre homens e mulheres, reafirmando a relação social de poder hierarquizada sobre as diferenças sexuais. Nessa percepção, ela acrescenta as diferenças raciais. Assim, gênero e raça correspondem às categorias básicas como dimensões fundamentais da vida social e, quando articuladas à classe social, estruturam a análise das relações sociais de poder das diferentes trajetórias de vida social e produtiva dos sujeitos políticos. Nesse entendimento, está a indissociabilidade entre as relações sociais e as relações de produção, das quais homens e mulheres, com suas diferenças de sexo, raça e classe são partes constitutivas.

Esta compreensão crítico-dialética se contrapõe à lógica do sistema capitalista, que divide a sociedade em classes antagônicas para dominar por meio da divisão social, sexual e racial do trabalho, excluindo do sistema produtivo de bens e serviços (ou criando marginalizações quanto a esse sistema) grande parte da população, como a população negra e a de mulheres, gerando desigualdades e discriminações da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Entretanto, Nader (2002, p.1) avalia que, nas últimas décadas do século XX, a participação das mulheres no mercado de trabalho provocou mudanças significativas nas relações sociais familiares.

A participação da mulher no mercado de trabalho, nas últimas décadas do século XX, afetou sensivelmente as relações no interior das famílias, provocando mudanças radicais em suas estruturas. Se antes o espaço doméstico era tido como naturalmente feminino, e a mulher era sustentada pelo homem, agora são as mulheres que detêm grande parte do controle sobre os recursos familiares e desempenham um papel fundamental na vida econômica da

¹⁶ O presente artigo constitui uma versão consideravelmente revisada (com consulta ao original em inglês) daquele publicado em *Educação & Realidade*, v.1S, n.2, jul./dez. 1990, traduzido da versão em francês.

família. Elas não só trabalham fora do domicílio como promovem o controle da manutenção da casa, principalmente depois que o trabalho doméstico passou a ser denunciado como uma alienação feminina e uma sujeição ao homem. O tratamento dado ao trabalho fora de casa passou a ser para a mulher o sinal concreto de sua emancipação. Desse modo, a mulher tomou parte de uma luta que a conferia igualdade, dignidade e liberdade, procurando reduzir ao mínimo o seu papel doméstico - privado, e se tornou, portanto, uma engrenagem no processo produtivo, exatamente como o homem. A mulher ganhou o controle da situação doméstica passando aos poucos a ser dona de sua própria casa, de seus objetos e de sua própria vida.¹⁷ (NADER, 2002, p.1).

A despeito da participação da mulher no mercado de trabalho, as desigualdades eram enormes. Segundo a referida autora, a distribuição por sexo dessa população no mercado de trabalho não mudou até a década de 1970.

Em 1950, as mulheres economicamente ativas perfaziam uma taxa de 14,6%, passando para 18,6% em 1970. Esse aumento ficava muito longe de se assemelhar “à média dos países desenvolvidos”, mas era bastante significativo quando considerado o grande salto nos números da população feminina economicamente ativa, que atingiu a taxa de crescimento de 127%, enquanto a população total cresceu 79%. (NADER, 2002, p. 5).

Há, conseqüentemente, uma divisão hierárquica concreta que revela as estruturas de desigualdade mediante a condição de raça, de sexo e de identidade de gênero, que, de forma sistêmica, é base da organização social demarcadora da dimensão da heteronormatividade, que considera o binômio feminino-masculino e permite as discriminações e as opressões no âmbito da sociedade e das relações do trabalho, excluindo ou incluindo pelas “identidades” de valoração de privilégios de classe, de raça e de gênero.

É também, a partir do século XX, que surge no pensamento de algumas correntes do feminismo a ideia da política da diferença, e contrapõem-se à ideia universalista da igualdade, trazida pela filosofia ocidental, do século XVI.

A exclusão das mulheres remonta de fato as origens da Filosofia ocidental: os conceitos com os quais Platão e Aristóteles representavam o mundo já refletia com a mesma clareza “as leis da física, a igualdade dos cidadãos e a inferioridade das mulheres, crianças e dos escravos” [...] as mulheres são chamadas a se submeter a uma definição de universal da qual não participaram. Não só foram excluídas durante muito tempo do sufrágio dito “universal” – uma expressão cujo uso ilustra melhor do que qualquer outro a cumplicidade entre a exclusão política e a exclusão conceitual – como também a sua posição

¹⁷ Maria Beatriz Nader. Mudanças Econômicas, Mulher e Casamento em Vitória. 1970-2000. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

na distinção moderna entre público e privado as identificou com o interesse particular, com o particularismo da família. (VARIKAS, 2009, p. 268),

A valorização do pensamento da diferença e a igualdade de gênero, no escopo da relação do feminismo implica a articulação com o multiculturalismo, desmistificando a imposição de valores e comportamentos etnocêntricos, buscando garantir outros saberes culturais das chamadas “minorias”. Esse debate sobre a diferença traz à tona o debate sobre a identidade do sujeito político – mulher – no feminismo, que expressa a noção de uma identidade genérica de mulher – branca de classe média. Diversos questionamentos surgem entre as mulheres negras, as trabalhadoras e outras, sobre a pauta do movimento feminista abarcar apenas a condição da mulher branca.

A esse respeito, em 2000, século XXI, bell hooks (2019, p.89), na obra *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, postulou:

Nenhuma intervenção mudou mais a cara do feminismo norte-americano do que a exigência de que pensadoras feministas reconhecessem a realidade de raça e racismo. Todas as mulheres desta nação sabem que seu status é diferente do de mulheres negras/ não brancas. [...]. Elas sabem que a única razão para as mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem refrear ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão negando. (HOOKS, 2019, p. 89).

Nessa linha de raciocínio, os estudos sobre o feminismo negro têm apontado que é preciso descolonizar as perspectivas hegemônicas da teoria feminista que não incluem nos estudos da exploração, dominação/opressão um conjunto de diferentes dimensões do feminismo, que, apesar de uma aparente heterogeneidade ou diversidade de *approaches* do pensamento, possuem como centralidade as mesmas relações de poder – desproporcionais, discriminadoras e injustas – das desigualdades de gênero.

O feminismo negro avança na compreensão epistemológica do feminismo em outra concepção, oposta ao feminismo hegemônico branco. A relevância tanto dos estudos, quanto das lutas feministas negras vêm ganhando maior visibilidade e importância, quanto mais aumentam no mundo a pobreza feminina e negra, a violência doméstica, a opressão, o desemprego e o genocídio da juventude negra.

Nesse sentido, o cotidiano do século XXI é denunciado pelos dados das Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil, divulgados pela Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE (2019). Registros que

simbolizam bem a importância da luta contra as desigualdades, as discriminações, a exploração e a opressão da população negra.

Segundo o IBGE (2019), os cargos gerenciais ocupados no mercado de trabalho em 2018 por brancos representam 68,6% e 29,9% ocupados por pretos ou pardos. A taxa de subutilização é de 18,8% da cor branca e de 29,0% da cor preta ou parda. O percentual de distribuição de renda e condições de moradia de pessoas abaixo das linhas de pobreza é de 15,4% de cor branca e 32,9% de cor preta ou parda.

Na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD Contínua, 2018), os dados demonstram que as pessoas em ocupações informais no Brasil representam 34,6% de homens brancos e 46,9% de homens pretos ou pardos; 34,7% de mulheres brancas e 47,8% de mulheres pretas ou pardas.

No campo da Educação, a taxa de analfabetismo em 2018 foi de 3,9% para cor branca (3,1% área urbana e 11,0 % área rural) e 9,1% para cor preta ou parda (6,8% na área urbana e 20,7% na área rural). A taxa de homicídios, por 100 mil jovens em 2017 foi de 34,0% para cor branca (63,5% de homens e 5,2% de mulheres) e 98,5% para cor preta ou parda (185,0% de homens e 10,1% de mulheres).

Entretanto, compreender esse processo opressivo não se restringe apenas a considerar exploração econômica capitalista sobre as trabalhadoras e os trabalhadores. É necessário entender as diferenças dos sujeitos que formam as relações sociais históricas de classe no mercado de trabalho, na educação e na sociedade de modo geral, além de entender a relação de classe que se torna corporificada em sexo e em raça, com especificidades de suas diferenças, as quais são transformadas pelo capital em desigualdades e discriminações. Também não se pode negar a classe nas relações sociais de sexo e étnico-raciais, numa sociedade hierarquizada em que o capital se apropria do trabalho dessas pessoas e explora-o para gerar mais lucro.

Quanto à perspectiva histórica de luta¹⁸ entre classes e de concepções adversas de mundo, inseridas no contexto da organização social de dominação capitalista, em que o Estado materializa os interesses hegemônicos e as relações de poder desiguais, vale ressaltar a historiografia de resistências e de conquistas da população negra,

¹⁸ O termo “luta” nos diz de um bom afeto, de algo que nos anima, inspira e instiga. Luta é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética, no sentido de criação de uma obra. Ao mesmo tempo, o termo luta está no mundo da vida. Feministas são seres em luta, sendo ou não mulheres, já que a diversidade do termo feminismo não pode depender da unidade do conceito de “mulher” em sentido natural. Ele mesmo – sempre é bom lembrar – é um termo criado pelo patriarcado que é preciso desconstruir (TIBURICI, 2018, p. 53).

especialmente das mulheres negras que lutam, cotidianamente, pela libertação de todos e todas.

As mulheres negras imprimem outra lógica aos padrões de luta feminista como trabalhadoras que convivem com as situações concretas da realidade e que não fazem parte da proteção paternalista do “mito” da fragilidade feminina. Assim, na luta cotidiana contra a exploração, a opressão patriarcal e racial, as mulheres negras exercem a resistência, desde o período escravocrata.

Segundo Fanon (2008), o racismo é resultante do escravismo e de todas as maneiras de exploração dos seres humanos que se organizam de maneira semelhante.

Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar. O racismo colonial não difere dos outros racismos (FANON, 2008, p. 87).

O autor traz, para o centro do debate das relações sociais, o racismo enquanto fenômeno social historicamente estruturante das sociedades que negam ao homem negro e à mulher negra o direito de serem eles e elas próprias. Na narrativa de Fanon (2008), entende-se que é a partir desse processo que se cria a ideia do negro por meio da dicotomia com o branco: “Precisamos ter a coragem de dizer: *é o racista que cria o inferiorizado* (em itálico no original). [...] O homem branco está preso na sua branquitude. O homem negro está preso na sua negritude” (FANON, 2008, p. 90). O pesquisador reafirma seu posicionamento ao destacar essa diferença racializada entre brancos e negros.

Essa abordagem é reforçada por bell hooks (2019, p.76), ao tratar sobre o feminismo global. “Na verdade, essa hegemonia tomada de controle da retórica feminista sobre igualdade ajudou a mascarar a fidelidade delas as classes dominantes dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca”. Reporta-se a essa reflexão para discorrer sobre o feminismo negro como um pensamento fundamental para desvelarem-se os mecanismos de exploração e opressão de raça e de gênero, como partes estruturantes da classe.

3.2.2 Feminismo Negro¹⁹

¹⁹ O feminismo possui diferentes vertentes de luta. Aqui se trata da vertente do feminismo negro, que reconhece a intersecção entre diferentes opressões: classe, raça, gênero, sexualidade e, outras no pensamento das feministas negras, em especial Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Collins.

No Brasil, no período escravista, destacam-se algumas lideranças: Dandara dos Palmares, líder na luta contra a escravidão, em Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, no século XVII; Tereza de Benguela, líder quilombola, do Quilombo de Quarterê, ou do Piolho, em Mato Grosso, em 1730; Felipa Maria Aranha, líder quilombola, em 1780, na região do baixo rio Tocantins, no Pará, e principal responsável pela organização do quilombo do Mola e da Confederação do Itapocu, fundada em 1750, no município de Cameté (PA); Maria Filipa, liderança de Itaparica, na Bahia, na luta contra o domínio português, em 1822; Luiza Mahín, participante do levante na Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, Bahia, em 1835.

Ressalta-se, como um dos marcos da luta das mulheres afro-americanas contra a dominação e a opressão feminina, o discurso “Não sou uma mulher?” de Sojourner Truth (1797-1883), ativista dos direitos da mulher, nascida no cativo, em Swart Kill, Nova York, EUA. Em sua luta abolicionista, ao tornar-se oradora na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron, Ohio, em 1851, enfatizou: “Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher?”²⁰, referindo-se à existência de um provável “código de gentilezas” dirigido às mulheres, que não a incluía. Sojourner baseou seu discurso na intersecção entre o sufrágio feminino e os direitos dos homens negros.

A compreensão do legado de luta e de resistência das mulheres negras escravizadas, que é também uma luta feminista, permite evidenciar o perverso e duradouro processo de exploração e de dominação do povo negro. Dessa maneira, a dimensão ideológica da dominação é caracterizada pelo controle das imagens aplicadas às mulheres negras, originadas na era da escravatura. Essa dominação se reveste em um processo intencional, baseado em pressupostos da supremacia racial e sexual que estabelecem as desigualdades de raça e de gênero, interagindo com outras variáveis que vão determinando para as mulheres negras a maneira como elas devem ser tratadas pela sociedade.

Para alguns autores, como Hasenbalg (1979), o racismo e o sexismo, por serem fenômenos concretos de relações sociais, não podem ser descartados da análise marxista,

²⁰ TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Discurso proferido na Convenção dos Direitos da Mulher, 1851. Akron, Ohio. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

uma vez que as relações entre gênero, raça e classe têm um elo comum: a relação de dominação/opressão, seja racial, seja patriarcal.

[...] o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (isto é, discriminação racial), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte de estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a produção da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito (HASENBALG, 1979, p. 101-102).

No entendimento da teoria marxista, nas sociedades hierarquizadas, como no sistema capitalista, as classes são definidas a partir dos interesses materiais antagônicos entre elas, determinados pelas relações sociais de produção opressoras e exploradoras. Tais relações são contraditórias e conflitantes, de confrontação e de luta pelos seus interesses materiais, em que negros e negras e mulheres precisam estar em constante disputa pelos seus próprios interesses, os quais diferem da classe de outros – classe dos homens brancos ricos, por exemplo.

Assim, o caráter explorador baseado na relação de produção cria mecanismos que ligam esses antagonismos provocando uma relação contraditória entre quem oprime e quem é oprimido e oprimida. Há uma relação antagônica entre duas classes centrais: uma dominante (opressora) dona do capital e outra dominada (oprimida) que constitui a força de trabalho. É nessa relação que a exploração e a opressão capitalista se concretizam.

Outrossim, a lógica perversa dos sistemas opressores atravessa as diferentes culturas com estratégias de poder, tanto do patriarcado quanto do capital, que formam a base das desigualdades e das discriminações sociais, raciais e de gêneros. Essa lógica reforça que a premissa central do enfrentamento das desigualdades resultantes da opressão racial trilha pela compreensão do racismo como construção político-ideológica, gestado nas estruturas das relações sociais de classes.

Destarte, o filósofo e professor europeu Alex Callinicos (1993) teoriza sobre a condição opressora da classe trabalhadora negra e estabelece uma interligação entre o capitalismo e o racismo. O autor afirma que o “racismo continua sendo uma das características centrais das sociedades capitalistas avançadas. Está institucionalizado na discriminação sistemática que as pessoas negras sofrem” (CALLINICOS, 1993, p. 4-5). Condiciona, dessa forma, o racismo à sociedade capitalista e às condições que o promovem para que ele permaneça como elemento central do capitalismo.

[...], o racismo tal como o conhecemos hoje desenvolveu-se nos séculos 17 e 18 para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações do 'Novo Mundo' que foram fundamentais para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema mundial. O racismo, portanto, formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. As suas transformações posteriores estão ligadas às transformações do capitalismo. Assim, o racismo hoje resulta das divisões que foram fomentadas entre diferentes grupos de trabalhadores, cuja competição no mercado de trabalho é intensificada pelo fato de que os mesmos, frequentemente, vêm de diferentes partes do mundo, agrupados no interior das fronteiras de um mesmo Estado pelo apetite insaciável do capital por força de trabalho. Dessa forma o racismo serve para jogar os trabalhadores uns contra os outros, e para impedi-los de combater efetivamente os patrões que exploram a todos eles, independentemente de sua cor ou origem nacional (CALLINICOS, 1993, p. 7).

Dessa forma, o feminismo negro, como epistemologia, vem sendo utilizado pedagogicamente, impulsionando a maneira de ajudar a dirimir os equívocos teóricos de um feminismo de representação social, em que todas as mulheres são oprimidas igualmente, sem diferenciações de classe, de raça, de sexualidade etc. Neste contexto opressor, a formação da consciência crítica de classe, a identidade de gênero e o pertencimento etnoracial têm constituído o processo de resistência das organizações das mulheres negras em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, contra a dominação e a exploração situadas nas relações sociais de poder.

Demanda-se, por conseguinte, o desenvolvimento de um feminismo em uma perspectiva analítica e afirmativa das diferenças – de gênero, de raça, de etnia, de sexualidade, de corpo, de identidade de gênero, de religiosidade, de geração, entre outras – que despontam de maneira plural, diversa e visibilizada em vários contextos sociais, refletindo a identidade de um ideário feminista que retrate as experiências e as condições do lugar de fala dessa pluralidade de representação do sujeito social mulher.

Dessa maneira, num cenário de baixa visibilidade negra, em que a luta está centralizada em como superar a situação opressora e/ou construir saídas para a libertação dos processos de dominação cognitiva internalizados na consciência de dominadas e dominados por opressores(as) colonizadores(as), as mulheres negras produzem uma epistemológica de um conhecimento subjogado sobre as relações de poder e os processos de luta e resistência contra as múltiplas opressões.

Nesse sentido, as relações étnico-raciais e de gênero têm sido utilizadas historicamente como instrumento de dominação e exploração de um sistema colonial escravista, patriarcal e patrimonialista, repassado de geração a geração, que ressalta a

inferioridade e a superioridade das pessoas. Além disso, ao incidirem diretamente sobre a identidade racial e cultural dessas mulheres, relacionam a mulher negra a “papéis” de gênero que reforçam o sexismo e o racismo.

A análise sociológica postulava que a “redução do cultural ao biológico” como essência do racismo existiria sempre quando se explica uma posição de prestígio ou estigma social invocando uma característica natural. A crítica feminista apontava o processo de “naturalização” das desigualdades sociais de raça e de sexo como extensivo também às de classe (NASCIMENTO, 2003, p. 66-67).

Por conseguinte, as origens do sexismo são da mesma matriz econômica, ideológica e política do racismo, naturalizados pelo Estado e, tanto o sexismo, quanto o racismo são geradores das desigualdades e discriminações sociais. Outrossim, é impossível ignorar a especificidade da opressão das mulheres negras e os diferentes modos de resistência e de enfrentamento do povo negro, especialmente a resistência das mulheres escravizadas no período escravocrata, nas sociedades de colonizadores brancos: “[...] sob nenhum modo diminuir o sofrimento e as opressões dos homens negros escravizados, é óbvio que as duas forças, o sexismo e o racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos e as opressões da mulher negra” (HOOKS, 2014b, p.18). Isto porque a sua condição feminina não atenuava o seu trabalho, pois o sistema escravocrata define os escravos como bens móveis, sem distinção de gênero, apenas unidades rentáveis de trabalho²¹.

Assim, apresenta-se o feminismo afro-americano a partir do lugar de fala de bell hooks, na perspectiva epistemológica de um feminismo como prática de liberdade e de Patrícia Collins, na dimensão de um feminismo transnacional. E, o lugar de fala de Lélia Gonzalez sobre o feminismo afro-brasileiro, centrado no afrolatinoamericano, no contexto econômico, político, social e histórico-cultural.

Esses aportes epistemológicos analisam as opressões provenientes das relações sociais hierárquicas de poder, denunciando, combatendo, anunciando outros pressupostos teóricos e fortalecendo a luta das mulheres contra a exploração, a dominação e a exclusão.

²¹ O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia. (DAVIS, 2013, p. 10).

Entretanto, feminismos que, embora com similaridade de origem diaspórica africana e do paradigma da intersecção entre classe, raça e gênero, apresentam diferenças sócio-históricas epistemológicas quanto aos processos, aos espaços, aos tempos e às trajetórias da práxis de cada teórica

3.2.2.1 *Feminismo afro-americano (bell hooks e Patrícia Collins)*

Historicamente, o feminismo negro estadunidense passou a existir a partir da luta das mulheres negras durante a transição da segunda onda do movimento feminista para a terceira (anos finais da década de 1980 e início da década de 1990, no século XX), quando as feministas negras, com suas pautas específicas, deram maior impulso às suas bandeiras dentro do movimento feminista hegemônico, ganhando visibilidade.

Relativamente a essa perspectiva de luta e de resistência das mulheres negras por um feminismo negro interconexo, portanto, na contraposição do feminismo hegemônico branco, bell hooks (2013), professora feminista afro-americana, alega que, no decorrer do processo histórico estadunidense, a relação entre mulheres negras e mulheres brancas era uma relação hierárquica, baseada no poder e estabelecida na esfera doméstica – serva-senhora.

Dentro das normas sexistas, no contexto familiar o contato pessoal entre os dois grupos raciais (branco e negro) era “construído de forma a reforçar a diferença de *status* baseada na raça. Criaram-se estratégias manifestas e ocultas para reforçar a diferença racial e afirmar sua posição de superioridade” (HOOKS, 2013, p.129). O contato ocorria sempre com base na posição de poder superior das brancas sobre as negras em posição de inferioridade.

Hooks (2013, p.130) observa que “o esforço das mulheres brancas para manter a dominação racial esteve diretamente ligado à política de heterossexismo dentro de um patriarcado da supremacia branca”. Nessa concepção patriarcal da superioridade branca, as relações que mais ameaçavam o poder branco era a legalização de um relacionamento entre um homem branco e uma mulher negra. Nesse sentido, ainda segundo a feminista norte-americana, o imperativo racial sexista na esfera doméstica era bem forte, pois havia testemunhos de escravizados e diários das mulheres brancas sobre uma competição sexual estabelecida pelas senhoras brancas em relação às negras escravizadas, assim como registros judiciais de tentativa do reconhecimento público de ligações entre brancos e

negras ou pelo casamento ou para legalizar dinheiro e bens por meio de testamento. Tais ações, entretanto, sofriam impugnações familiares.

Para hooks (2013), o importante desse processo é entender que as mulheres brancas estavam

protegendo sua frágil posição social e seu poder afirmando sua superioridade sobre as mulheres negras. Não [...] tentavam impedir os homens brancos de ter relações sexuais com as negras, pois não tinham poder para isso – tal é a natureza do patriarcado (HOOKS, 2013, p. 130-131).

Assim, mantinham-se os privilégios de raça e sexo das brancas e escondiam-se os abusos sexuais e a sujeição que as negras sofriam por parte dos brancos.

Além disso, a autora considera fundamental que as experiências dramáticas e opressoras vividas pelas mulheres escravizadas estejam sempre presentes na historiografia do movimento feminista, uma vez que, apesar da abolição, as relações entre brancas e negras não se tornaram melhores, pois “as brancas passaram a querer ainda mais que os tabus sociais promovessem sua superioridade racial e proibissem as relações legalizadas entre as raças” (HOOKS, 2013, p.132), continuaram ignorando os abusos e as agressões sexuais dos homens brancos sobre as negras, contribuindo para a perpetuação dos estereótipos sobre a feminilidade negra até a atualidade. Ela destaca também que, para haver um impacto transformador do movimento feminista sobre as mulheres, é necessária a criação de um espaço contextual dialógico crítico e feminino em que se possa “valorizar a diferença e a complexidade, a irmandade feminina baseada na solidariedade política” (HOOKS, 2013, p.149), propondo uma mudança radical do feminismo e da luta feminista.

Ainda de acordo com bell hooks (2014a), as mulheres brancas, em seus discursos feministas, não questionavam a perspectiva da realidade das mulheres. Também “não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos” (HOOKS, 2014a, p. 195). Em sua argumentação, explicita que o sexismo como sistema de dominação é “institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a)” (HOOKS, 2014a, p. 197-198). Esta referência permite um entendimento crítico sobre as relações opressoras de poder. A esse respeito, hooks (2019) evidencia que, no processo inicial da formação da

consciência feminista, a comunicação e o diálogo eram pontos centrais de libertação. Em grupos de conscientização as mulheres falavam de suas dores, seus temores e de suas indignações sobre sua condição de oprimida.

Portanto, compreender a maneira como “a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas” (HOOKS, 2019, p. 25-26). A conscientização feminista enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. As mulheres participantes desses grupos de conscientização na década de 1960, segundo, hooks (2019), foram pioneiras ao criarem uma teorização feminista que incluía tanto a análise do sexismo quanto as estratégias para desafiar o patriarcado, além de novos modelos de interação social: “Logo no início, a teoria feminista tinha como principal objetivo explicar para as mulheres e os homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo” (HOOKS, 2019, p. 41). A autora pontua que o pensamento feminista e a teoria feminista eram socializadas de “boca a boca” ou por meio de jornais e panfletos.

Entretanto, mudanças aconteceram sobre a conscientização e a resistência feminista, e adquiriram outros contornos, mudando a forma e a dinâmica de enfrentamento à submissão pelas mulheres negras no decorrer do tempo. Ao analisar a conscientização feminista, hooks (2019) considera que há uma mudança constante nas crenças e nas atitudes das mulheres sobre a exploração e a opressão.

Para a autora, o desenvolvimento do pensamento feminista e da teoria feminista obteve maior divulgação quando as mulheres passaram a ter o controle da produção de suas publicações em todos os níveis, incluindo o *marketing*. Como exemplo, refere seu primeiro livro, *Eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*, escrito nos anos 1970 e publicado em 1981, “produzido por um pequeno coletivo socialista, South End Press, de que pelo menos metade dos integrantes era mulher e todos os integrantes eram antissexistas” (HOOKS, 2019, p. 42), acrescentando que o movimento feminista estadunidense se fortaleceu ao encontrar o caminho da academia.

A institucionalização dos estudos pelas mulheres negras contribui bastante com a divulgação do feminismo, pois, ao criticar o movimento feminista hegemônico, elas analisam o privilégio de classe das mulheres brancas no sistema social de raça, sexo e classe institucionalizado e observam que as mulheres negras estavam situadas na base da pirâmide econômica. Tal situação provocou conflitos entre uma ótica de libertação das

mulheres por direitos iguais no interior da estrutura de classes vigente e outra que clamava por mudanças radicais na estrutura hierárquica de classes em outro paradigma, além da desigualdade sexista.

Nesse sentido, hooks (2019) pauta especificamente sua análise em dois importantes focos: (i) a crítica ao sexismo, que lutava por uma liberdade para garantir às mulheres igualdade social em relação aos homens de sua classe, em que essa luta coincidia “com os receios patriarcais de supremacia branca e capitalista de que os poderes pudessem diminuir, se as pessoas não brancas obtivessem o mesmo acesso ao poder econômico e ao privilégio” (HOOKS, 2019a, p.70); e (ii) a acusação ao racismo nesse feminismo que efetivou o poder patriarcal da supremacia branca, reforçando o discurso racista de superioridade da sociedade norte-americana, que minou as políticas mais radicais do feminismo. Desse ponto de vista, hooks (2019) aponta a necessidade de uma teoria feminista libertadora para a efetividade de uma política e de um movimento feminista radical de enfrentamento ao patriarcado, ao sexismo e a todas as formas de exploração e de opressão. Para a autora, a luta do movimento feminista deveria ter a centralidade em todas as lutas de libertação, compreendendo que a dominação patriarcal e o racismo possuem uma mesma base ideológica e propondo uma revisão da teoria feminista.

Para tanto, é preciso que a teoria feminista forneça uma estrutura de análise para marcar com maior precisão no pensamento, na conversa e no discurso feminista,

aqueles modelos de mudança que emergem da nossa compreensão do machismo e da opressão sexista na vida cotidiana, junto com estratégias de resistência que efetivamente erradiquem a dominação e nos engajem numa práxis libertadora (HOOKS, 2019b, p. 87).

Esse processo educativo do feminismo negro e da teoria feminista é fundamental para uma consciência crítica feminista libertadora da opressão sexista, do racismo e da exploração de classe que constituem sistemas interligados de dominação, sendo a base política da crítica feminista, além do exercício de estratégias de resistência.

Em sua argumentação sobre a luta feminista libertadora, hooks (2019) evidencia o pressuposto epistemológico da concepção libertadora de Paulo Freire: “Pessoas oprimidas resistem identificando-se como sujeitos, definindo sua realidade, configurando sua nova identidade, nomeando sua história, contando sua história” (HOOKS, 2019,

p.100). Assim, ter-se-ia um movimento feminista com pilares nas massas feministas oprimidas.

Concordando com o pensamento de Hooks (2019), acima expresso, ressalta-se que o processo de conscientização freireana demonstra que os sujeitos sociais oprimidos e oprimidas, ao se apropriarem da realidade para desmistificá-la, assumem um compromisso histórico-crítico. E, ao conhecerem os mitos que encobrem a verdadeira realidade opressora, o sujeito consciente individual e coletivo, comprometido com a práxis, denuncia a estrutura historicamente dominante e anuncia a transformação da sociedade. Deste modo, a práxis revolucionária firma-se na dialogicidade, que é um dos conceitos importantes na pedagogia freireana e no feminismo negro, que representa, teoricamente, o compromisso de construir a unidade na diversidade entre tensões e contradições, mediatizada pela conscientização enquanto processo de reconhecer o(a) outro(a) e reconhecer-se no(a) outro(a).

Historicamente, as afro-americanas caminham em um processo longo de luta e de resistência pela sua libertação, e a de toda população negra e afrodescendente, contra a exploração e a opressão geradoras das discriminações e das desigualdades econômicas, sociais, culturais e raciais que têm se perpetuado. Assim, o lema “*Erguendo-nos enquanto subimos*, simboliza a luta e reflete as aspirações e os interesses de todas as mulheres de origens raciais”²², lema levado para o movimento de mulheres como tradição de luta desenvolvida no âmbito das questões políticas de gênero e de raça.

Nesse sentido, a obra da feminista afro-americana, professora Patrícia Collins, *Pensamento Feminista Negro (Black Feminist Thought)*, publicada no Brasil em 2019, menciona que as mulheres negras americanas, como participantes de um grupo oprimido, geraram práticas alternativas e conhecimentos que foram projetados para promover o empoderamento do grupo contra as injustiças e as opressões.

Collins (2019) argumenta que na cultura estadunidense as ideologias racistas e sexistas permeiam a estrutura social, transformando-as em hegemônicas, ou seja, passam a ser vistas como fato natural, normal e inevitável, e que determinadas qualidades das mulheres negras são usadas para justificar a opressão. De acordo com a autora, a opressão é caracterizada como qualquer forma de situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade: “Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, constituem as

²² Ângela Davis. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

principais formas de opressão” (COLLINS, 2019, p. 33), sendo geradoras do racismo e do sexismo nas suas diversas dimensões.

Para Collins (2019), os sistemas de dominação racial (como o colonialismo, o imperialismo, a escravidão e o *apartheid*) e outros sistemas provocaram entre negros e negras o compartilhamento da experiência comum de opressão, demarcando que a convergência das opressões racistas, sexistas e de classe, que caracterizaram a escravidão, determinaram o contexto político em que o pensamento das intelectuais negras se desenvolveu e marcaram, *a priori*, o processo histórico de convivência das mulheres de ascendência africana, seja na família, seja na comunidade.

Esse processo instituiu o pressuposto do pensamento social feminista negro – a opressão econômica e as injustiças sociais –, com a finalidade de introduzir uma epistemologia que elabora um pensamento interseccional feminista incluyente, em que a questão da diferença adquire fundamental importância enquanto direito de afirmação da diferença do sujeito social (mulher) em sua diversidade. Também indica uma mudança de foco dos estudos feministas em razão de que o pensamento feminista negro não só produz e valida conhecimentos subjugados que refletem as diversas temáticas vivenciadas nas experiências cotidianas das mulheres negras, como também articula as categorias sociais de gênero, raça, etnia, sexualidade, e tantas outras, em torno da opressão e da resistência.

O pensamento feminista negro estadunidense, nessa perspectiva, caracteriza a relação do feminismo com a opressão em uma dimensão mais abrangente, que se entrelaça com outras configurações de injustiças relacionadas para além da dimensão sexista de gênero. Assim sendo, as estadunidenses negras produziram um pensamento social baseado em teorias sociais elaboradas em nome das estadunidenses negras ou de grupos oprimidos que buscam encontrar maneiras de sobreviver à ou escapar da injustiça social e econômica que prevalece nos Estados Unidos e/ou a ela opor-se (COLLINS, 2019).

Para as afro-americanas, a teoria social crítica abrange conjuntos de conhecimentos e práticas institucionais que tratam ativamente das principais questões enfrentadas pelas estadunidenses negras como coletividade. Tal pensamento é necessário porque as afro-americanas como grupo permanecem oprimidas em um contexto nacional caracterizado pela injustiça. Isso não significa que todas as afro-americanas desse grupo sejam oprimidas da mesma maneira, nem que umas não oprimam as outras. A identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para as negras como coletividade quanto para outros grupos oprimidos (COLLINS, 2019, p. 43).

Esse pensamento agrega diversos conhecimentos e um conjunto de experiências das mulheres negras, cuja autonomia, desde a década de 1830 (com a norte-americana Maria W. Stewart, uma das pioneiras feministas negras), é estimulada. Collins (2019) ressalta que, apesar do pensamento de Stewart ter um grande valor, chegou às gerações posteriores de forma fragmentada, assim como as formulações de outras pensadoras que foram suprimidas ao longo do tempo, as quais denunciaram a condição das afro-americanas, como Sojourner Truth, Anna Julia Cooper, Toni Morrison, e inúmeras outras que lutaram e lutam com firmeza para serem ouvidas.

Destarte, esse legado de luta histórica das afro-americanas constitui um dos pontos principais do esforço de recuperação das tradições intelectuais das mulheres negras estadunidenses.

A perspectiva de Stewart sobre as opressões interseccionais, seu apelo para que as imagens depreciadas da condição de mulher negra fossem substituídas por imagens auto definidas, sua crença no ativismo das mulheres negras como mães, professoras e líderes da comunidade negra, bem como sua sensibilidade para a política sexual, são temas centrais desenvolvidos por diversas intelectuais feministas negras (COLLINS, 2019, p.70).

Nessa trajetória, Collins (2019) situa tais experiências em um contexto transnacional como uma das tarefas que se apresentam ao feminismo negro, ou seja, “estimular diálogos através dos limites bastante concretos das fronteiras nacionais para desenvolver novas formas de nos relacionar e, assim, revelar a interconectividade das experiências das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p.375) em vários continentes. Essa transnacionalidade, segundo a autora, proporcionou uma nova percepção sobre o feminismo como projeto de justiça e descentralizou o binarismo branco/preto dentro dos Estados Unidos, que assusta o feminismo.

Assim, em determinadas dimensões, o feminismo negro estadunidense, ao transnacionalizar-se, adquire novos contornos, aproximando-se das mulheres que vivem nas sociedades diaspóricas negras ou que delas se originam, sem, entretanto, perder sua identidade estadunidense. Nesses contextos, as mulheres negras enfrentam questões similares relacionadas ao legado da cultura africana junto com o processo histórico de opressões raciais advindas da escravidão, do colonialismo e do imperialismo, além do racismo global que se espalha pelo mundo.

De modo geral, com essas novas áreas de pertencimento, as afrodescendentes conectam os feminismos em um contexto transnacional com maior amplitude de seus saberes, de suas experiências e de suas desigualdades, como no caso do Brasil, com maior contingente sobre a população negra, que representa 72,7% dos pobres (38,1 milhões de pessoas), com maior incidência sobre as mulheres negras (27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza), que apresenta uma das maiores taxas de pobreza²³.

Collins (2019) chama atenção para o feminismo afro-brasileiro como fundamental para esses diálogos, citando alguns desafios parecidos que esses feminismos enfrentam, como lidar com os legados da escravidão, os quais costumam desvalorizar a condição da mulher negra. Ressalta, também, a maneira de as mulheres negras dos dois países elaborarem respostas ao racismo antinegro, este que assume formas específicas de acordo com o gênero. Além disso, afirma que, apesar de haver semelhanças entre suas histórias e os feminismos negros produzidos, eles não são iguais, únicos, em razão da variedade das formas como o racismo se desenvolveu nessas duas sociedades de colonizadores brancos, assim como as relações das mulheres negras com essas formas.

Para a autora, é importante ter no presente a tarefa que consiste em “consubstanciar diálogos e colisões com mulheres negras que vivem em outros lugares da diáspora negra, tendo em mente que as opressões interseccionais deixaram uma trilha de desafios em comum que são organizados e enfrentados de maneiras diferentes” (COLLINS, 2019, p.380). Portanto, há interconexões, mas há também diferenciações histórico-críticas, contextuais e conceituais elaboradas pelas feministas negras brasileiras, que fomentam conexões, também, com o feminismo étnico-racial latino-americano.

3.2.2.2 *Feminismo afro-brasileiro (Lélia Gonzalez)*

Lélia Gonzalez (1935-1994), intelectual e ativista do movimento negro e feminista brasileiro, representa uma das grandes referências teóricas e militantes do movimento social de mulheres negras que apontaram importantes marcas a luta antirracista, antissexista e anticapitalista no Brasil. Várias estudiosas dessas questões, principalmente as questões “dedicadas a discussões de raça e classe, buscando romper uma zona de conforto que o ativismo feminista branco cultivava, especialmente aquele que limitava

²³ Indicadores Sociais, 2019. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

sua ótica aos problemas das mulheres de boa condição financeira e acesso à educação”²⁴, foram ressaltadas na produção teórica de Gonzalez e de outras autoras com base no contexto ideológico africano e diaspórico.

Diferentes posicionamentos teóricos vêm buscando explicar a situação da *população de cor* (negros e mulatos) em nosso país, na medida em que tal situação se traduz numa participação mínima nos processos político, econômico e cultural. Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos, os efeitos do neocolonialismo cultural; desde a transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações “conceituais” que se perdem no abstracionismo. (GONZALES, 1979, p.6).

De acordo com a história, tanto no regime da escravidão, como no capitalismo, desde seu surgimento até os dias atuais com a globalização capitalista, as formas de exploração e de opressão realizadas pelos donos da produção e, conseqüentemente, detentores do poder em seu próprio benefício, permanecem. Mudam apenas as táticas. Nesse sentido, recorre-se aos aspectos epistemológicos de Lélia Gonzales (1979), que fundamentam o racismo que atingem o povo negro, para o entendimento da exploração e opressão.

No Brasil, o racismo – enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas – passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses. Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internacionalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos. (GONZALES, 1979, p.8).

Tal evidenciação pode ser verificada na concepção economicista do capitalismo na qual “tanto os brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício” (GONZALES, 1979, p. 9). Esta condição opressora de negros e negras é de responsabilidade do processo de marginalização, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo opressor e explorador às classes subalternizadas, pelas classes dominadoras.

²⁴ Artigo “Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria”. Em **Mulher Negra**, 14/07/2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

A opressão racial, concretiza-se no racismo como o divisor das relações sociais nos processos educacionais brasileiros de dominação etnocêntrica. A respeito dessa questão, Gonzales (1979) pontua:

Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldades em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitude dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação, apontam para em processo de lavagem cerebral de tal ordem que, a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao terceiro grau, já não mais se reconhece como negra. E são exatamente essas “exceções” que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas. Quando se dá o caso oposto, isto é, de não aceitação da cooptação e de denúncia do processo super-exploração a que o negro é submetido, surge imediatamente a acusação de “racismo às avessas”. (GONZALES, 1979, p.13).

A autora reforça os efeitos nefastos do racismo enquanto discurso e prática, situado na lógica de exclusão da relação da supremacia de classe e de raça, que trata o grupo excluído como objeto e não como sujeito político de direitos. “O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural” (GONZALES, 1979, p.15). Esse processo histórico está inserido em uma construção ideológica com práticas discriminatórias, perpetuadas e interiorizadas pelos sujeitos que a reproduzem no âmbito da consciência e do comportamento.

Na obra “A integração do negro à sociedade” (1965), o sociólogo Florestan Fernandes apresenta uma análise sociológica sobre a negação da igualdade de oportunidade de condições socioculturais do segmento negro, participar da sociedade capitalista emergente brasileira, após a abolição. O autor refere-se à dominação e exploração do negro no período escravocrata pela classe dominante branca, mostrando em diversas fases, a natureza da diferenciação racial entre as relações sociais de brancos e negros, nas quais as tensões sociais e psicológicas da dominação, geraram, além da desigualdade, uma devastação na identidade cultural e uma pauperização da população negra, empurrando para a marginalização do processo econômico e de urbanização das cidades.

A análise de Florestan procura explicitar os processos de mudança social, referentes aos elementos que compõem a estrutura da sociedade e suas consequências nas redefinições dos papéis dos grupos sociais, em especial, da integração do negro na nova ordem social, isto é, prepará-lo para sua participação na sociedade capitalista emergente, de forma efetiva, como parte consubstancial de um processo produtivo maior:

[...] prepará-lo para todas as formas sociais de vida organizada, essenciais na sua competição com os brancos por trabalho, por prestígio e por segurança e garantir-lhe, além e acima disso, aproveitamento regular de suas aptidões e autonomia para pôr em prática os seus desígnios. (FERNANDES, 1965, p.58).

A esse respeito, Lélia Gonzalez (1979), analisando a situação de exclusão econômica, política e cultural da população negra no âmbito das relações raciais, após a abolição e, a eficácia do discurso ideológico e das práticas políticas da reprodução da divisão de classes, na perspectiva da subalternização da raça negra, ressalta:

Tais condições remetem-nos ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil.[...] O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. (GONZALES, 1979, p.11).

Gonzalez (1979), criticamente, expõe as contradições e conflitos inerentes à formação e a organização social da sociedade brasileira, no escopo da miscigenação, que esconde as atrocidades do racismo no “mito” da democracia racial.

Esse processo histórico advém da marginalização secular do povo negro, conforme por ela explicado: “o longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos a condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira” (GONZALEZ, 1981)²⁵. Isso ocorre em razão das diferenças, transformadas pelo capital em desigualdades, gerando as discriminações raciais e sexuais articuladas à opressão de classe, que condenam o povo negro a uma condição opressora.

Dessa forma, Gonzalez (1982) expressa que a ideologia do branqueamento torna-se a “forma ideológica mais eficaz do racismo na América Latina, porque reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais” (GONZALEZ, 1982, p. 34), permitindo que as desigualdades raciais e sexuais, dentro do escopo biológico e de classe, pela ação do capitalismo patriarcal, tornem-se latentes no continente, concretizando a opressão e a exploração das mulheres negras e indígenas, que vivem em condições proletárias nessa região.

²⁵ GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. Jornal Mulherio. Ano 1, nº 3. São Paulo: Mulherio, set/out,1981.

Para Gonzales (1982), a luta contra a naturalização do racismo, contra a exploração e a opressão do povo negro, começa com a escravidão, quando os negros e as negras escravizadas reagem ao processo de escravização implantado no Brasil, no final do século XV e início do século XVI. A autora destaca a formação política dos quilombos, em 1595 – Quilombos dos Palmares –, quando os quilombolas, há mais de um século, lutaram pela sua libertação.

Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi o berço da nacionalidade brasileira. (GONZALEZ, 1982, p. 91).

Diante dessa formação quilombola, a autora passa a desenvolver um debate permanente sobre resistência negra, ressignificando as experiências do período colonial e pós-abolição e referenciando os quilombos como experiência prática de organização social democrática. Seus pressupostos traziam uma perspectiva identitária étnico-cultural brasileira, sustentada na representação do Quilombo dos Palmares, o qual, na percepção da autora, seria o primeiro Estado Livre das Américas.

Entretanto, considerava que a comunidade negra continuava no mesmo lugar de sempre: “Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil [...]. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados”. (GONZALES, 1984, p.232), ou seja, os brancos dominantes usufruindo dos espaços privilegiados da cidade e do campo, enquanto os negros dominados, ocupando os espaços opostos – ‘da senzala às favelas’ –, o critério permanece o mesmo – divisão racial dos espaços. Diante disso, questiona a concepção de democracia racial estabelecida há muitos séculos no Brasil. “Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra” (GONZALES, 1984, p.228), constituída como uma ideologia que procura encobrir o poder explorador e opressor das classes dominantes.

O “mito da democracia racial”²⁶, ideia que aparece na obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, para descrever relações raciais

²⁶ Ver Florestan Fernandes. **A integração do negro na sociedade de classes**, cap. I, 1964.

“harmoniosas” no Brasil. Essa ideia foi criticada por ativistas negros(as), como a antropóloga Lélia Gonzalez, e por estudiosos(as), como o sociólogo Florestan Fernandes, que entendiam o conceito como uma camuflagem da situação de racismo no país e constatavam a ausência do Estado em desmistificar esse mito criado pelas elites na época colonial, que persiste na atualidade, principalmente nas escolas, nos livros didáticos e na mídia.

A esse respeito, Gonzalez (1984), em uma análise crítica de *Casa Grande & Senzala*, de Freyre, evidencia que o autor tornou obscura uma ideologia latente da supremacia branca, introjetada de forma objetiva no ideário nacionalista. Gilberto Freyre, ao expressar que havia uma convivência pacífica na sociedade, em que todos teriam oportunidades iguais, individualmente, não evidenciava a exploração, a dominação e a exclusão de negros e negras no período da escravidão brasileira, nem seus conflitos e suas resistências, que marcaram a questão do racismo no país.

O enfoque crítico da autora recai sobre a análise da narrativa oficial da miscigenação “harmoniosa”, que negava o estupro e a violência sexual sofrida pelas mulheres negras escravizadas e pelas indígenas. Ela denuncia, assim, o racismo como prática cultuada na sociedade brasileira e mascarada de democracia racial. Nesse sentido, as diferenças étnico-raciais e de gênero são usadas como um instrumento de dominação e exploração de um sistema colonial escravista, patriarcal e patrimonialista repassado de geração a geração, que demarca a desigualdade subdividida entre classes superiores e inferiores que incidem diretamente sobre a identidade racial, sexual e cultural das pessoas.

Gonzales (1988a), junto com movimento negro, faz uma reflexão acerca dos cem anos da lei da abolição brasileira – Lei Áurea, que estabeleceu o fim da escravidão no Brasil e revogou as disposições contrárias, sem determinação de nenhuma ação reparatória à população negra escravizada.

Para nós, mulheres e homens negros, nossa luta pela libertação começou muito antes desse ato formal e se estende até os dias atuais. Nosso compromisso, portanto, é no sentido de que a sociedade brasileira, refletindo sobre a situação do segmento que faz parte dele (ocupando, portanto, todos os espaços possíveis para que isso aconteça) pode se transformar em si mesma, e reconhecer, em suas contradições internas, as profundas desigualdades raciais que a caracterizam. Neste sentido, as outras sociedades que também compõem essa região, neste continente chamado América Latina, quase não diferem da sociedade brasileira. E este trabalho, como reflexão de uma das contradições internas do feminismo latinoamericano, pretende ser, com suas evidentes limitações, uma modesta contribuição para o seu avanço (depois de tudo, sou feminista). (GONZALES, 1988a, p.12).

Assim, Gonzales (1988a, p. 13), ampliando sua crítica à complexidade da compreensão da questão racial, ressalta o entendimento da situação da mulher na América Latina. Exalta os avanços da luta e conquistas feministas, tanto na teoria, quanto na prática, com o foco em torno do conceito do capitalismo patriarcal, destacando as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres.

Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, se nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro: “A Luta dos sessenta... Sem a Irmandade Negra, não haveria existido irmandade das Mulheres (Sister Hood); sem Poder Negro (Black Power) y Orgulho Negro (Black Pride), não haveria existido Poder Gay e Orgulho Gay” (David Edgar). E a feminista Leslie Cagan afirma: “O fato de que o movimento pelos Direitos Cívicos tenha quebrado os propósitos sobre a liberdade e a igualdade em América, nos abriu espaço para questionar a realidade da nossa liberdade como mulheres”. (GONZALES, 1988A, p. 13).

Com essa perspectiva crítico-dialética, Gonzales (1988a, p.13) questiona a ausência dos referenciais raciais sobre mulher, nos textos e nas produções sobre o feminismo, inclusive na definição do que seria o feminismo, o qual consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Na sua opinião, seria suficiente substituir os termos “homens e mulheres” por “brancos e negros” (ou índios), respectivamente, para expressar uma definição de racismo. Porque as origens do racismo e do sexismo são da mesma matriz econômica, ideológica e política, geradoras das desigualdades e discriminações sociais naturalizadas pelo Estado e reproduzidas no campo da educação, do mercado de trabalho, no lugar da moradia, entre outros espaços.

A autora argumenta que este “esquecimento” por parte do feminismo “está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade”. (GONZALES, 1988a, p.13). Assim sendo, considera que a teoria feminista incorporava em sua narrativa esse mesmo padrão dominante da mulher branca.

Demarcando as dimensões brasileiras do racismo abaixo da linha do Equador a partir das experiências de negras e negros, critica as concepções eurocêntricas do feminismo branco brasileiro, colonizador, predominante na América Latina, surgido com

as mulheres brancas, representantes da classe média. Ao romper com esses saberes colocados no modelo de valorização hegemônica do povo branco, indica que a transformação social brasileira deveria ser prioridade nas lutas das mulheres negras contra a exploração de classe, contra a discriminação racial e sexista.

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias – a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. [...] mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. (GONZALEZ, 1988 a, p. 18).

Contrapondo-se a esta concepção teórica hegemônica, Gonzalez apresenta, em uma perspectiva analítica intercultural e afirmativa das diferenças – sejam estas de gênero, de raça, de etnia –, um feminismo *afrolatinoamericano* que desponta de maneira plural, diversa e visibilizada em vários contextos sociais do continente americano, introduzindo o conceito de *amefricanidade*²⁷, divergindo da afirmação identitária dos Estados Unidos como sendo ‘A América’, obscurizando as outras américas (do Sul, Central, Insular e do Norte). Além disso, Gonzalez (1988b) evidenciava, com este termo, a existência do caráter multirracial e pluricultural das sociedades desse continente americano.

Assim sendo, a Amefricanidade é conceituada como

[...] um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) que é afrocentrada. [...] nos encaminha no sentido da construção de uma identidade étnica. [...] Seu valor metodológico está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto um sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. (GONZALES, 1988b, p.76).

Essa terminologia ultrapassaria o aspecto geográfico do continente e indo na direção da construção da identidade étnica da descendência não só dos africanos que foram trazidos pelo tráfico negreiro, para o Brasil, como também, daqueles que chegaram à América, anteriormente a Colombo. “Partindo de uma perspectiva histórica e cultural,

²⁷ Para além do seu caráter puramente geográfico, essa categoria é referenciada em modelos africanos e remete a uma construção de identidade étnica (GONZALEZ, 1988b).

é importante reconhecer que a experiência *amefricana* diferenciou-se daquela dos africanos que permaneceram em seu próprio continente”. (GONZALES, 1988b, p.78). Assim, no escopo teórico-crítico de Lélia Gonzáles, há uma busca de reafirmação da particularidade da experiência na América como um todo.

Para a autora, o feminismo deveria abandonar as reproduções imperialistas que massacram tanto os povos do continente americano como os povos de muitas partes do mundo e ocupar-se mais com os laços com a cultura africana “e reafirmar a particularidade da nossa experiência na América como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África” (GONZALEZ, 1988b, p.79). Assim, o feminismo deve refletir a identidade de um ideário feminista que retrate as experiências e as condições do lugar de fala dessa pluralidade de representação do sujeito social mulher, a partir desse continente, em um processo identitário a ser construído, reconstruído e desconstruído na perspectiva dialética.

De acordo com a história, faz-se importante ressaltar que os movimentos negros brasileiros, desde o século XX, têm uma longa e importante trajetória na história do Brasil relativamente à luta política contra o paradigma racista, classificador social da exploração, da opressão e da desigualdade, acumulativo desde o colonialismo europeu até o mito da “democracia racial”, na ótica da inferioridade dos negros e negras.

Nesse sentido, no contexto dos anos 1970, surge o movimento das mulheres negras brasileiras contra a discriminação racial no movimento feminista hegemônico, o qual não incluía a questão racial em suas pautas reivindicatórias, operando na lógica do mito de democracia racial. O que as feministas negras buscavam era abranger as inter-relações entre gênero, raça e classe para determinar os rumos do feminismo.

Na década de 1980, no período da redemocratização brasileira, o movimento de mulheres negras, impulsiona a luta política de combate ao racismo, articulando suas formas de resistência à opressão racial, simultâneas a de gênero e a de classe. Enfatiza-se o protagonismo intelectual e ativista de Lélia Gonzalez, que busca, também na africanidade, que o MNU²⁸ ressignifica o 13 de maio e institui o 20 de novembro como Dia da Consciência Negra²⁹, celebrando Zumbi dos Palmares, símbolo de luta de resistência e de emancipação dos povos negros. Lélia dignifica o papel da mulher negra

²⁸ Movimento Unificado Negro – MNU. Fundado em 18 de junho de 1978 e lançado publicamente no dia 7 de julho do mesmo ano. Disponível em: <http://mnu.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2018.

²⁹ Ao povo brasileiro Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial a Zumbi 20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra – 04 de novembro de 1978 – MNU.

na figura da Mãe Preta, distinguindo o papel de liderança dessas mulheres na luta de resistência dos quilombos contra a exploração, a opressão racista e sexista.

Gonzalez (1982)³⁰ resgata da lógica racista e patriarcal do remoto período da escravidão, a posição de objeto impingida às mulheres escravizadas para um papel ativo na constituição da identidade nacional como negra, mulheres que atuaram como trabalhadoras (escravas produtivas) e mucamas (responsáveis pela manutenção da casa grande, pela educação de filhos e filhas do senhor e explorada sexual).

Igualmente, essas mesmas formas estruturantes do racismo são evidenciadas nas determinações da legitimação das configurações da subordinação e da subserviência dos oprimidos e oprimidas como normalidade e com aceitação pública, ainda na atualidade. Dessa forma, as mulheres negras vêm denunciando as discriminações e as opressões e propondo outra construção do pensamento feminista e da política feminista contra uma epistemologia feminista hegemônica embasada pelo eurocentrismo das ciências sociais, que não evidencia as diferenças de raça e de classe definidas no contexto das e pelas relações sociais, que são materiais e historicamente desiguais.

Assim sendo, a luta contra todas as formas de opressão, relacionadas ao gênero, à raça e à classe na perspectiva interseccional, representa importante contribuição na construção do feminismo, demonstrando o modo como o racismo e o sexismo estão intrinsecamente ligados à opressão de classe na sociedade capitalista.

3.2.3 Interseccionalidade das Opressões Racistas, Sexistas e Classistas

No Brasil, o pensamento interseccional das opressões fluiu na década de 1980, com o movimento de mulheres negras, atuantes tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista, mediante a compreensão de que era necessário uma mudança no contexto político e teórico das relações de gênero e étnico-raciais, em vista de uma abordagem interconexa da percepção do sexismo e do racismo com a opressão de classes.

³⁰ O destino da mulher negra no continente americano, assim como de todas as suas irmãs da mesma raça, tem sido, desde a sua chegada, ser uma coisa, um objeto de produção ou reprodução sexual. Assim, a mulher negra brasileira recebeu uma herança cruel: ser não apenas o objeto de produção (assim como o homem negro também o era), mas, mais ainda, ser objeto de prazer para os colonizadores. O fruto dessa covarde procriação é o que agora é aclamado como único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade deste “produto” é tida como alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso. (GONZALES, 1982, p.p.35-36).

Essa abordagem é ressaltada no texto escrito por Gonzalez, *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*³¹, no qual ela acentua aspectos que continuam no debate atual das feministas negras e brancas – opressões de raça, de classe e de sexo – destacando a conexão entre essas três configurações de dominação e exploração, há décadas denunciadas. Explica, ainda, que a discriminação feminina negra acontece na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, geradora de um processo tríplice de discriminação (de raça, de classe e de sexo), que acomete as mulheres negras, assim como o seu lugar na força de trabalho com alto grau de desigualdade.

A autora trata as opressões racistas, sexistas e classistas para além da hierarquização – classe como determinante fundamental e princípio organizativo; raça e sexo como opressões apropriadas pelo sustentáculo do capitalismo, expressadas na estruturação de classes superiores e inferiores. Reforça que entre essas relações de gênero/sexo, étnico-raciais e de classe, estruturadas pelo eixo da opressão, não existe uma hierarquia de valores, mas uma intersecção, pois elas se encontram vinculadas ao poder estabelecido na relação e na luta de classes, entre concepções antagônicas de sociedade, de ser social e de mundo, geradas pela exploração da relação capital e trabalho.

Com esses pressupostos, destaca-se a análise feita pela feminista norte-americana Ângela Davis, autora do livro *Mulher, Raça e Classe* (2013), acerca do contexto social, histórico, crítico e contemporâneo da condição da mulher, em especial das mulheres negras norte-americanas, em que articula as lutas antiescravagista, anticapitalista, antirracista e feminista. Nessa relação, a autora aponta o papel das mulheres negras como central na luta contra as explorações e as dominações entre distintas estruturas opressoras, expondo o conceito de interseccionalidade a partir da opressão racial e de gênero como a coluna vertebral da estrutura capitalista nas sociedades escravocratas. Para a autora, há uma relação inerente entre o racismo e a exploração praticada pelo sistema capitalista, que naturaliza a exploração e a desconstrução do racismo por meio da desnaturalização da questão de gênero e de raça.

Davis (2013) estabelece essa relação com base na teoria marxista, que propõe a desnaturalização das desigualdades sociais, contrapondo-se à ideia do senso comum de que as hierarquias são hereditárias e naturais, reafirma que as hierarquias são construídas no interior do sistema classista do modo de produção capitalista, que opera mundialmente

³¹ Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980.

no paradigma da desigualdade. Ressalta-se que, na tradição marxista, a dominação e o conflito racial aparecem nessa interseção entre as estruturas de classes e a consciência crítica das identidades construídas socioculturalmente, em cuja relação são expostos os interesses econômicos ou materiais nela existentes.

Destarte, nas últimas décadas, a opressão interseccional expandiu-se muito no âmbito dos estudos feministas, principalmente de coletivos de mulheres negras que entenderam a impossibilidade de análise das questões de gênero sem inclusão das categorias de raça e de classe. Esta inter-relação, combinada, delineia na sociedade visões que “estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso a direitos e a oportunidades”. (BAIRROS, 2013, p. 14), historicamente vivenciadas pelas mulheres negras. Assim, nos estudos feministas (HIRATA, 2014), a origem do paradigma da interseccionalidade remonta ao movimento do final dos anos de 1970, conhecido como *Black Feminism* (cf. Combahee River Collective, 2008; DAVIS, 1981; COLLINS, 1990; DORLIN, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo.

Do ponto de vista de sua característica, a interseccionalidade nega a separação das categorias sociais na relação social de poder.

A interseccionalidade rejeita a ideia de que as categorias de identidade são separáveis e reconhece que os grupos raciais são heterogêneos e nenhum grupo social é homogêneo. Portanto, enfatiza a natureza simultânea da opressão e destaca a necessidade de ir além dos modelos aditivos. Como mencionado anteriormente, a interseccionalidade é mais do que a soma de diferentes desvantagens. Também é necessário notar que indivíduos podem experimentar desvantagens e privilégios ao mesmo tempo através de seus status combinados de raça, classe e gênero (RODRIGUES, 2016, p. 13)³².

Davis (2018, p. 33) pontua que “a interseccionalidade – ou os esforços de reflexão, análise e organização que reconhecem as interconexões entre raça, classe, gênero, sexualidade – evoluiu consideravelmente nas últimas décadas”, destacando que houve grande número de pioneiras estudiosas sobre a interseccionalidade, como a organização *Third World Women’s Alliance* [Aliança das Mulheres do Terceiro Mundo], que, nas décadas de 60 e 70, em Nova York, editava o jornal *Triple Jeopardy* [Tripla Ameaça] –

³² Feminismo Negro e Interseccionalidade: práxis política e a consolidação de um pensamento sociopolítico para além das margens. Artigo de Cristiano Rodrigues, produzido no âmbito do **Projeto Mulheres Negras em Movimento(s)**: trajetórias, intersecções e novos cenários para a teoria e práxis feminista negra no Brasil, financiado pelo CNPq (processo 432980/2016-4).

segundo a autora, a tríplice ameaça eram o racismo, o sexismo e o imperialismo. Entre essas categorias analíticas, esclarece Davis (2018), há uma relação inerente, sendo impossível dissociar as questões de raça das questões de classe e das questões de gênero. Portanto, “por trás desse conceito de interseccionalidade, há uma valiosa história de lutas. Uma história de diálogos entre ativistas no interior de movimentos, entre intelectuais da academia e entre esses dois setores” (DAVIS, 2018, p. 33). Assim, a interseccionalidade seria um modo de enlaçar as consequências da interação entre formas de subordinação, tais como, racismo e sexismo.

O conceito de interseccionalidade, patenteado por Kimberle Crenshaw em 1989, foi usado por ela para identificar tanto a discriminação racial quanto a discriminação de gênero, de maneira a se compreender mais profundamente como tais discriminações operam juntas e impõem limitações às possibilidades de êxito das mulheres negras. A autora subdividiu a noção de interseccionalidade³³ em duas categorias: a estrutural, por tratar da posição das mulheres negras nesta intersecção da raça e do gênero, tendo como ponto central as violências e suas respostas; e a política, por focalizar as políticas feministas e as políticas antirracistas que marginalizam a questão da violência em relação às mulheres negras. Convém pontuar que a adoção dessa abordagem interseccional possibilita maior percepção de como a articulação de diferentes categorias (raça, gênero e classe) altera, direta ou indiretamente, o contexto social dos sujeitos individuais e/ou coletivos, uma vez que essas e outras categorias sociais não incidem de forma estanque na produção de desigualdades – entretanto, quando articuladas, revelam as múltiplas dimensões da exploração e da dominação social.

Dessa feita, o debate sobre a intersecção dessas múltiplas dimensões da opressão é considerado, pelas feministas negras, como elemento diferenciador das trajetórias das mulheres e, ao mesmo tempo, o alicerce do feminismo negro contemporâneo, ao evidenciar que as relações raciais são intrínsecas às relações de gênero. É pouco provável, portanto, que se possa pensar na superação da dominação racial feminina sem uma

³³ A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

compreensão histórico-crítica da forma como essas relações sociais são determinantes no contexto do racismo e do sexismo.

Na perspectiva do pensamento do feminismo negro, o conceito de interseccionalidade ajuda no entendimento de como a articulação das diferentes categorias sociais (gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, corpo, geração, entre outras) se inter-relacionam, estruturando a vida dos sujeitos sociais, em especial das mulheres, evidenciando a subalternização, a opressão, a discriminação, a desigualdade e a injustiça social. Outrossim, o pensamento do feminismo negro pressupõe uma disputa do poder contra hegemônico no enfrentamento dos poderes hegemônicos exploradores, dominadores e opressores, protagonizado no processo de luta e resistência das organizações de mulheres negras.

De acordo com Luiz Felipe Miguel (2018, p. 23), “a dominação na sociedade está em permanente disputa – a hegemonia é sempre confrontada por estratégias contra hegemônica de grupos dominados, que buscam inverter a situação”, impedindo o consentimento da coletividade às estratégias hegemônicas de poder da classe dominante. Assim, a hegemonia “precisa ser reconstruída a cada momento, diante dos desafios postos pelo conflito social” (MIGUEL, 2018, p. 24). É importante compreender que a consciência crítica, ao determinar a relação do homem e da mulher com o mundo, estabelece sua autonomia e a contra hegemonia do poder. Dessa forma, a concepção de hegemonia³⁴ gramsciana torna-se importante para a compreensão da opressão interseccional nas sociedades organizadas em classes, no contexto das relações sociais de produção entre capital e trabalho. A esse respeito, Collins (2019) postula:

Os domínios estrutural e disciplinar do poder operam por meio de políticas sociais que tocam todo o sistema e são gerenciadas sobretudo pela burocracia. Em contraste, o domínio hegemônico do poder visa justificar práticas exercidas nesses domínios de poder. Ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre as instituições sociais (domínio estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (domínio interpessoal) (COLLINS, 2019, p. 447-448).

³⁴ [...] uso da palavra em dois sentidos diametralmente opostos: significando domínio, como em “hegemonismo”, ou significando liderança e tendo implícita alguma noção de consentimento. [...] a base material da hegemonia é constituída mediante reformas ou concessões graças às quais mantém a liderança de uma classe, mas pelas quais outras classes tem certas exigências atendidas. [...] Desse modo, Gramsci emprega o conceito de hegemonia para arguir que qualquer concepção economicista de política ou de ideologia, que só tenha em conta interesses de classe econômicos imediatos no que diz respeito à política e à cultura, é incapaz de uma análise correta da situação política e do equilíbrio de forças políticas e não pode levar a uma compreensão adequada da natureza do poder de Estado (BOTTOMORE, 1988, p. 178).

Para o feminismo negro, o domínio do poder hegemônico encontra-se na tríade ideologia, cultura e consciência, que se torna importante no atendimento dos interesses dos sistemas dominadores. Entretanto, as mulheres negras, historicamente, praticam atos de resistência contra esse domínio hegemônista, já que, como afirma Collins (2019, p.18), “O silêncio não deve ser interpretado como submissão a essa consciência coletiva e autodefendida das mulheres negras”. Em face disso, a autora observa que os atos de resistência das mulheres negras eram organizados coletivamente ou de forma anônima, e contrapunham-se ao poder dominador, que as fazia calar. De acordo com a autora, havia, aparentemente, um comportamento conformado às prescrições dominadoras, mas, por detrás desse comportamento, havia também atos de rebeldia contra a dominação racial.

Portanto, dialogar com uma abordagem interseccional da opressão significa um grande desafio colocado para implementação de processos político-pedagógicos que, para além da questão sexista, subsidiem as mulheres negras a desenvolverem uma consciência crítica sobre a sua relação com a exploração, na dimensão da produção e reprodução social, para transformarem sua condição opressora. Significa também evidenciar uma perspectiva epistemológica alternativa de valorização das experiências e saberes subjugados do sujeito coletivo oprimido(a) – mulher negra –, que sustenta a relevância social e científica do problema investigado no diálogo epistemológico da pedagogia freireana com o feminismo negro.

3.3 TENSÕES E POSSÍVEIS DIÁLOGOS

Os aportes epistemológicos da educação libertadora (Paulo Freire) e do feminismo negro (bell hooks, Patrícia Collins e Lélia Gonzalez) para o enfrentamento das injustiças sociais alicerçadas pelas opressões dos sistemas dominadores alocam, para o centro da investigação científica, as experiências dos grupos oprimidos que resistem ao colonialismo, ao racismo e ao sexismo. Apresentam em suas análises histórico-críticas o processo de desumanização e de exploração do trabalho, essencial para a manutenção do capitalismo, promotor de privação e de negação de direitos, que se insere em uma construção político-ideológica de práticas discriminatórias, suscitada no interior das relações e luta de classes. No entanto, apesar de ambas as ideias construídas sobre a condição opressora enfrentarem desafios comuns ao lidar com os legados da sujeição da escravidão e do capitalismo, elas possuem aspectos diferenciados em seus princípios de luta pela libertação.

Freire (1987) trabalha com a perspectiva dialética e dialógica da relação – opressores(as) *versus* oprimidos(as) – no centro da luta de classes, pela transformação das estruturas e das relações sociais opressoras de poder ideológico e político, para sua libertação. Nessa relação opressora, oprimidos e oprimidas vivem uma dualidade “na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida” (FREIRE, 1987, p. 32-33). O autor compreende que a educação é o meio possível do engajamento político, em um processo de conscientização e de movimento de massas para a superação da cultura colonial.

O foco de sua teoria social crítica é, portanto, a educação como prática de liberdade para uma ação transformadora das relações sociais de poder no contexto socioeconômico. Essa compreensão crítica parte dos estudos que ele realizou sobre a consciência da classe dos(as) oprimidos(as), ao observar os processos concretos das relações sociais e da luta de classes entre opressores(as) e oprimidos(as) dentro de estruturas opressoras de poder.

A matriz do pensamento feminista negro, por sua vez, vai além da luta de classes marxista, incorporando na relação dialética da opressão e do ativismo das mulheres negras a interseccionalidade da opressão de raça, de gênero e de classe, que contribui com o enfrentamento à dominação política, econômica e ideológica do modo capitalista de produção. A concepção da opressão interseccional utilizada pelas feministas negras em suas análises permite pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, do patriarcado e do capitalismo.

Dessa forma, a raça e o gênero, como formação social, fazem parte da estratégia da luta de classes e de transformação social entendida pelo feminismo negro. Nessa compreensão, há relação entre os sistemas raciais e classistas, além da exploração do capital sobre o trabalho, há uma relação opressora que exclui negros e negras do acesso a recursos econômicos, equipamentos sociais, “bons” empregos, cargos e qualificação, por exemplo, em razão da raça/cor. Essa situação opressora provoca conflito em função das relações desiguais e discriminadoras de classe e de raça, em que o racismo está no centro das relações socioeconômicas dominadoras e opressoras.

Entre as duas concepções apresentadas, percebe-se uma articulação epistemológica a partir da convicção de libertação e de justiça social para os grupos oprimidos, reforçando a consciência crítica sobre a condição opressora dos grupos sociais oprimidos, gerada pelas classes dominantes.

Outro aspecto crítico entre as duas epistemologias diz respeito à linguagem sexista com que as primeiras obras de Paulo Freire foram escritas na década de 1970. Tais críticas produziram autocrítica do autor sobre a linguagem machista com que suas obras eram escritas, como expressa no livro “Pedagogia da Esperança, um reencontro com a pedagogia do oprimido”, postulado por Freire (1992):

[...] De modo geral, comentando o livro, o que lhes parecia positivo nele e a contribuição que lhes trazia a sua luta, falavam, invariavelmente, do que consideravam em mim uma grande contradição. E que, diziam elas, com suas palavras, discutindo opressão, a libertação, criticando, com justa indignação, as estruturas opressoras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres. [...] “Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles”. E me perguntavam: “Por que não, também, as mulheres?” (FREIRE, 1992, p. 66-67).

Bell hooks (2013), ao criticar a escrita sexista freireana, destaca: “Quando descobri a obra do pensador brasileiro Paulo Freire, meu primeiro contato com a pedagogia crítica, encontrei um mentor e um guia, alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador” (HOOKS, 2103, p. 15). Contudo, com seu engajamento feminista, lança críticas sobre a falta do “elemento feminino” na linguagem escrita da pedagogia libertadora, assim como na pedagogia feminista. Freire (2016) concebe a educação como ato político, ato consciente da opção que se faz entre uma educação opressora e outra libertadora, em que a conscientização não pode existir fora da práxis. Para isso é preciso ação-reflexão.

Destarte, Freire (2016), ao refletir sobre a linguagem discriminatória sexista, reforça a importância do princípio da igualdade como compromisso político com a conscientização e a libertação do grupo social excluído, pois “a conscientização é engajamento histórico. Ela igualmente consciência histórica: por ser inserção crítica na história” (FREIRE, 2016, p. 57). Uma educação libertadora pelos(as) excluídos(as) e a favor dos(as) oprimidos(as) fundamentada na relação dialógica-dialética entre educador(a) e educandos(as), em que ambos aprendem em conjunto, em comunhão, para a transformação de relações e de contextos sociais opressores mediante uma educação conscientizadora a favor da emancipação de oprimidos(as).

As críticas de bell hooks – que também são minhas e de outras mulheres que continuam crendo num feminismo para melhorar a vida de homens e mulheres na perspectiva da transformação da sociedade – reconhecem que mais recentemente diversos

pensadores, inclusive Paulo Freire, passaram a incluir na perspectiva crítica as dimensões da diferença determinada pela classe social, pela raça, pela identidade de gênero e pela nacionalidade, entre outras. Destaco, com essas dimensões, a obra “Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários a prática educativa”, de Freire (1998).

Com isso, apesar de considerar que a teoria do conhecimento freireano e a teoria do feminismo negro saíram de referenciais distintos, ao olhar para as suas produções, percebe-se que há possibilidades comuns de análise, as quais passam pelo reconhecimento da opressão pela importância do valor da luta social, pela valorização das identidades e da equidade, propondo, assim, uma articulação epistemológica entre esses dois campos de saberes e evidenciando a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados, suas tensões e convergências.

4 O DIÁLOGO PROPRIAMENTE DITO ENTRE O FEMINISMO NEGRO E A PEDAGOGIA CRÍTICA: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

4.1 OS PENSAMENTOS INERENTES À PEDAGOGIA CRÍTICA E AO FEMINISMO NEGRO

A educação, de modo geral, é marcada pela ausência de ação-reflexão-ação sobre as inter-relações étnico-raciais e de gênero no projeto político-pedagógico escolar da maioria das instituições de ensino, impedindo, de certa maneira, a garantia de direitos e relações igualitárias entre educadores(as) e educandos(as) que compõem o cenário cotidiano da escola. Compreende-se que a ausência dessas categorias que abrangem a complexidade das relações sociais de gênero e raciais, por expressarem cotidianamente diferenças, experiências, situações conflitantes opostas e articuladas, mesmo que efêmeras, perpetuam as discriminações e as desigualdades, bem como ampliam a dominação e a opressão das elites dominantes.

Dessa maneira, a educação é concebida como instrumento que adapta os indivíduos a uma ordem econômica e social vigente, com a finalidade de transmitir um conhecimento definido pelo poder político dominante em seu benefício. Nessa perspectiva, há uma negação das contradições no centro das relações de produção e das forças produtivas.

A crítica a essa educação imposta de cima para baixo fez emergir os mecanismos opressores utilizados pelas classes dominantes para a manutenção do poder coercitivo,

mas trouxe simultaneamente a necessidade do desenvolvimento de categorias sociais capazes de tratar o fenômeno educativo no meio das relações contraditórias das sociedades hierarquizadas.

Nessa perspectiva dialética da relação de homens /mulheres e o mundo histórico-social, evidencia-se a contradição entre indivíduo e sociedade, rejeitando a imposição da educação unilateral no interior de uma realidade estática, propondo uma educação no campo da luta de classes de uma sociedade desigual, na qual o fenômeno educativo efetiva-se.

Assim sendo, a educação caracterizada pelo educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), como um ato político, é parte consubstancial da luta de classes pela transformação social, além de ser um ato de intervenção no mundo, na percepção do autor, “[...] à que aspira mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, [...], do direito ao trabalho, à educação, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente, pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta”, (FREIRE, 1998, p. 122-123), ao abordar a tomada de consciência do educador e da educadora no ensino.

Para o educador, devem considerar também a emancipação dos sujeitos políticos (homens e mulheres) no escopo do compromisso com a justiça social, que reconheça os seres humanos como sujeitos históricos e culturais, mas que também garanta a equalização de direitos e oportunidades.

Na concepção da pedagogia crítica libertadora da educação freireana, é preciso haver uma coerência para existir a conexão entre teoria e prática, isto implica dizer que “a práxis educativa que se move nesse binômio é continuamente a prática de uma concepção antropológica e epistemológica: é a prática consciente de seres humanos, que implica reflexão, intencionalidade, temporalidade e transcendência” (KRONBAUER, 2010, p. 41), conceito e realidade, que é o pensar crítico para uma ação dialógica de pensar e atuar como sujeitos críticos que refletem sobre sua prática e atuam sobre ela, em uma práxis comunicadora que exige uma ação transformadora.

Partindo-se dessa reflexão freireana inserida no contexto da teoria social crítica, na qual se fundamenta também o pensamento do feminismo negro, entende-se como tais pensamentos se articulam em torno da emancipação cidadã dos oprimidos e das

oprimidas, utilizando-se a dialética³⁵ como método para compreender o fenômeno da opressão.

Deste modo, problematizando e relacionando a opressão com as forças sociais que a geram, a fim de contextualizar esse fenômeno no âmbito das relações sociais de poder e, ao mesmo tempo, explicitar o que ele provoca nos grupos oprimidos e na sociedade, com vistas a superar a condição opressora, destaca-se que a educação exerce um papel fundamental na superação dessa condição opressora a partir das análises sobre as questões sociais do mundo ocidental, trazidas pela teoria crítico-dialética, com base no enfoque marxista.

A teoria crítica, ao longo do tempo, defende a superação da dominação, opondo-se, literalmente, contra qualquer tipo de reprodução da escravização, da exploração e da proletarianização da classe trabalhadora na sociedade capitalista, imprimindo uma consciência crítica.

Dessa forma, a educação crítica direcionada à tomada de decisões pode se tornar uma prática social e política de desenvolvimento de uma ação transformadora, interconexa de ideias e contextos sociais, ou seja, deve estar pautada na dialética da relação teoria e prática, conforme analisa Frigotto (2015, p. 222-223) acerca das relações sociais econômicas e as concepções e políticas educativas:

[...] Essas análises, em diálogo com o pensamento crítico, refletem a especificidade conflitos e lutas na sociedade e na educação, nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI.[...] as diferentes apropriações do legado de Marx e de seus maiores intérpretes, Engels, Lênin e Gramsci, e as diferentes posições no plano da disputa no terreno adverso e contraditório e na particularidade da luta de classes no Brasil. Trata-se, na verdade, de como mover-se dentro da ordem capitalista, numa das sociedades mais desiguais do mundo, tendo como horizonte a sua superação para uma sociedade socialista. (FRIGOTTO, 2015, p. 222-223).

Portanto, esses aportes epistemológicos reafirmam que as relações sociais têm vínculo histórico de conflitos e tensões entre os interesses de classes antagônicas, que são produzidas no domínio macroestrutural das sociedades hierárquicas. Portanto, só podem ser percebidas e transformadas no âmbito da coletividade.

³⁵Na linha de pensamento inaugurada por Hegel, Marx se empenhou em desenvolver um modo de pensar capaz de trabalhar com conceitos “fluidos”, para dar conta da instabilidade do real, de sua vertiginosa transformação contínua e de suas inumeráveis contradições. Afastando-se da linha de pensamento de Hegel, entretanto, Marx ligou a “fluidificação” dos conceitos a um projeto revolucionário, à disposição para intervir concretamente na transformação da sociedade (KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**; a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campos, 1988, p. 14-15)

Nessa perspectiva de relação social de poder, as mulheres negras vêm resistindo e se movendo na busca de resgatar o que lhes é negado. “Do mesmo modo que a opressão é complexa, a resistência que visa promover o empoderamento expressa uma complexidade semelhante” (COLLINS, 2019, p. 454). Essa resistência proporciona um espaço inclusivo do ativismo da luta feminista para investigar e denunciar a matriz de dominação estruturada no interior da sociedade capitalista, e a educação pode ser uma das forças de transformação social articulada ao trabalho.

Diante do exposto, apresenta-se ainda, na presente seção, um conjunto de teias conceituais que ilustram a natureza epistemológica, a saber: (i) da intersecção do capitalismo com o racismo e o sexismo; (ii) dos principais pontos norteadores e estruturantes dos saberes da educação libertadora freireana e do feminismo negro, ambos discutidos na tese; (iii) da opressão na perspectiva freireana e do feminismo negro e; (iv) por último, a teia da articulação epistemológica entre a educação libertadora de Freire e o feminismo negro de Gonzales, hooks e Collins em relação à opressão.

4.2 NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DA INTERSECÇÃO DO CAPITALISMO COM O RACISMO E O SEXISMO

O enfrentamento à intersecção de categorias sociais de sistemas relacionados à opressão e à exploração, tais como o racismo, o sexismo e o classismo, atuam interligados e produzem um sistema opressor que reflete o "cruzamento" de múltiplas formas de discriminação e desigualdade no capitalismo estrutural, que é uma forma de organização histórica de um sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, que divide a sociedade entre os donos da produção – proprietários e o não proprietários –, constitui na crítica do feminismo negro, o eixo central em torno do qual são analisados os processos de opressão e de resistência negra.

Acerca dessa intersecção do capitalismo com o racismo e o sexismo, Lélia Gonzalez (1979), a partir das relações raciais, analisa o funcionamento estrutural do sistema capitalista brasileiro na década de 1970.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem os seus advenços do racismo (GONZALEZ, 1979, p. 19).

Nessa análise, é destacado o caráter do privilégio racial no Brasil, que beneficiou a representação branca da população em todas as classes das relações sociais de poder, desde a exploração da mão de obra negra pelo capital à contratação negada às mulheres negras por não apresentarem “boa aparência” em razão da cor e à colocação dos filhos menores no mercado de trabalho para a complementação da renda das famílias negras.

Figura 2 – Teia da Intersecção entre Capitalismo, Racismo e Sexismo.



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A análise de Gonzalez (1979), ao focalizar as relações raciais na dimensão estrutural do capitalismo, suscita uma visão histórico-social das relações desiguais coloniais, que se reproduzem e se perpetuam no Brasil após a abolição da escravatura, que fomentou, ideologicamente, o racismo negro e indígena em favor de benefícios socioeconômicos do povo branco. Essa visão, quando relacionada com o sexismo, oprime intensamente as mulheres negras e indígenas.

Nessa perspectiva teórica interconexa da opressão, Freire (1998, p. 40), em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, argumenta que “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”. Essa afirmação corrobora a análise de Gonzalez (1979) sobre as relações desiguais de uma sociedade dividida em classes, em que é apontada a natureza política da formação e do espaço histórico, que é também político, ocupado pelo professor e pela professora – sujeitos políticos – dentro das relações sociais de poder escolar.

Essa prática preconceituosa é constituída dentro da exploração e da dominação de classe na relação do capital sobre o trabalho, que expressa, na prática social, as posições hierárquicas de gênero, de raça, de etnia etc., materializadas no racismo e no sexismo

inseridos em um contexto histórico e socioeconômico, interpretadas à luz de uma determinada concepção política.

Na análise de bell hooks (2019a, p.17), sobre a exploração e a dominação racial e sexual, o feminismo é considerado um “movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão”. As feministas negras incluem nesse movimento as interseções entre gênero, classe e raça, entendendo o conceito de classe para além da relação com os meios de produção definida no marxismo: “A classe envolve seu comportamento, seus pressupostos básicos, como você é ensinada a se comportar, o que você espera de si e dos outros, seu conceito de futuro, como você pensa, sente, age” (HOOKS, 2019a, p. 68). A autora analisa a posição das mulheres negras no sistema social institucionalizado de gênero, de raça e de classe, sistema em que “as mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica” (HOOKS, 2019a, p. 69), o que reforça a ideia de que o privilégio de classe era a única preocupação das mulheres, obstaculizando a intersecção entre classe e raça na mudança da concepção hegemônica do feminismo.

Essa compreensão se insere nos aportes da teoria social crítica³⁶ vinculada à perspectiva das transformações sociais formulada por mulheres negras, com mulheres negras para mulheres negras, situando no âmbito das relações sociais de classe, de raça e de gênero as condições opressoras, historicamente vividas pelas mulheres negras.

As compreensões expostas assinalam as relações interconexas das opressões no capitalismo, em que o racismo, o sexismo e a exploração social de classe constituem as formas mais evidentes de opressão, formando uma matriz de dominação (COLLINS, 2019, p. 460), a qual funciona como uma “organização geral das relações hierárquicas de poder em dada sociedade”, constituída de um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão (de raça, de gênero, de classe social etc.) e de uma organização particular de seus domínios de poder (estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal), que produzem o racismo como distinção, exclusão ou restrição (de raça, cor, etnia, origem etc.) dos direitos humanos, e o sexismo como pensamento e ações patriarcais de dominação.

³⁶ Teoria social crítica: corpos de conhecimento e conjuntos de práticas institucionalizadas que tratam ativamente de questões centrais para os grupos de pessoas. Esses grupos se situam diferentemente em contextos políticos, sociais e históricos caracterizados pela injustiça. O que torna a teoria social “crítica” é o compromisso com a injustiça, seja para o grupo da própria pessoa, seja para outros grupos (COLLINS, 2019, p. 462).

É nesse contexto opressor que se dá a revisão da condição opressora das mulheres, trazida na crítica que as feministas negras fazem ao feminismo hegemônico, que buscava alcançar apenas a liberdade da opressão sexista em negação às outras opressões. Desse modo, o conceito de liberdade não significa apenas uma evidência no espaço feminista de gênero como ferramenta epistemológica e metodológica de transformação social para as mulheres travarem sua luta contra a opressão e a dominação sexista, na verdade significa um desafio à dominação na sua essência.

4.3 ALGUMAS IDEIAS CONCEITUAIS DA PEDAGOGIA CRÍTICA FREIREANA

Paulo Freire defende que o conhecimento é resultante de processos de aprendizagens dos sujeitos sociais, conscientes com capacidade de ação autônoma. Porém, sujeitos inconclusos, conscientes de que não estão prontos, por isso vivem em constante busca do *ser mais*, necessitando de ser educado e de educar-se a si próprio.

Dessa maneira, “a educação se re-faz constantemente na práxis. Para *ser* tem que *estar sendo*”. (FREIRE, 1987, p.75), pois os seres humanos, são históricos e produtores de cultura – resultado da práxis humana sobre o mundo, por isso são capazes de transformar a realidade, que se traduz em ação-reflexão-ação sobre a realidade concreta.

O autor defende essa ideia por compreender a relação dialética existente entre a objetividade e a subjetividade do conhecimento.

A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou na ação sobre ela, é *objetivismo*. Da mesma forma, a negação da objetividade, na análise como na ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade. (FREIRE, 1987, p.37)

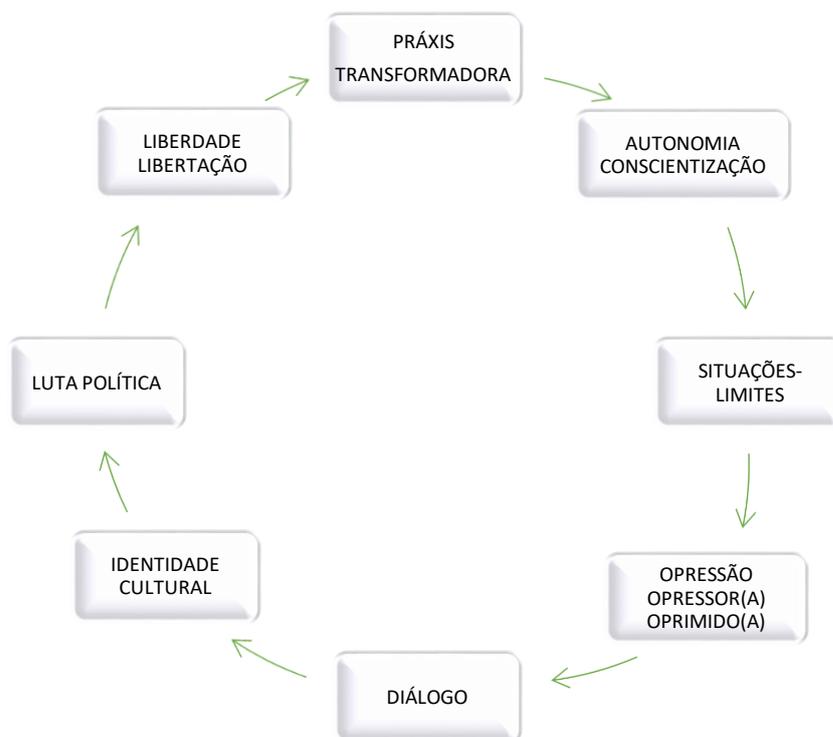
Freire (1987), ao analisar a situação de opressão e a possibilidade de superação como necessidade premente de libertação do sujeito social individual ou coletivo oprimido, aponta dois fatores. O primeiro está relacionado ao que ele denomina de reconhecimento crítico dos verdadeiros motivos da situação de opressão, enquanto o outro é a ação transformadora que possa constituir outra situação favorável a si mesmo, individualmente ou coletivamente.

[...] a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige uma permanente busca. Daí, a necessidade que se impõe de superar a situação opressora, isto implica o reconhecimento crítico, a “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure outra, que possibilite aquela busca de ser mais. No momento, porém, em que se comece a autentica luta para criar a situação que nascera da superação da velha, já se está lutando pelo ser mais. E, se a situação opressora gera uma totalidade desumanizadora e desumanizante, que atinge os que oprimem e os oprimidos, não vai caber, como já afirmamos, aos primeiros, que se encontram desumanizados pelo só motivo de oprimir, mas aos segundos de ser menos a busca do ser mais de todos. [...] quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios. (FREIRE, 1987, p.34)

Na pedagogia dialética e dialógica freireana, o(a) educador(a) e o(a) educando(a) estão inseridos(as) numa realidade que precisa ser desvelada e transformada – práxis revolucionária – assumida pela conscientização da realidade opressora e pela ação de transformá-la, processo singular – único, indissociável entre pensar e atuar.

Assim sendo, “[...], o educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos”. (FREIRE, 1987, p.69). Deste modo, a conscientização é entendida como processo crítico das relações consciência- mundo, dentro do contexto histórico-social da práxis humana. Por conseguinte, na epistemologia freireana é acrescentada à condição de opressão a conscientização sobre ela, como tarefa histórica de resistência crítica e política da prática educativa ao contexto explorador e dominador de sistemas opressores. Evidencia-se, desta forma, a percepção freireana, tanto ao pensamento científico da historicidade humana, quanto expressa um olhar crítico sobre a desumanização dos indivíduos, onde sua condição de ser social é negada.

A figura de número 3 e o quadro resumo de número 4, a seguir, ilustram de modo sucinto a concepção crítica da educação de Paulo Freire.

Figura 3 - Teia conceitual ilustrando algumas ideias de Paulo Freire

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quadro 4 - Resumo de algumas ideias Freireanas

Autonomia	O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (FREIRE, 1998, p.66)
Conscientização	É o teste da realidade. Quanto mais nos conscientizamos, mais “desvelamos” a realidade, e mais aprofundamos a essência fenomenológica do objeto diante do qual nos encontramos, com intuito de analisá-lo. Por esta razão, a conscientização não consiste num “estar diante da realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. Ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato “ação-reflexão”. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo... (FREIRE, 2016, p.56)
Conhecimento	A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto. (FREIRE, 1987, p.87)

<p>Diálogo</p>	<p>[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos presentes. [...] O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus polos (ou um deles) perdem a humildade. [...]. Finalmente, não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. (FREIRE, 1987, p.p.79-80, 82).</p>
<p>Identidade cultural</p>	<p>A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos estudantes cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a <i>assunção</i> de nós por nós mesmos. (FREIRE, 1998, p.47)</p>
<p>Liberdade Libertação</p>	<p>Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização. [...]. E que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. (FREIRE, 1987, p.p.54-55)</p>
<p>Luta política</p>	<p>A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes e poderosos. E se vão fazendo, cada vez, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos “condenados da terra”, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira. (FREIRE, 1987, p.31)</p>
<p>Opressão</p>	<p>A opressão, que é um controle esmagador, é necrófila para manter o controle” (FREIRE, 1987, p. 65) Dividir, para manter a opressão. Na medida em que as minorias, submetendo as majorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável a continuidade de seu poder. (FREIRE, 1987, p.138)</p>

<p>Opressor (a) Oprimido(a)</p>	<p>Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a <i>prescrição</i>. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isso, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores. (FREIRE, 1987, p.34)</p>
<p>Práxis</p>	<p>A práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela. (FREIRE, 1987, p.38)</p>
<p>Resistência</p>	<p>[...] as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos. O sincretismo religioso afrobrasileiro expressa a resistência ou a manha com que a cultura africana escrava se defendia do poder hegemônico do colonizador branco [...] Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos. (FREIRE, 1998, p. 87)</p>
<p>Situações-limites</p>	<p>No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das “situações-limites”. [...] superadas estas, com transformação da realidade, novas surgiram, provocando outros “atos-limites” ... (FREIRE, 1987, p.91)</p>

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Deste modo, Freire defende uma educação na perspectiva dialógica e libertadora, que valoriza as experiências, a história e a cultura de oprimidos e oprimidas, como ferramenta e mecanismo de resistência as opressões.

4.4 ALGUMAS IDEIAS CONCEITUAIS DO FEMINISMO NEGRO

O feminismo negro contemporâneo, em diferentes espaços, tempos e dimensões, tem mobilizado a sociedade em torno de uma ação política de respeito à diferença e aos direitos de ser, de estar, de falar, de transformar e transformar-se.

A ênfase feminista em encontrar uma voz no silêncio das mulheres negras, das mulheres não brancas, tem aumentado o interesse por nossas palavras. Este é

um momento histórico importante. Estamos tanto falando de nossa própria vontade, a partir de nosso comprometimento com a justiça, com a luta revolucionária para acabar com a dominação, como também somos chamadas para falar, “convidadas” a compartilhar nossas palavras. (HOOKS, 2019, p.55)

O aporte epistemológico produzido pelas feministas negras, não brancas, dentro e fora da academia, é fundamental para pensar as relações entre epistemologias feministas.

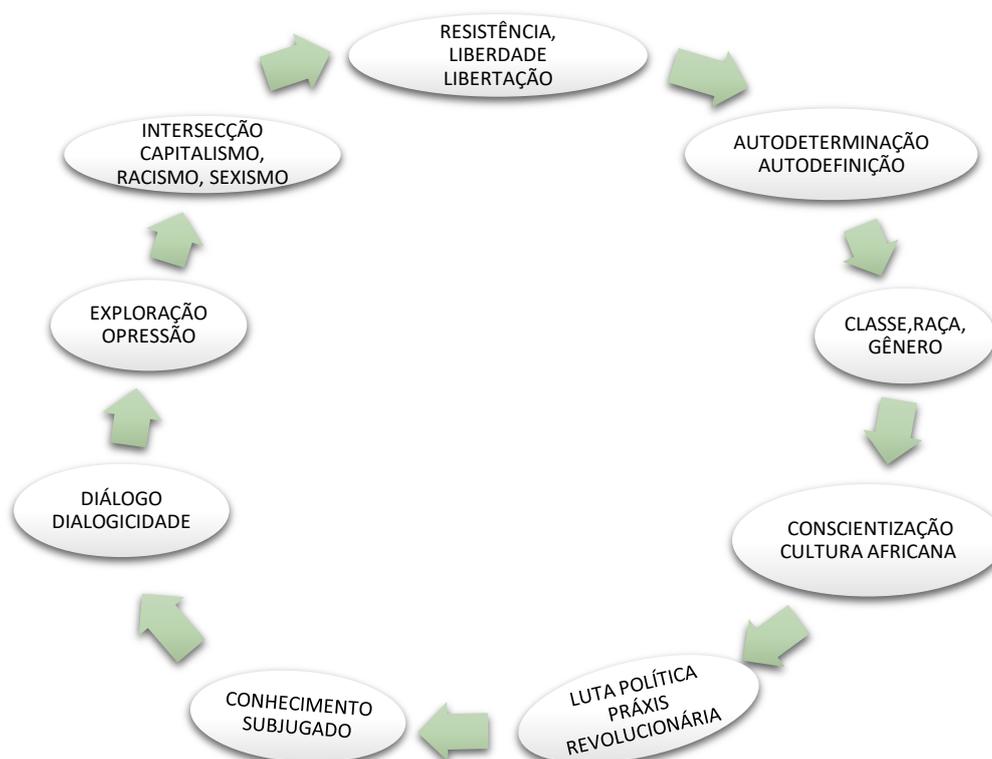
Nessa perspectiva, Lélia Gonzáles, na década de 1980, ao interpretar a realidade da sociedade brasileira, a partir das relações raciais, produziu um pensamento social e político sobre o desenvolvimento do Brasil que evidenciava as discriminações e autoritarismo do Estado brasileiro. Tal concepção assenta-se nas relações sociais de produção que estruturam as sociedades divididas em classes antagônicas.

A análise de Lélia aponta o autoritarismo político da classe dominante ao manter e universalizar um desenvolvimento baseado na desigualdade racial e social empurrando a população negra para a periferia, marginalizando-a do centro da produção econômica e social. “Até hoje os brancos falaram por nós. Temos que assumir a nossa própria voz. É aquele velho papo, temos que ser sujeito do nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas”. (GONZALES, 1986, p.165). As mulheres negras vêm erguendo a voz reivindicando e construindo uma práxis transformadora.

Ressalta-se que ao longo do tempo, a sustentação dos privilégios de brancos em detrimento da exploração da força de trabalho e da submissão dos negros, mantém-se. Entretanto, a resistência dos negros, suas lutas pela justiça social, vai se tornando um elemento de base da igualdade dos direitos raciais do processo libertador da população negra. “Nesse processo, e enquanto se busca eliminar opressão, também descobrimos novas possibilidades e ideias que vem da experiência e da sobrevivência de outras pessoas”. (HOOKS, 2019, p. 69). Entende-se, então, que um dos aspectos importantes no feminismo negro é a compreensão do processo libertador como um processo político.

As mulheres negras vêm lutando tanto para avançar na crítica teórica da naturalização do racismo e do sexismo, quanto para avançar no enfrentamento às desigualdades raciais e sexuais para a construção de uma educação da diferença para incluir e não excluir, que reafirme a condição de raça, de classe, de identidade de gênero etc., das pessoas.

Nesse sentido, a figura 4 e o quadro de número 5, a seguir, ilustram algumas das ideias do feminismo negro.

Figura 4 – Teia conceitual ilustrando algumas ideias do Feminismo Negro

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quadro 5 - Resumo de algumas ideias do Feminismo Negro

Auto definição	O poder de cada um de dar nome a sua própria realidade.
Autodeterminação	O poder de cada um de decidir seu próprio destino. (COLLINS, 2019, p.459)
Conhecimento subjugado	Conhecimentos tácitos produzidos por grupos oprimidos. Conhecimentos subjugados que visam resistir à opressão constituem conhecimentos de resistência. (COLLINS, 2019, p.459)
Conscientização	A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se se institucionalizou e como é

	<p>disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas. (HOOKS, 2019a, p.p. 25-26)</p>
Cultura africana	<p>[...] sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas despojaram-nos do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso; o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violência investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África (Rodney); e como o tráfico negreiro trouxe milhões de africanos para o Novo Mundo.[...] Só que não se pode deixar de levar em conta a heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação.[...]. Por tudo isso, enquanto africanos, temos nossas contribuições específicas para o mundo pan-africano. Assumindo nossa africanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os africanos do continente. (GONZALES, 1988, p.p. 77-78)</p>
Classe	<p>Classe social no sentido mais geral da expressão, grupos sociais diferenciados uns dos outros por condição econômica, formas culturais, práticas ou modos de vida. Trata-se de grupos de pessoas que ocupam posições semelhantes em uma economia política. (COLLINS, 2019, p.459).</p>
Raça e Gênero	<p>Superar a negação da raça ajudou mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis. E finalmente construíamos um movimento que não colocava o interesse de classe de mulheres privilegiadas, principalmente brancas, acima dos interesses de todas as outras mulheres. [...] não houve qualquer movimento contemporâneo por justiça social em que participantes individuais se engajavam na troca dialética que acontecia entre pensadoras feministas sobre raça, o que levou a reformulação de muitas teorias e práticas feministas. (HOOKS, 2019, p.p.92-93)</p>
Diálogo	<p>O diálogo implica uma conversa, temas centrais na pauta das sessões de conscientização[...] somente com conversa entre dois sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto. É</p>

	<p>um discurso humanizador, que confronta e resiste à dominação.</p> <p>É importante notar que a comunicação e discussão e desacordos poderíamos começar a encontrar um ponto de vista realista sobre exploração e opressão de gênero. (HOOKS, 2019, p.p. 26 -27).</p> <p>Um dos pressupostos epistemológicos básicos subjacentes ao uso do diálogo na avaliação de reivindicação de conhecimentos é o de que a conexão, e não a separação é um componente essencial do processo de validação do conhecimento. (COLLINS, 2019, p. 416).</p>
Dialogicidade	<p>Em contraste com a relação dialética que interliga opressão e ativismo, uma relação dialógica caracteriza as experiências coletivas das mulheres negras e os conhecimentos que elas compartilham como grupo. Tanto individualmente como em grupo, a relação dialógica sugere que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que experiências alteradas podem, por sua vez, estimular uma mudança de consciência. (COLLINS, 2019, p. 75)</p>
Interseccionalidade	<p>Abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas. (COLLINS, 2019, p.460)</p> <p>Capitalismo</p> <p>Sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção. Costuma caracterizar-se por distribuição extremamente desigual de riqueza e grandes diferenças entre ricos e pobres. (COLLINS, 2019, p.460)</p> <p>Racismo</p> <p>Sistema de poder e privilégio desiguais no qual seres humanos são divididos em ou “raças” e recompensas sociais são distribuídas de forma desequilibrada, conforme a classificação de cada um. (COLLINS, 2019, p.461)</p> <p>Sexismo</p> <p>Sabíamos, por experiência própria, que, como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. [...] o pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do</p>

	<p>pensamento patriarcal sobre nossa consciência. (HOOKS, 2019, p.p.34-35)</p>
Luta Política	<p>Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias – a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZALEZ, 1988 a, p. 18)</p>
Liberdade	<p>Para nós, mulheres e homens negros, nossa luta pela libertação começou muito antes desse ato formal e se estende até os dias atuais. (GONZALES, 1988a, p.12)</p> <p>Um movimento feminista libertador pretende transformar a sociedade erradicando o patriarcado, acabando com o machismo e a opressão sexista, desafiando as políticas de opressão em todas as frentes. (HOOKS, 2019, p. 115)</p>
Opressão	<p>Opressão. Situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro o acesso aos recursos da sociedade. Raça, gênero, classe, sexualidade, nação, idade e etnia constituem importantes formas de opressão. (COLLINS, 2019, p. 461)</p>
Práxis Revolucionária	<p>A pedagogia feminista só pode ser libertadora se for verdadeiramente revolucionária, pois os mecanismos de apropriação dentro do patriarcado de supremacia branca e capitalista são capazes de cooptar com tremenda facilidade o que meramente parece radical ou subversivo. (HOOKS, 2019b, p.118)</p>
Resistência	<p>Do mesmo modo que a opressão é complexa, a resistência que visa promover o empoderamento expressa uma complexidade semelhante. (COLLINS, 2019, p. 454)</p>

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

As problematizações e reflexões sinalizadas no interior dos movimentos feministas e nos estudos acadêmicos das mulheres negras desafiam a hegemonia de um conhecimento elitista, eurocêntrico e etnocêntrico, e respondem pela produção de uma

epistemologia própria. “A epistemologia indica como as relações de poder determinam em que se acredita e por quê”. (COLLINS, 2019, p.402). Trata-se de distinguir entre um conhecimento que representa os interesses opressores dominantes ou outro conhecimento que expressa as preocupações e necessidades das mulheres e homens negros oprimidos e oprimidas.

Assim, a relevância da epistemologia feminista negra pode ser a capacidade de enriquecer nossa compreensão sobre o modo como grupos subordinados criam conhecimentos capazes de fomentar tanto seu empoderamento quanto justiça social.[...]. Em vez de enfatizar as diferenças entre, de um lado o ponto de vista e a epistemologia das mulheres negras e, de outro, o ponto de vista e a epistemologia das mulheres negras, dos homens negros e de outras coletividades, as experiências das mulheres representam um espaço social específico para a análise dos pontos de conexão entre as diferentes epistemologias. Encarar a epistemologia feminista negra dessa maneira coloca em xeque a análise aditiva da opressão, segundo a qual as mulheres negras teriam uma visão mais clara da opressão, em comparação com outros grupos. (COLLINS, 2019, p.430)

Portanto, o pensamento feminista negro, ao gerar conhecimentos a partir das experiências das mulheres negras, contribui para o aprofundamento dos debates internos dos movimentos sociais de negros e de mulheres, acerca da importância de se pensar gênero e raça articulados, marcando a inter-relação entre o racismo e o sexismo no contexto da exploração de classe e das opressões nas relações sociais de poder.

Nessa perspectiva teórica sobre a interseccionalidade das opressões, seguindo o pensamento do feminismo negro, é necessária uma conscientização e um engajamento político, para a compreensão do impacto da opressão racista e sexista nas vidas das mulheres negras. “A ênfase do pensamento feminista negro na interação contínua entre a opressão das mulheres negras e o ativismo das mulheres negras mostra que a matriz de dominação e seus domínios inter-relacionados de poder são sensíveis à agência humana”. (COLLINS, 2019, p.456). Por isso, a luta política e a resistência à interseccionalidade³⁷ da condição opressora que reside no entendimento de quais possibilidades de superação e de desenvolvimento são necessárias à uma práxis revolucionária, no intuito da justiça social, deve ser prioridade em qualquer luta política.

Portanto, a luta política ao enfrentamento às opressões necessita de uma práxis reflexiva que compreenda e contribua com a conscientização da condição opressora que

³⁷ Abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas. (COLLINS, 2019, p.410).

as situações-limites de desigualdades e discriminações raciais, sexuais e sociais impõem às mulheres negras. Assim, reflete-se sobre a natureza da opressão na teoria freireana e no feminismo negro.

4.5 A NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DA OPRESSÃO

Como mencionado anteriormente, Freire, Gonzales, hooks e Collins compreendem a opressão como base estruturante das principais argumentações que constituem suas epistemologias, no contexto das relações sociais de poder. Relações que advêm de bases reais da existência de indivíduos, de suas ações e condições materiais objetivas e historicizadas culturalmente, no âmbito dos processos de colonização e escravidão, vivenciados no continente americano.

A análise do autor e das autoras citadas sobre esse processo opressor, inegavelmente envolve o conhecimento da sociedade brasileira e norte-americana em suas dimensões econômica, social, política e cultural. A produção do conhecimento no campo dos direitos e da justiça social implicam a articulação de estudos desenvolvidos em diferentes aspectos do fenômeno da opressão.

No entanto, procuram refletir sistematicamente a partir das experiências e das necessidades dos grupos sociais oprimidos.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegara pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 1987, p.p. 31-32).

Entretanto, a consciência do oprimido e da oprimida encontra-se “imersa” no mundo organizado pelo opressor (a), que não permite seu olhar crítico, consciente sobre sua situação opressora. Para aprofundar mais a compreensão sobre esta questão da opressão, considerou-se importante entender as percepções freireanas e do feminismo negro, que consubstanciam a luta política pela libertação.

4.5.1 A natureza epistemológica da opressão em Freire

Na concepção freireana (FREIRE, 1987, p. 138), a opressão é entendida como um ato de violência de quem possui o poder: “Na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder”. Nessa relação de opressão, trazida por Paulo Freire, opressores e opressoras, para manterem o poder, buscam dividir a maioria manipulando as massas, cooptando as lideranças e utilizando métodos repressivos do Estado, com o objetivo de enfraquecer os oprimidos e as oprimidas.

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força da libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. [...] Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 1987, p.p 30-31).

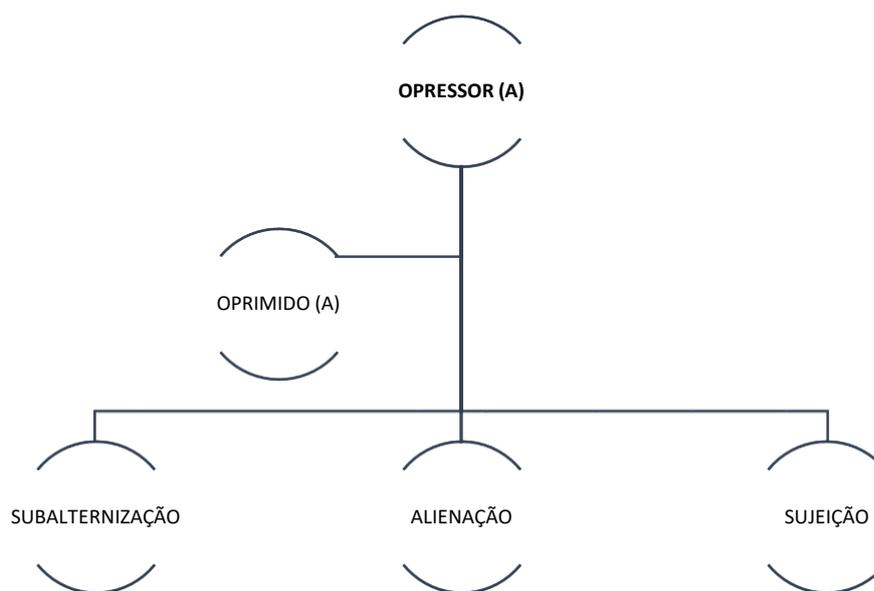
Paulo Freire caracteriza a realidade opressora como um problema à luta pela libertação. “Este é um dos problemas mais graves que se põem à libertação. É que a realidade opressora, ao constituir-se como um quase-mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências.” (FREIRE, 1987, p.34). Os oprimidos teriam que travar uma luta para obter a libertação a partir da consciência crítica da opressão que são vitimados, numa ação e reflexão sobre o mundo para poder transformá-lo – práxis transformadora.

[...] a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige uma permanente busca. Daí, a necessidade que se impõe de superar a situação opressora, isto implica o reconhecimento crítico, a “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure outra, que possibilite aquela busca de ser mais. No momento, porém, em que se comece a autentica luta para criar a situação que nascera da superação da velha, já se está lutando pelo ser mais. E, se a situação opressora gera uma totalidade desumanizadora e desumanizante, que atinge os que oprimem e os oprimidos, não vai caber, como já afirmamos, aos primeiros, que se encontram desumanizados pelo só motivo de oprimir, mas aos segundos de ser menos a busca do ser mais de todos. [...] quando descobrem em si o anseio por libertar-

se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios. (FREIRE, 1987, p. 34).

Freire (1987), ao analisar esta situação de opressão e a possibilidade de superação como necessidade premente de libertação do sujeito social individual ou coletivo oprimido(a), aponta que os oprimidos e oprimidas são acometidos por uma espécie de [...] “dualidade que se instala na “inferioridade” de seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autênticos. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora”. (FREIRE, 1987, p. 35). Este é um entrave da condição opressora que precisam superar para serem livres. Há uma necessidade de emersão na realidade para refleti-la e conscientizar-se sobre a desumanização das forças de dominação, opressão, exploração e de violência, dos sistemas e relações sociais injustas negam a humanização e a liberdade, que só será recuperada com a luta coletiva como uma tarefa humanista solidária.

Figura 5 - Teia conceitual ilustrando a opressão em Freire



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Os opressores e opressoras direcionam suas ações em uma única dimensão dos problemas da comunidade, não abarcando a totalidade das questões da realidade objetiva, resultando na alienação da população, que perde a ótica da crítica da realidade, ou seja, a

população é alienada pela condição opressora em que vive. Ao se manterem assim, as classes dominadas, sob a sujeição do domínio das classes dominantes que naturalizam, permitem e reforçam a manutenção e reprodução da condição opressora dominada.

Nessa perspectiva teórica, a pedagogia crítica libertadora de Paulo Freire contribui com a libertação das múltiplas opressões e permanece em constante questionamento crítico acerca da articulação entre teoria e prática (pensar e atuar), contextualizada no tempo presente, uma vez que é uma forma de intervenção contra-hegemônica à reprodução de uma ideologia dominante atrelada à visão mercadológica da relação capital-trabalho.

4.5.2 Opressão no Pensamento Feminista Negro de Gonzalez, hooks e Collins

Na análise do feminismo negro, a opressão está relacionada aos aspectos da subordinação e da reprodução ideológica, econômica e política das classes sociais dominantes. “De saída, o que se percebe é a identificação do dominado com o dominador. E isso já foi muito bem analisado por um Fanon, por exemplo.” (GONZALES, 1984, p. 224). Essa é a lógica colonialista de domesticação do “senhor dos escravos”, ainda presente na sociedade atual, via a relação patroa-empregada doméstica.

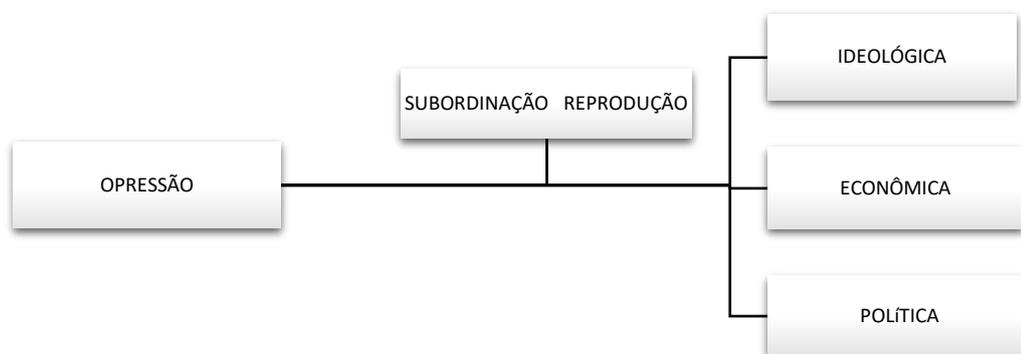
Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelo colonizado. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão. (GONZALES, 1988, p.72).

No contexto de luta e de resistência, as mulheres negras impulsionam a luta política de combate ao racismo, articulando suas formas de resistência à opressão racial à de gênero e à exploração de classe. Historicamente lidam com as múltiplas opressões, considerando que as relações étnico-raciais vêm ainda, no decorrer do tempo, sendo obscurecidas ou desvirtuadas, ampliando a discriminação e a desigualdade contra as pessoas negras e não negras, colocando-as em condições de subalternização e opressão no campo das relações sociais de poder, desfavorável ao desenvolvimento humano.

Assim, o reconhecimento da dimensão ideológica e política do racismo institucional torna-se uma condição *sine qua nom* para o respeito aos direitos humanos, transformando pensamentos e práticas racistas naturalizadas do lugar social determinado

à população negra, em outros lugares de afirmação das relações sociais, de igualdade de direitos e valorização de sua cultura.

Figura 6 – Teia conceitual ilustrando a opressão no Feminismo Negro



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Segundo Patrícia Collins (2019, p. 35), a opressão, ao ser tratada em conjunto, vira “uma rede supostamente homogênea de economia, política e ideológica, funciona como um sistema altamente eficaz de controle social destinado a manter as mulheres afro-americanas em um lugar designado e subordinado”. Essas dimensões são interdependentes e protegem os interesses e as visões da elite dominante, que, apesar de minoritária, impõe um domínio sobre a maioria, intenção própria do sistema capitalista que, ao se globalizar, redefine as relações sociais de dominação em todos os espaços.

A resistência das mulheres negras significa que as objetivações das outras categorias sociais, como raça, sexualidade, geração, territorialidade etc., presentes nas relações sociais de poder, terão vigência no Estado democrático de direito, enfrentando as interconexões das opressões geradas nas relações sociais de poder.

Nessa compreensão, os conhecimentos devem ser construídos no contexto cultural diaspórico africano, na resistência ao racismo, ao sexismo e à exploração de classe, expressando o protagonismo das mulheres negras no processo de transformação social e demarcando o campo de análise, cujo eixo principal é a resistência ao modelo de sociedade hierárquica, desigual marcada pela política da supremacia branca.

A esse respeito, bell hooks (2019, p. 115-116) considera que um movimento feminista libertador pode contribuir com a transformação da sociedade.

Um movimento feminista libertador pretende transformar a sociedade erradicando o patriarcado, acabando com o machismo e a opressão sexista, desafiando as políticas de opressão em todas as frentes. A pedagogia feminista só pode ser libertadora se for verdadeiramente revolucionária, pois os mecanismos de apropriação dentro do patriarcado de supremacia branca e capitalista são capazes de cooptar com tremenda facilidade o que meramente parece radical ou subversivo. (HOOKS, 2019, p.115-116).

Compreende-se que essa abordagem de hooks (2019) se fundamenta na pedagogia libertadora freireana de uma práxis revolucionária, que confronta a relação entre as ideias e a prática social, em que a teoria se transforma de modo contínuo com a experiência prática, produzindo outros conhecimentos de uma práxis revolucionária.

Outrossim, o feminismo negro, ao fazer a mediação política entre a exploração de classe e as opressões racistas e sexistas, a partir da compreensão de que a dominação de classes não revela por si só o conjunto das opressões das sociedades desiguais e nem dos indivíduos, requer, por isso, a conscientização crítica da interseccionalidade da condição opressora que reside no entendimento de quais possibilidades de superação e de desenvolvimento são necessárias a uma práxis revolucionária no intuito da justiça social.

Com essa compreensão, articulou-se uma inter-relação com outros eixos temáticos específicos, estruturais e conjunturais ao tema da interseccionalidade das opressões, que demonstram como os conceitos freireanos e do pensamento do feminismo negro, existentes na tese, podem compor uma articulação epistemológica entre os saberes investigados, com a tarefa de superar as ditas “situações-limites”, na sua totalidade, mediatizadas pela conscientização da condição opressora, a partir das contradições da realidade objetivada.

4.6 ARTICULAÇÃO EPISTEMOLÓGICA ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE FREIRE E O FEMINISMO NEGRO DE GONZALES, HOOKS E COLLINS, EM RELAÇÃO À OPRESSÃO

A proposta de identificar possíveis diálogos entre as abordagens epistemologias de Paulo Freire e do feminismo negro, de hooks, Gonzalez e Collins, na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe, ao mesmo tempo em que expressa a construção de uma

convergência entre as ideias e defesas do autor e das autoras em relação ao fenômeno da opressão, também constrói uma Teia de Articulação Conceitual de Resistência à Interseccionalidade das Opressões de Gênero, de Raça e de Classe, que explicitam as possíveis convergências das concepções científicas que envolvem o contexto desses saberes.

Tal resistência está baseada nas experiências e nas lutas das mulheres negras, considerando-se que a articulação das questões de classe, gênero e raça possibilitam maior compreensão dos enfoques teóricos e práticos da dominação feminina. A teia é composta por aspectos interconexos de conceitos e foi construída a partir das ideias investigadas nas narrativas da pedagogia libertadora freireana e do pensamento do feminismo negro.

Os conceitos que demarcam similaridades mais contundentes referentes à compreensão do fenômeno da opressão entre as epistemologias são: *autonomia; conscientização; conhecimentos subjugados; diálogo; identidade cultural; libertação; luta política; opressão de classe, de gênero e de raça; práxis revolucionária e resistência.*

As concepções desses conceitos estão descritas a seguir e ilustradas na figura 7: Teia de Articulação Epistemológica de Resistência à Interseccionalidade das Opressões de Classe, de Gênero e de Raça.

Figura 7: Teia de Articulação Epistemológica de Resistência à Interseccionalidade das Opressões de Classe, de Gênero e de Raça.



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Isto posto, a construção dessa teia, enquanto representação de significados, suscita interações entre os diversos conceitos desenvolvidos sobre a opressão em campos distintos, entrelaçando suas relações para outro processo de produção de conhecimento, o qual possibilita uma articulação epistemológica e metodológica dos saberes da pedagogia crítica freireana e da epistemologia do feminismo negro, mediatizados pelas categorias sociais (consciência de classe, de gênero e de raça, contradição, totalidade, mediação e práxis), estabelecidas no estudo, na perspectiva de uma composição de prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões.

A ideia dessa teia é demonstrar as relações existentes entre os principais conceitos freireanos e do feminismo negro que se articulam acerca da opressão. Em sua formulação e em seu desenvolvimento, o aspecto da complexidade real que responde aos interesses e à situação do grupo social oprimido – mulheres negras.

Nesse sentido, o processo epistemológico e metodológico da construção da teia conceitual contribuiu com a coerência e a objetividade das questões norteadoras deste estudo, por contornar, com mais efetividade, os aspectos teóricos e práticos das relações de classe, de gênero e étnico-raciais entre opressores(as) e oprimidos(as), e de seus desdobramentos em todo o processo da pesquisa. E, expressa os espaços contextualizados dos saberes, os quais dialogam e constituem as conexões das significações dos conceitos dos pensamentos freireano e feminista negro.

Diante de um tema amplo e complexo das relações exploradoras e opressoras do modo de produção do sistema capitalista, buscar provocar o debate em relação às interconexões epistemológicas da pedagogia freireana e do feminismo negro frente à composição de uma prática político-pedagógica transformadora, contrária “À prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade de ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 1998, p.40), pode representar uma relevante ferramenta de resistência potencializadora à formação docente.

Dessa maneira, a opção por tais saberes como centralidade do diálogo possível de convergência epistemológica se deu pelo fato de autor e autoras darem visibilidade às identidades dos sujeitos sociais – educandos e educandas – mulheres negras –, respectivamente, a partir das representações de suas referências histórico-culturais construídas acerca de sua inserção em um contexto social específico, que se articula entre a experiência das trabalhadoras e dos trabalhadores e os processos formativos de resistência e libertação.

Ressalva-se que a proposta de articulação entre essas duas epistemologias se justifica pelo fato de que o (as) referido (as) teórico (as) compartilham posições epistemológicas convergentes, no que diz respeito à importância da historicidade do processo de luta política e resistência dos oprimidos e oprimidas aos sistemas exploradores e opressores no campo das relações sociais de poder das sociedades hierarquizadas.

Nesse sentido, optou-se em apresentar, na estrutura de metatextos, subsídios teóricos convergentes entre as epistemologias de Freire, Gonzales, hooks e Collins que abordam e demarcam uma posição conceitual dos referidos conceitos de maneira a sintetizar os principais pontos norteadores e estruturantes discutidos na tese.

4.6.1 Subsídios teóricos convergentes entre as epistemologias de Freire, Gonzales, hooks e Collins

Nessa perspectiva, convém compreender uma dialética pelo olhar do(as) autor(as) que prioriza a inter-relação da realidade econômica, ideológica e política da opressão, possibilita entender a dinamicidade do fenômeno e que não reconhece as teorias de forma isolada, ao contrário, abrange as seguintes questões: a opressão de classe, de gênero e de raça; a conscientização; o diálogo; os conhecimentos subjugados; a identidade cultural; a luta política; a libertação; a autonomia; a práxis revolucionária; e a resistência, expressando a perspectiva de luta reivindicatória de grupos sociais oprimidos, evidenciando a complexidade desse fenômeno opressor, quando se toma em conta a natureza sistêmica da opressão estrutural no Brasil.

Quadro 6 - Elementos convergentes das epistemologias freireana e do feminismo negro

CONCEITO	PEDAGOGIA FREIREANA	FEMINISMO NEGRO
	Freire parte das seguintes constatações: a) As diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero, como alongamento deste, de nações; b) Essas diferenças geram ideologias, de um lado	Todas as afro-americanas deparam com um tema comum: nossas experiências profissionais e familiares são moldadas por opressões interseccionais de raça, gênero e classe. Mas esse ponto comum é vivenciado de

<p>Opressão de classe, de gênero e de raça</p>	<p>discriminatórias, de outro de resistência; c) É impossível compreende-las sem análise das ideologias e a relação destas com o poder e a fraqueza; d) É impossível pensar, pois, na superação da opressão, da discriminação, da passividade ou da pura rebelião que elas engendram, primeiro, sem uma compreensão crítica da História[...]. Segundo, ... sem projetos de natureza político-pedagógicos no sentido da transformação ou da re-invenção do mundo. (FREIRE, 1993, p.p.31,32)</p>	<p>maneira diferente por mulheres da classe trabalhadora...e por mulheres de classe média...O que continua a ser um desafio para as pensadoras feministas negras, tanto da classe trabalhadora quanto da classe média, é analisar como essas novas estruturas de opressão afetam diferentemente as mulheres negras. (COLLINS, 2019, p.p.133,134)</p>
<p>Conscientização</p>	<p>É o teste da realidade. Quanto mais nos conscientizamos, mais “desvelamos” a realidade, e mais aprofundamos a essência fenomenológica do objeto diante do qual nos encontramos, com intuito de analisa-lo. Por esta razão, a conscientização não consiste num “estar diante da realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. Ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato “ação-reflexão”. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo... (FREIRE, 2016, p.56)</p>	<p>A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas. (HOOKS, 2019a, p.p. 25-26)</p>
<p>Diálogo</p>	<p>[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. [...]. Finalmente, não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro.</p>	<p>[...] comunicação e diálogo eram centrais na pauta das sessões de conscientização. [...] somente com conversa entre dois sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto. É um discurso humanizador, que confronta e resiste à dominação. (HOOKS, 2019, p.p. 26 -27). Um dos pressupostos epistemológicos básicos</p>

	<p>Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. (FREIRE, 1987, p.p.79-80, 82).</p>	<p>subjacentes ao uso do diálogo na avaliação de reivindicação de conhecimentos é o de que a conexão, e não a separação é um componente essencial do processo de validação do conhecimento. (COLLINS, 2019, p. 416).</p>
<p>Conhecimentos Subjugados</p>	<p>Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto. (FREIRE, 1987, p.87)</p>	<p>Conhecimento tácitos produzidos por grupos oprimidos. Conhecimentos subjugados que visam resistir à opressão constituem conhecimentos de resistência. (COLLINS, 2019, p.459)</p>
<p>Identidade Cultural</p>	<p>A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos estudantes cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. (FREIRE, 1998, p.47)</p>	<p>[...] enquanto amefricanos, temos nossas contribuições específicas para o mundo pan-africano. Assumindo nossa amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os amefricanos do continente. (GONZALES, 1988, p.p. 77-78)</p>
<p>Luta política</p>	<p>Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira. (FREIRE, 1987, p.31)</p>	<p>Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZALEZ, 1988 a, p. 18).</p>

Libertação	<p>Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização. [...]. E que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. (FREIRE, 1987, p.p.54-55)</p>	<p>Para nós, mulheres e homens negros, nossa luta pela libertação começou muito antes desse ato formal e se estende até os dias atuais. (GONZALES, 1988a, p.12).</p> <p>Um movimento feminista libertador pretende transformar a sociedade erradicando o patriarcado, acabando com o machismo e a opressão sexista, desafiando as políticas de opressão em todas as frentes. (HOOKS, 2019, p. 115)</p>
Autonomia	<p>O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (FREIRE, 1998, p.66)</p>	<p>Auto definição - O poder de cada um de dar nome a sua própria realidade. Autodeterminação - O poder de cada um de decidir seu próprio destino. (COLLINS, 2019, p.459)</p>
Práxis Revolucionária	<p>A práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela. (FREIRE, 1987, p.38)</p>	<p>A pedagogia feminista só pode ser libertadora se for verdadeiramente revolucionária, pois os mecanismos de apropriação dentro do patriarcado de supremacia branca e capitalista são capazes de cooptar com tremenda facilidade o que meramente parece radical ou subversivo. (HOOKS, 2019b, p.118)</p>
Resistência	<p>O sincretismo religioso afrobrasileiro expressa a resistência ou a manha com que a cultura africana escrava se defendia do poder hegemônico do colonizador branco [...] Não é na</p>	<p>Do mesmo modo que a opressão é complexa, a resistência que visa promover o empoderamento expressa uma complexidade</p>

	resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos. (FREIRE, 1998, p. 87)	semelhante. (COLLINS, 2019, p. 454)
--	--	-------------------------------------

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

De modo geral, esses conceitos estão entrelaçados nas duas epistemologias, tendo a *conscientização* como centralidade da resistência às opressões.

Paulo Freire (1987, p. 35) considera que a consciência dos(as) oprimidos(as), que se encontram mergulhados no mundo dominado pelo(a) opressor(a), caracteriza uma dualidade que “se instala na ‘interioridade’ do seu ser. Descubrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles, e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora”. Deste modo, oprimidos e oprimidas só poderão superar a condição da opressão se superarem a contradição em que se encontram envolvidos (as), reconhecendo-se como tal, e engajarem-se na luta pela sua libertação e pela libertação do opressor e da opressora.

Nessa teoria do conhecimento freireano, a conscientização representa um valor do conhecimento crítico dos obstáculos das narrativas imperialistas de exploração e opressão, acentuadas nas políticas dominadoras. Portanto, “a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 1998, p. 64). A consciência crítica, então, traz uma coerência dialética entre o pensar crítico sobre a realidade concreta e o atuar criticamente sobre esta realidade na busca de transformá-la.

Assim, a conscientização da condição opressora é uma questão teórica importante na compreensão das relações sociais de poder, em que a exploração de classe e a dominação de raça, de gênero, de sexualidade – entre outras opressões geradas nas contradições econômicas, sociais, políticas, históricas da divisão social, sexual e racial da sociedade capitalista – demandam um engajamento e uma luta política pela libertação.

Para as mulheres negras, o processo transformador das *opressões* retrata o pensamento feminista negro e a realidade social desse grupo enquanto *conscientização* dos problemas cotidianos, sendo essa consciência crítica essencial na *luta política* e na *resistência* às múltiplas opressões.

Hooks (2019a, p. 25) pontua que a “*conscientização* feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação,

como se institucionalizou e como é disseminado e mantido”. A autora acentua a concepção trazida pelo feminismo acerca da consciência crítica e dos efeitos das dominações sexistas patriarcais na vida das mulheres, entendimento que impulsiona também a consciência de oposição ao poder patriarcal que fundamenta os sistemas de dominação no capitalismo e perpetua a divisão social e sexual do trabalho.

Contudo, para as mulheres negras, essa conscientização da condição opressora é ampliada mediante a consciência crítica de que “o racismo, o sexismo, a exploração de classe, o heterossexismo, o nacionalismo e a discriminação contra pessoas com capacidades diferentes e de diferentes idades, etnias e religiões afetam a vida de todos nós” (COLLINS, 2019, p. 14), tanto de mulheres quanto de homens, mesmo em posições diferentes dentro dessas relações.

Destarte, a conscientização da condição opressora de oprimidos e oprimidas se efetivará na *práxis revolucionária*, com o enfrentamento das múltiplas opressões racistas, sexistas, interconexas ao capitalismo, que resultará em uma posição utópica de transformação da sociedade em sua totalidade, com suas contradições.

Assim sendo, na *práxis* transformadora ensinada tanto na pedagogia freireana quanto no feminismo negro, resguardando a amplitude do escopo da opressão, a consciência crítica é uma prática essencial e solidária à resistência desenvolvida em comunidade de grupos oprimidos a respeito de uma situação-limite comum de opressão.

Dessa maneira, em um processo dialético transformador de contradições, presentes ou superadas, das “situações-limites”, é o *diálogo* que possibilita o pensar crítico – problematizador da realidade opressora – trazido na concepção da educação libertadora freireana, em cada domínio dela, formando uma totalidade de muitas determinações que revelam o mundo vivido por oprimidos e oprimidas.

A esse respeito, Freire (1998), refletindo acerca da formação docente e da prática educativo-progressista em favor da *autonomia* de educandos e educandas, aponta para o reconhecimento da assunção da *identidade cultural* individual e coletiva.

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a *assunção* de nós por nós mesmo. [...] a experiência histórica, política, cultural e social dos homens e mulheres jamais pode se dar “virgem” do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da *assunção* de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela *assunção* (FREIRE, 1998, p. 46-47, grifos do autor).

Nesse cenário, há um conjunto de *conhecimentos subjugados* e necessários que resulta de uma realidade objetiva opressora, “[...] contra a qual a militância negra vem historicamente lutando e diante da qual as respostas do Estado permanecem insuficientes, exigindo permanente esforço de compreensão” (CARNEIRO, 2011, p. 90). Ressalta-se que a negação do racismo como prática institucionalizada representa um grande obstáculo ao seu enfrentamento.

Destaca-se, nesse sentido, o pensamento de Zélia Amador (2019 p.123-124): “No que diz respeito às ações de âmbito individual, entendo que elas inauguram um processo, até então, jamais interrompido. A utilização do corpo e da cultura como instrumentos de resistência”. Complementa, “a cultura e o corpo exercerão papel importante no processo de construção da identidade dos africanos em condição de subalternidade”. Assim, “esse mesmo corpo virá a ser instrumento de afirmação de identidades, no embate com os opressores num processo de tomada de consciência”. Dessa forma, como identidade, as características do pensamento feminista negro interconectadas com experiências heterógenas das mulheres negras como coletividade e os conhecimentos inerentes ou as ideias do grupo associadas a essas mulheres, na resistência, constroem suas identidades.

A longo prazo, esse esforço vem contribuindo para destravar os marcadores sociais da diferença usados para definirem o lugar de pessoas brancas e de pessoas negras, com base na transfiguração do direito humano em privilégios de classe e de raça gestados nas sociedades hierarquizadas e racializadas.

Nesse contexto, os conhecimentos construídos pelas mulheres negras fundamentam um processo de *resistência* às opressões e, por isso, são muitas vezes suprimidos.

Como membros de um grupo oprimido, as mulheres negras estadunidenses geraram práticas e conhecimentos alternativos para promover seu empoderamento como grupo. Em contraste com a relação dialética que interliga opressão e ativismo, uma relação *dialógica* caracteriza as experiências coletivas das mulheres negras e os conhecimentos que elas compartilham como grupo. Tanto individualmente como em grupo, a relação *dialógica* sugere que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que experiências alteradas podem, por sua vez, estimular uma mudança de consciência. (COLLINS, 2019, p. 75).

Dessa maneira, o pensamento feminista negro está interligado à prática feminista negra, havendo uma relação intrínseca entre teoria e prática, em que o conhecimento está ligado às experiências. “Quando se trata da relação dialógica no feminismo negro estadunidense, por outro lado, podemos entendê-lo como teoria social crítica. Uma teoria

social crítica consiste em teorizar o social em defesa da justiça econômica e social.” (COLLINS, 2019, p.77). Na construção epistemológica sobre as relações de poder e os processos de luta e resistência contra à opressão interseccional, as mulheres negras produzem um conhecimento especializado.

De acordo com Collins (2019), ao produzirem conhecimento, elas se deparam com duas questões epistemológicas distintas:

[...] uma representa interesses de homens brancos de elite e outra que expressa as preocupações do feminismo negro. [...]. Essa epistemologia alternativa usa padrões diferentes, que são consistentes com os critérios das mulheres negras quanto ao conhecimento fundamentado e com nossos critérios de adequação metodológica. Decerto essa alternativa epistemológica feminista negra foi desvalorizada pelos processos dominantes de validação do conhecimento, e não são muitas as afro-americanas que podem reivindicá-la (COLLINS, 2019, p. 403-410).

Dessa feita, as formas de conhecimento, que permitem o surgimento de uma “subjetividade entre o conhecimento e o conhecedor, residem nas próprias mulheres (e não em altas autoridades) e são vivenciadas diretamente no mundo (e não por intermédio de abstrações)” (COLLINS, 2019, p. 414). Ou seja, o conhecimento vai se construindo no contexto da prática social do grupo oprimido (mulheres negras). São conhecimentos de resistência “[...] desenvolvidos por, para e/ou em defesa dos interesses de um grupo oprimido. Idealmente, promovem a auto definição e a autodeterminação do grupo” (COLLINS, 2019, p. 459), que representa a *autonomia* do poder de cada mulher de nomear a sua realidade e de decidir seu caminho, denominado no feminismo negro de auto definição e autodeterminação.

Esses conhecimentos que visam a *resistência* às opressões se mostram essenciais perante a correlação de forças negativas oriundas das forças dominantes no campo das relações culturais, ideológicas, políticas e econômicas que reproduzem as desigualdades e as discriminações. No entanto, formulados por grupos oprimidos, eles ficam ocultos, pois são estratégicos e, portanto, não podem ser revelados para não prejudicarem os grupos no esforço de enfrentamento às opressões e ao empoderamento individual de homens e mulheres, e do próprio grupo enquanto coletivo que expressa sua identidade.

Essa identidade é denominada por Collins (2019, p.461) de política de identidade da forma de saber, a qual considera as experiências vividas importantes “para a criação de conhecimento e a elaboração de estratégias políticas baseadas em grupos. [...], uma forma de resistência política na qual um grupo oprimido se opõe à desvalorização a que

é submetido”. Tal desvalorização é evidenciada nas determinações da legitimação das configurações de subordinação e subserviência de oprimidos e oprimidas, principalmente de negros e negras, como normalidade e com aceitação pública nas relações sociais de poder.

Deste modo, a educação, como ato político, formulada pelo educador Paulo Freire, é essencial para que grupos sociais explorados e oprimidos resistam à supremacia da classe dominante e ao racismo, compreendam o seu percurso histórico e superem fatos equivocados, buscando evidenciar as contradições e desvelar criticamente a realidade objetiva que oculta e desvirtua a história política e cultural da população negra.

As mulheres negras devemos identificar como o pensamento é a prática feministas podem auxiliar nosso processo de autor recuperação, e compartilhar esse conhecimento com nossas irmãs. Essa é a base sobre a qual construir solidariedade política. Quando essa base existir, mulheres negras estarão completamente engajadas no movimento feminista que transforma o eu, a comunidade e a sociedade (HOOKS, 2019, p. 369).

Por sua vez, a educação se constitui, dessa forma, tema central de reivindicação dos grupos sociais negros oprimidos. Há um número significativo de análises, experiências e produções teóricas de diversas entidades negras e de educadores e educadoras que compreendem a vinculação da educação com a resistência enquanto um direito social, possibilitando a formulação de conhecimentos e ações educativas capazes de combater as práticas seculares de racismo.

Portanto, torna-se necessário compreender criticamente os alcances das diversas práticas sociais, uma vez que elas se encontram vinculadas ao poder estabelecido na relação e na luta de classes. Convém compreender também que o processo educativo é configurado como compromisso histórico-crítico em que os sujeitos sociais oprimidos(as) se apropriam da realidade e, para desmistificá-la, torna-se fundamental a compreensão e a resistência à opressão das pessoas negras.

No pensamento de bell hooks (2019), o ato de ensinar é a forma de libertar-se, de expandir a consciência, de desafiar a dominação em sua essência, evidenciando a concepção da educação como prática de liberdade, formulada por Paulo Freire.

A educação funciona tanto como um instrumento utilizado para facilitar a integração das gerações mais jovens à lógica do sistema presente e dar conformidade a isso, quanto se torna “a prática da liberdade”, o meio pelo qual homens e mulheres lidam crítica e criticamente com a realidade e descobrem como participar da transformação de seu mundo (HOOKS, 2019, p. 115).

Deste modo, a práxis revolucionária firma-se na dialogicidade, como um dos conceitos importantes da *Pedagogia do Oprimido* (1987) e do Pensamento do Feminismo Negro, e representa teoricamente o compromisso de construir a unidade na múltipla diversidade de gênero, de raça e de classe, entre tensões e contradições, mediatizado pela conscientização como processo de reconhecer o(a) outro(a) e reconhecer-se no(a) outro(a). Para o pensamento do feminismo negro, o diálogo é humanizador.

[...] “O diálogo implica uma conversa entre dois sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto. É um discurso humanizador, que confronta e resiste à dominação”, afirma bell hooks. Para as mulheres negras, é raro que novas reivindicações de conhecimento sejam elaboradas de maneira isolada de outros indivíduos, e em geral são desenvolvidas em diálogos com outros membros da comunidade. Um dos pressupostos epistemológicos básicos subjacentes ao uso do diálogo na avaliação de reivindicação de conhecimentos é o de que a conexão, e não a separação é um componente essencial do processo de validação do conhecimento (COLLINS, 2019, p. 416).

Collins (2019) considera importante a dialogicidade: “O poder da palavra, em geral, e os diálogos, em particular, permitem que isso aconteça” (COLLINS, 2019, p. 416). Portanto, pensar e atuar na práxis educativa a partir dos conhecimentos subjugados do pensamento feminista negro é uma tarefa fundamental para uma pedagogia libertadora, que surge não só da consciência crítica, mas também do trabalho de resistência à exploração de classe e à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de sexualidade, entre outras, na prática social das relações de poder, com vistas à transformação do projeto excludente em um processo emancipatório incluyente e autônomo da sociedade.

Por isso, uma prática político-pedagógica fundamentada na teoria crítico-dialética do conhecimento é um caminho para que o processo de ação-reflexão-ação da teoria com a prática conduza à apropriação consciente da práxis revolucionária de outra educação e de outra sociedade, na dimensão da justiça social, enquanto compromisso com a humanização dos seres humanos.

Portanto, pensar em uma educação com democracia, em prol de uma sociedade igualitária com justiça social, significa refletir sobre o marcador da diferença racial, como inclusão, contrário à exclusão e à sujeição, para demarcar as igualdades sociais. Assim sendo, a educação exerce um papel fundamental na luta política a fim de assegurar a observância dos direitos humanos na concretização da justiça social.

Nesse contexto, o que se propõe é estabelecer o diálogo como instrumento metodológico, além de pedagógico, como forma de concretizar esses direitos

fundamentais diante das desigualdades e discriminações de gênero, raça, classe etc., que impedem o empoderamento das pessoas no âmbito das relações sociais de uma sociedade democrática. A liberdade deve permear a pedagogia feminista, deve ser voltada para a práxis revolucionária e pode ser alcançada por meio dos pressupostos da educação libertadora freireana, considerando-se que a teoria freireana do conhecimento, por sua natureza libertadora, é fundamentada em princípios políticos e dialógicos.

Entretanto, o processo educativo pode também cooptar negros e negras escolarizados(as) para a introjeção e a “defesa” da naturalização do racismo.

[...] o crítico cultural Kobena Mercer nos lembra que a negritude é complexa e multifacetada e que os negros podem ser inseridos numa política reacionária e antidemocrática. Assim como alguns acadêmicos de elite cujas teorias da “negritude” a transformam num território crítico onde só uns poucos escolhidos podem entrar – acadêmicos que usam os trabalhos teóricos sobre raça como meio para afirmar sua autoridade sobre a experiência dos negros, negando o acesso democrático ao processo de construção teórica – ameaçam a luta pela libertação coletiva dos negros, aqueles entre nós que promovem o anti-intelectualismo, declarando que toda teoria é inútil, fazem a mesma coisa. Reforçando a ideia de uma cisão entre teoria e prática ou criando essa cisão, ambos os grupos negam o poder da educação libertadora para a consciência crítica, perpetuando assim condições que reforçam nossa exploração e opressão coletiva. (HOOKS, 2013, p. 95).

Dessa forma, a cultura racista e sexista faz com que muitos negros e muitas negras contemporizem a exploração e a opressão racial em defesa de interesses particulares – que na verdade é o interesse da dominação de classes. Contudo, a dimensão teórica e a prática política de luta e resistência do feminismo negro, individual e coletivamente, constituem-se fundamentais tanto para a formação da consciência crítica das mulheres e homens negros, quanto para a luta de classes na perspectiva emancipação do ser humano.

De maneira geral, conseguiu-se evidenciar, como elementos comuns destacados nas duas epistemologias, alguns conceitos indispensáveis para a composição de uma prática político-pedagógica transformadora.

Portanto, reafirma-se que a relação dos sujeitos sociais acontece em determinado contexto histórico, político-social e cultural, na busca da unidade na diversidade, visando a transformação da sociedade regulada na dimensão da justiça social na perspectiva da humanização das pessoas – essencial na formação social baseada nos fundamentos epistemológicos do feminismo negro.

Retoma-se aqui Lélia Gonzalez (1990³⁸), ao afirmar que “A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora”. Essa reflexão de Gonzalez é importante para se pensar sobre as contradições na totalidade do processo pedagógico de uma educação libertadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, investiguei, com base na produção de Paulo Freire e de algumas autoras do campo dos feminismos negros (notadamente Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Collins), a articulação epistemológica entre estes dois campos de saberes: educação libertadora e feminismo negro. O objetivo foi evidenciar a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados e, também, suas tensões e convergências, a partir do problema formulado na tese: Quais são os referenciais epistemológicos da educação libertadora e do feminismo negro? E como estes referenciais podem se inter-relacionar na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe?

Dessa forma, o processo de investigação permitiu o estabelecimento de novas percepções orientadoras de uma práxis transformadora, e, mesmo partindo de referenciais teóricos distintos, possibilitou o diálogo com pontos comuns de análise, abrangendo o reconhecimento da opressão, a importância do valor da luta social e a valorização das identidades e da equidade.

A partir da hipótese sinalizada na tese, em que “no contexto da opressão e da libertação, o diálogo entre a educação libertadora e o feminismo negro contribui para a composição de uma teia conceitual com vistas a uma práxis transformadora de resistência às múltiplas opressões”, almejou-se apresentar possibilidades de convergências epistemológicas envolvendo as concepções científicas de Paulo Freire e de Lélia Gonzales, bell hooks e Patrícia Collins no que tange à historicidade científica que descreve um conjunto de pressupostos sobre o fenômeno da opressão, de modo a evidenciar a natureza epistemológica, objetivada das relações sociais de poder, no âmbito de uma sociedade dividida em classes antagônicas e, extremamente, desigual e discriminadora.

³⁸ Primavera para as Rosas Negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p.373.

Em contrapartida, apesar de as ideias do autor e das autoras terem sido produzidas em tempos e lugares diversos, elas constituem um conjunto de reflexões com uma linha condutora central não linear, que demonstra uma coerência dialógica de começo, meio e fim obtida a partir das conexões político-epistemológicas estabelecidas entre os pensamentos, que possibilitaram o pensar crítico-reflexivo sobre a articulação epistemológica dos saberes. Porém, há de se reconhecer que os conceitos e seus pressupostos são históricos, portanto, datados, complexos, inconclusos e abertos a outras interpretações, significações e formulações, dentro do rigor científico trilhado pelo autor e pelas autoras.

Nesse sentido, o estudo pautou-se na análise histórico-crítico-dialética, que simultaneamente constitui e transforma o objeto investigado. Utilizou-se um procedimento de natureza qualitativa como base da pesquisa bibliográfica, que também contribuiu com a análise do fenômeno da opressão, a partir das categorias (consciência de classe, de gênero e de raça, contradição, totalidade, mediação e práxis), categorização que estruturou a compreensão do fenômeno social da opressão, estabelecendo-se uma relação entre elas e as ideias centrais investigadas (intersecção entre capitalismo, racismo e sexismo, conscientização da condição opressora, conhecimentos de resistência e pedagógica transformadora), descritas na contextualização do tema e na metodologia da pesquisa.

Como objetivos específicos, formularam-se os seguintes:

- Investigar os principais fundamentos epistemológicos que demarcam, na obra de Paulo Freire, o fenômeno social da opressão, e as perspectivas político pedagógicas de superação da situação opressora de oprimidos(as) e opressores(as);
- Examinar os pontos centrais da epistemologia do feminismo negro, no sentido da interseccionalidade da opressão de gênero, raça e classe dos sistemas de dominação;
- Identificar possíveis diálogos entre as abordagens epistemológicas de Freire e do feminismo negro de hooks, Gonzalez e Collins, na perspectiva de uma prática político-pedagógica de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe.

Na intenção de responder ao primeiro objetivo específico, foram destacadas as perspectivas distintas de compreender a opressão a partir do diálogo entre educação libertadora e feminismo negro, apresentando-se o debate sobre a opressão pautada na

concepção da educação libertadora freireana, inserida no paradigma histórico-crítico-libertador que relaciona teoria e luta de classe, cujos marcadores são a transformação estrutural (social, política, cultural e econômica) e o sujeito social e político, protagonista da transformação social, como contraponto à educação bancária, opressora e direcionada aos interesses do capital.

Dessa forma, a educação libertadora ao trazer para o centro da pedagogia o pressuposto da superação da contradição opressores (as) e oprimidos (as), evidenciando a luta política de classe e a resistência da classe oprimida à opressão, compreendendo-a como um processo de violência – ‘ato proibitivo *de ser mais*’ -, Freire (1987, p. 44) denuncia a desumanização da educação opressora e anuncia “a instalação de uma nova situação concreta, de uma nova realidade inaugurada pelos oprimidos que se libertam”. Esta ação libertadora retrata a conscientização da situação opressora, partindo da reflexão-ação, na perspectiva de uma educação problematizadora³⁹ e libertadora, na direção da conquista da emancipação humanizadora de homens e mulheres.

Essa contradição, na relação entre dominantes e dominados, sintetiza o quanto as elites moldam e impõem coercitivamente a dependência entre opressores(as) e oprimidos(os), em constante conflito de classes. Estas, por sua vez, envolvem dominantes (exploradores-burgueses-capitalistas) *versus* dominados (explorados-proletariados-trabalhadores), além da fundamental luta pela consciência de classe, de gênero e de raça no processo de transformação da sociedade capitalista.

Conforme a análise de Frigotto (2017, p. 20), as classes dominantes, no Brasil, provocam as desigualdades, por meio de vários mecanismos opressores para manterem seus privilégios.

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura. Na perspectiva do paradigma da intersecção dos sistemas de dominação o conceito de classe. (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

³⁹ Baseia –se na criatividade e possibilita uma reflexão e uma ação críticas sobre a realidade, comprometidas com a transformação social. (GADOTTI, 1989, p.151).

Dessa forma, verifica-se, também, que as desigualdades têm se mantido constantes, caracterizando um fato histórico com diversas dimensões e interações relacionadas ao poder, em que, as mulheres negras têm sido as maiores vítimas das desigualdades e discriminações de classe, de gênero e de raça.

Nessa compreensão da intersecção entre capitalismo, racismo e sexismo, há uma demanda de consciência crítica, essencial na luta e resistência às múltiplas opressões e à conscientização da condição opressora, o que caracteriza a outra intenção de responder ao segundo objetivo da pesquisa, analisar a interseccionalidade da opressão de gênero, raça e classe dos sistemas de dominação, como paradigma interpretativo dos marcadores sociais da desigualdade e promotores das múltiplas opressões, base epistemológica do feminismo negro, que relaciona racismo, sexismo, exploração de classe e outras formas de discriminação advindas das relações sociais de poder, como relações de exploração e dominação de classe, de raça, de gênero geradas pelos sistemas de dominação.

Nessa linha de raciocínio, o feminismo negro, ao fazer a mediação política entre a exploração de classe e as opressões de gênero, de raça, entre outras categorias sociais, chama a atenção para o “entrelaçamento de sistemas opressores [...], mulheres negras e muitos outros grupos de mulheres reconhecem a diversidade e a complexidade da experiência de ser mulher, de nossa relação com o poder e a dominação” (HOOKS, 2019b, p.60). Portanto, a compreensão de que a dominação de classe não revela por si só o conjunto das opressões das sociedades desiguais e nem dos indivíduos, ressaltada na análise da interseccionalidade das opressões capitalistas, raciais e patriarcais que diretamente determinam as relações sociais de poder na vida das mulheres, é um ponto fundamental da luta feminista das mulheres negras.

A maioria vive em condições socioeconômicas precárias, em situação de pobreza e de discriminação no mercado de trabalho, assim como no sistema de saúde e no educacional. Ainda nesse contexto, elas também estão expostas à violência, especialmente, devido ao racismo e ao sexismo que preconizam a negação de sua condição de ser mulher negra.

As condições históricas do trabalho das mulheres negras, tanto na sociedade civil negra quanto no trabalho remunerado, estimularam uma série de experiências que, quando compartilhadas e transmitidas, tornam-se sabedoria coletiva de um ponto de vista de mulheres negras. Além disso, quem compartilha essas experiências pode acessar uma série de princípios para avaliar reivindicações de conhecimento. Esses princípios passam a integrar uma sabedoria das mulheres negras em âmbito mais geral e, mais ainda, aquilo que chamo aqui de epistemologia negra. (COLLINS, 2019, p.410)

É nesse contexto histórico-crítico-epistemológico das condições dos grupos sociais oprimidos, que se torna possível uma articulação epistemológica da educação libertadora com o feminismo negro, na defesa de um projeto político-pedagógico fundamentado na teoria social crítica, com o propósito de alcançar a justiça social, por meio do princípio da equidade que reconhece, valoriza e respeita as diferenças de classe, de raça e de gênero, entre outras, assegurando a inclusão e rejeitando a exclusão.

Dessa forma, buscou-se responder ao terceiro objetivo a partir dos fundamentos teórico e políticos da pedagogia libertadora freireana e do feminismo negro. O embasamento para analisar criticamente a possível convergência centrou-se nas categorias de consciência de classe, de gênero e de raça, contradição, totalidade, mediação e práxis, enquanto os subsídios teóricos convergentes entre as epistemologias de Freire, Gonzales, hooks e Collins, no diálogo com os conceitos foram: opressão de classe, de gênero e de raça; a conscientização; o diálogo; os conhecimentos subjugados; a identidade cultural; a luta política; a libertação; a autonomia; a práxis revolucionária e; a resistência, para propor uma articulação epistemológica entre o feminismo negro e a pedagogia crítica libertadora.

Compreendendo que as relações sociais opressoras de poder estão interseccionalizadas nas estruturas do capitalismo patriarcal e racista, ratificando a exploração de classe e a dominação – opressores(as)-oprimidos(as). Embora o conceito de classe esteja aportado em várias perspectivas sociológicas, antropológicas e econômicas, não significa que essas perspectivas possuam a mesma compreensão. Ao contrário, esse conceito – classe – manifesta os pressupostos e as diferenças existentes entre as várias teorias que o analisam a partir do escopo das tradições teóricas que enfatizaram a compreensão das relações sociais no mundo.

No sistema de estratificação social, que caracteriza as sociedades desiguais, o conceito de classe determina a posição subjetiva das pessoas em relação ao *status* social na escala hierárquica da sociedade. No modo de produção funcionalista, a ênfase conceitual de classe está relacionada às desigualdades sociais que articulam as dimensões de renda, de *status*, de riqueza e de relação afetiva em que os grupos sociais emergem. Nessas teorizações, as análises sobre o conceito de classe vêm associadas às vantagens impostas pelos domínios das elites vigentes nas sociedades.

Outrossim, o conceito de classe é fundamental na teoria marxista, apesar de nunca ter sido formulado sistematicamente. Entretanto, “[...] foram a estrutura de classe da fase

inicial do capitalismo e as lutas de classes nessa forma de sociedade que constituíram o ponto de referência principal para a teoria marxista da história”. (BOTTOMORE, 1988, p.61). Posteriormente, no Manifesto Comunista, aparece a ideia de luta de classes. “Marx assinala que a história de todas as sociedades – desde o aparecimento da propriedade privada – vinha sendo a história das lutas de classes” (KONDER, 1998, p.76), ou seja, toda base de uma organização política é formada pela composição das diversas classes sociais e das lutas de classes que representa a chave para o movimento contraditório no interior da sociedade civil.

Para Guimarães (2012, p.43) – “Marx tem certamente razão quando reivindicou ter retirado do termo este sentido subjetivo e valorativo, para referi-lo a posições objetivas na estrutura social, às quais corresponderiam interesses e orientações de ação similares”. Contemporaneamente, a perspectiva conceitual de classe se fundamenta no enfoque histórico-crítico da divisão social de classe e na luta de classes, que estabelecem os interesses antagônicos materiais de opressores(as) e de oprimidos(as).

Esse antagonismo de classe (dominante e dominada) – que condena a maior parte da humanidade a trabalhos de natureza pesada e com pouco usufruto do seu trabalho, e que historicamente tem se desenvolvido para o sustento de privilégios de uma minoria, dona do capital, com exploração da classe trabalhadora, obrigada a trabalhar por sua subsistência – explica racionalmente a opressão e a subalternização de classe, de raça e de gênero.

As afirmações dos autores referidos estão assentadas no escopo do modo de produção capitalista, em que há uma relação de dominação e de exploração de quem exerce o controle sobre a produção.

A despeito de a prática exploratória e opressora escravista desenvolvida por muitos povos ser muito antiga em diversas e diferentes regiões do mundo, é por volta do século XV que esta forma de exploração se concentra na população negra do continente africano, associando o termo escravo ao negro.

Nesse sentido, Achille Mbembe (2014, p. 38), em “Crítica da Razão Negra”, pontua que a representação do ser negro constitui uma linguagem associada aos preconceitos. “Chamemos isso o momento gregário do pensamento ocidental. Nele, o Negro é representado como protótipo de uma figura pré-humana incapaz de superar a sua animalidade, de se reproduzir e de se erguer a altura do seu deus”. Essa concepção de classificação hierarquizada de raça foi utilizada como instrumento epistemológico para

introjetar no povo colonizado o pensamento colonizador de supremacia racial, produtor de desigualdades e de discriminações raciais.

Mbembe (2014, p. 72) conceitua o escravo negro como um objeto rentável dentro do escopo do sistema mercantilista, em que o negro é considerado como uma mercadoria, “[...] o corpo objeto e a mercadoria que passa de uma a outra forma e, quando chega a fase terminal, atingida a exaustão, sofre uma desvalorização universal. A morte do escravo assinala o fim do objeto e a sua saída do estatuto de mercadoria”, a partir da expansão do liberalismo como doutrina econômica e do modo de governar dominador e explorador da força de trabalho escravizada, para fazer frente à concorrência do domínio econômico mundial.

“Em síntese, a desigualdade na distribuição da riqueza e renda era produto próprio da sociedade capitalista que concentrava o poder” (POCHMANN, 2015 p. 22). Na tradição marxista, a dominação e o conflito racial aparecem nessa interseção entre as estruturas de classes e a consciência crítica das identidades construídas socioculturalmente, em cuja relação são expostos os interesses econômicos ou materiais nela existentes.

Nesse sentido que se torna importante identificar como se produz e reproduz os dispositivos geradores da desigualdade. Por meio deles que se pode conceber a existência de uma verdadeira matriz da desigualdade a conviver em cada momento histórico com utopias igualitárias e ações políticas de atuação frente à inequidade (POCHMANN, 2015, p.17).

O sociólogo Florestan Fernandez, em uma compreensão de cunho político-ideológico, analisa a formação das estruturas das relações sociais das sociedades divididas em classes, em especial a da sociedade brasileira em relação ao colonialismo, no livro *Significado do protesto negro* (2017), demonstra, em uma perspectiva dialética marxista, a interseção da dominação racial com a exploração capitalista.

Por isso existem duas polaridades que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça. Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. [...] Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo (FERNANDEZ, 2017, p. 84-85).

Deste modo, os paradigmas interpretativos da educação libertadora e da interseccionalidade das opressões de classe, de gênero, de raça e, outras opressões,

permitem entender a realidade a partir de ponto de vista de diferentes pensamentos, advindos das experiências e sobrevivências das pessoas oprimidas

Somente quando confrontarmos as realidades de sexo, raça e classe, as maneiras como nos dividem, nos diferenciam e nos opõem, e trabalharmos para reconciliar e resolver esses problemas, é que seremos capazes de participar da realização da revolução feminista, da transformação do mundo. (HOOKS, 2019, p.69)

Os movimentos antirracistas evidenciam e denunciam as relações exploradoras e as opressões do capitalismo, ressignificando raça não mais como marcador das diferenças sociais que excluem e, sim, como classificador social que inclui, que reivindica e que se opõe à sujeição. E, como afirmação da integralidade do sujeito político contra as formas de desigualdades e discriminação, politizam afirmativamente o conceito de raça, como postulado por Gomes (2017, p. 22).

Ao politizar a raça, o movimento negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (GOMES, 2017, p. 22).

Nesse sentido, entende-se o conceito de raça como construção social baseado em diferenças e identidades culturais surgidas da intersecção entre dominação e resistência, torna-se importante na compreensão da intersecção entre raça e classe, assim como seus desdobramentos na constituição de estratégias de reprodução e de transformação das desigualdades sociais geradas nessa relação de conflito e de luta contra a exploração e a opressão racial, historicamente estruturadas.

A partir da análise no âmbito dessas duas epistemologias (educação libertadora e feminismo negro), que têm aspectos diferenciais e consistentes de um conjunto de conhecimentos da sabedoria de grupos sociais oprimidos, é possível afirmar a articulação epistemológica entre esses dois campos de saberes, ratificando a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados e produzidos por grupos oprimidos.

Logo, que o direito à igualdade seja também um direito à diferença, princípios fundamentais para a construção de sociedades justas, democráticas e humanizadoras. Portanto, a resistência à exclusão da diferença via a crítica da interseccionalidade das opressões, trazida pela epistemologia do feminismo negro, desmistifica o consenso hegemônico de um conhecimento universalista. Como teorias sociais críticas, tanto o

pensamento feminista negro, quanto a pedagogia libertadora freireana refletem os interesses, as experiências e os saberes dos grupos oprimidos.

Rastrear a origem e a difusão do pensamento feminista negro, ou de qualquer conjunto comparável de conhecimentos especializados, revela afinidades com o poder do grupo que o criou. Como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional são permeados por seus interesses. Consequentemente, as experiências das mulheres negras estadunidenses, e de todas as afrodescendentes, foram sistematicamente distorcidas ou excluídas do que conta como conhecimento. (COLLINS, 2019, p. 401).

Destaca-se, que a epistemologia ao possibilitar uma estruturação para avaliar o conhecimento ou motivar a sabedoria daquilo que se acredita, é possível dizer que se alcançou o objetivo central do estudo, o qual, mediante um olhar para a produção de Paulo Freire e a de algumas autoras do campo dos feminismos negros (notadamente Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Collins), propõe uma articulação epistemológica entre esses dois campos de saberes, evidenciando a pertinência conceitual da ideia de conhecimentos subjugados, suas tensões e convergências.

Tais referenciais (pensamento de Freire, Gonzales, hooks, Collins) assumem uma luta política pela autonomia do poder de cada pessoa de compreender a sua realidade e a disposição de decidir sobre sua relação consigo mesma, com as outras pessoas e com o mundo, constituindo-se em resistência e consciência política de libertação.

Contudo, outras interpretações poderão complementar as noções da complexidade da opressão, em defesa de uma práxis libertadora, materializada em resistências à interseccionalidade das opressões e alternativas político-pedagógicas transformadoras.

Complementações gerais ou específicas serão sempre bem-vindas, principalmente, no que diz respeito à educação, partindo-se da relação das questões de gênero, de raça e de classe no reconhecimento social do trabalho docente, na autonomia da prática educativa, nas relações com a comunidade escolar, nas relações sindicais e nas relações entre educador(a) e educandos(as).

Assim sendo, pensar e atuar com essas categorias sociais articuladas é essencial ao trabalho docente da prática educativa, na perspectiva de uma práxis político-pedagógica transformadora.

A formação como um processo de aprendizagem deve ser planejada para aumentar a abrangência de conhecimentos e habilidades das pessoas envolvidas e, ao mesmo tempo, possibilitar a transformação das ideias, dos

comportamentos e atitudes, valorizando a experiência e a construção coletiva do novo conhecimento. A formação de gênero, raça e etnia se constitui numa intervenção pedagógica na direção de transformar as ideias, os comportamentos, os conhecimentos em relação a essas categorias. (MORAES, 2005, p.29).

Dessa forma, “[...] na escola, a produção de categorizações sexistas ou racistas intervém de modo complexo nas relações entre adultos e crianças e entre as próprias crianças por meio de comportamentos cotidianos na instituição ou nos conflitos entre indivíduos”. (ZAIDMAN, 2007, p.84). Para hooks (2019), muitas gerações negras sabem o significado de ver a educação como prática de liberdade, teorizada pelo educador Paulo Freire.

Uma preocupação central para mim, como professora e pesquisadora, é essa última questão – a educação como prática de liberdade. [...]. Enfatizando esse mesmo ponto em seu prefácio à em inglês de *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, Richard Shaull afirma: “A educação funciona como um instrumento utilizado para facilitar a integração das gerações mais jovens na lógica do sistema presente e dar conformidade a isso, quanto ‘a prática da liberdade’, o meio pelo qual homens e mulheres lidam crítica e criativamente com a realidade e descobrem como participar da transformação de seu mundo”. [...]. Repetidas vezes, a liberdade acadêmica é evocada para desviar a atenção das maneiras pelas quais o conhecimento é usado para reforçar e perpetuar a dominação, e das formas pelas quais a educação não é um processo neutro. Sempre que isso acontece, a própria ideia de liberdade acadêmica perde o significado e a integralidade (HOOKS, 2019, p. 142-143).

Isto posto, parte-se do contexto cultural de grupos sociais oprimidos de mulheres negras, evidenciando seus saberes e suas experiências, com a pretensão de que este grupo social oprimido, com o processo da educação libertadora, ao perceber a realidade objetiva, possa analisar o seu contexto cotidiano e engajar-se na luta de classes, que envolve gênero e raça e apropriar-se da prática crítica de pensar a sua prática. Dessa maneira, estaria se manifestando e libertando-se de sua condição opressora interseccionada ao capitalismo, ao racismo e ao sexismo.

Por fim, é importante ressaltar que, diante da proposta de uma teia de articulação conceitual de resistência às opressões, expôs-se também uma compreensão teórica sobre a prática pedagógica transformadora, evidenciando uma ressignificação da relação teoria e prática, na educação. Nesse sentido, coloco-me à disposição para dialogar com outras pesquisas da Formação Docente e de Relações de Gênero/sexo e Étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse**. Belém: Secult, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

APFELBAUM, Erika. Dominação. *In*: HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 3, n. 2, p. 458-463, jan. 1995.

BAIROS, Luiza. Apresentação Seppir. *In*: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (org.). **Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. IPEA, Brasília, 2013.

BOCAYUVA, Pedro C. Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo Vocabulário Político**. vol.1. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/Fase, 1992.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário Do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BUTTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e racismo**. 1993. *site* Luta Global. Disponível em: <http://socialista.tripod.com>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Marília. Um olhar de gênero sobre as políticas educacionais. *In*: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; AUAD, Daniela; CARVALHO, Marília (org). **Gênero e Educação**. São Paulo: SOF, 1999.

CASHMORE, Ellis; BANTON, Michael [et al] **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução: Dinah Klevej. São Paulo: Summus, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. Título original: *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*.

CHABALGOITY, Diego. Ontologia do oprimido e ideário latino-americano: mirada decolonial e síntese dialética freiriana. In: REBUÁ, Eduardo; SEMERARO, Giovani; D'ANGELO, Martha; GOMES, Rodrigo (org.). **Pensamento social brasileiro: matrizes nacionais-populares**. São Paulo: Ideias & Letras, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Trad. Liane Schneider. Rev. Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan., 2002.

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 26. ed. 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1 - O legado da raça branca. São Paulo: Dominus/Editora Universidade de São Paulo, 1965

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular coedição. Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Trad. Tiago José Risi Leme. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619>. Acesso em: jun. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Convite à Leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. *In: Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. FILHO, Jose Camilo dos Santos; GAMBOA Silvio Sánchez (org). São Paulo: Cortez, 1995.

GIROUX, Henry. **Teoria Crítica de Resistência em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GIROUX, Henry. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979. Reproduzida pela Universidade Católica do Rio de Janeiro – BR.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In: LUZ, Madel (org.). Lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anuário de Antropologia, Política e Sociologia – Anpocs**, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988a.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria política-cultural de Africanidade**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun.1988b.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro Graal, 1979.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In: Estudos Feministas*, 1993, n1, setembro, 1993.

HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. São Paulo: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014.

HOOKS, Bel. **Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. 3rd ed. New York: Routledge, 1984-2014a.

HOOKS, Bel. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. 1981-2014b. Título original: Ain't I a Woman.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: polícias arrebatadoras**. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Editora Elefante, 2019b. Título original: Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black.

IANNI, Octavio. **Sociologia da Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, Octavio (org.) **Marx**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1992.

KONDER, Leandro. **Marx**. Vida e obra. São Paulo: Gráfica e Editora Cromo, 1998.

KORUS, Nicole Midori. Retomando o debate igualdade vs. diferença a partir de autoras clássicas: um argumento intermediário. *In*: CANDIDO, Marcia Rangel; DAFLON, Verônica Toste (ed.). **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**. Dossiê especial "Clássicas", v. 6, n. 11, 2017. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969

LOURO, Guacira Lopes. Práticas educativas feministas. *In*: **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 157-170, 1998.

MBEMB, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Trad. Marta Lança. Título original: Critique de la raison nègre. 3. ed. Lisboa, Portugal: Antígona Editores Refractários, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitoria, 1963,

MIGUEL, Luiz Felipe. **Dominação e Resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Eunice Léa de. **Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional**. Brasília: MTE.SPPE.DEQ,2005.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia Feminista e História das mulheres: leituras cruzadas. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, 2015.

NADER, Maria Beatriz. Mudanças Econômicas, Mulher e Casamento em Vitória. 1970-2000. *In*: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Minas Gerais, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na Mira do pan-Africanismo**. Salvador: EDUFBA, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo, SP: Summus, 2003.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na Assistência Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 66-88, jul./dez. 2013.

NETTO, Jose Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo. SP: Ideais e Letras, 2015.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: **Masculino, feminino, plural**. PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). Florianópolis: Ed.Mulheres,1998

ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das mentes. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Vol.20(2), jul/dez, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. atuaz. São Paulo. Cortez, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação** – vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: pra todas, todes e todos. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARIKAS, Eleni. Universalismo e particularismo. *In*: HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.